

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA**

CLAUDIA REZENDE IZOLDI

***REXISTIR***

A relevância da função materna na clínica da vítima do abuso sexual infantil

SÃO PAULO  
2022

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA  
NÚCLEO PSICANALÍTICO E FORMAÇÕES DA CULTURA**

CLAUDIA REZENDE IZOLDI

***REXISTIR***

A relevância da função materna na clínica da vítima do abuso sexual infantil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Núcleo de Pesquisa: Método Psicanalítico e Formações da Cultura

Orientador: Prof. Dr. Luís Cláudio Mendonça Figueiredo

**SÃO PAULO  
2022**

Nome: CLAUDIA REZENDE IZOLDI

Título: *REXISTIR* : A relevância da função materna na clínica da vítima do abuso sexual infantil.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica.

Área de concentração: Tratamento e Prevenção

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### **Banca Examinadora**

Examinador 1:

---

Prof. Dra. Elisa Maria de Ulhôa Cintra  
Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP

Examinador 2:

---

Prof. Dra. Cassandra Pereira França.  
Doutora em Psicologia Clínica pela UFMG

Orientador:

---

Prof. Dr. Luís Claudio Mendonça Figueiredo  
Doutor em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo - USP

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho se conclui na mesma semana em que eu completo meio século de vida - meus cinquenta anos! Uma vida composta de perdas e ganhos, derrotas e conquistas, não diferente da vida de qualquer ser integrante da nossa estranha civilização. Ao longo desse estudo atravessamos uma pandemia que deflagrou nossa vulnerabilidade humana diante de uma ameaça de existência. Em vários momentos me senti muito privilegiada por ter acesso aos meios de proteção necessários, como também por minha lucidez frente ao teste de realidade. Sobreviver foi um ato de resistência diante de tantos desafios - uma vitória que não se alcança sozinho. Sou grata a todos que de alguma forma se fizeram presentes mesmo ausentes fisicamente.

O processo de pesquisa não é um ato simples. Ele expõe nossas entranhas, fraquezas, e incapacidades; e ao mesmo tempo nos oferece a cada linha uma nova versão (de nós mesmos). Fazendo uma analogia com a vida que nos outorga vários recomeços, escrever é estar apto a jogar tudo fora e começar de novo.

Gostaria de, em primeiro lugar, agradecer ao meu orientador e mestre, professor Dr. Luís Claudio Figueiredo, por ter sobrevivido ao meu lado nesse longo processo. Com ele aprendi muito, e intenciono seguir aprendendo.

Agradeço também à professora Dra. Elisa Cintra, por sua forma cativante de ensinar, doadora de puro amor de transferência que tanto facilita o aprender. Suas aulas alimentam a minha clínica.

À professora Dra. Cassandra França agradeço pela produção de tantos livros sobre o tema do abuso sexual infantil que tanto me inspiraram e ofereceram referências bibliográficas para esta pesquisa. Poder contar com ela nesta banca é uma honra.

Agradeço aos meus colegas de curso, tanto da orientação como dos seminários. Foi um grande prazer conviver com cada um, fiz amigos. Segue um carinho especial à Adriana Gradin, pessoa tão querida que me deu a maior força para ingressar no Mestrado e me acompanhou de forma incansável durante o caminho.

Segue um agradecimento especial à Bianca Savietto, quem me abriu portas valiosas no meio psicanalítico paulista, eu recém-chegada.

Aos meus filhos, Felipe, Luiza e Lucas, sou grata todos os dias pela nossa convivência regada de muita emoção. Vocês são fonte de inspiração, garra, coragem e muito amor.

Ao meu marido querido, parceiro inseparável, quem me doa sua estabilidade emocional para atravessar riachos, pântanos e mares, sempre em alto astral. Nossa convivência me emociona.

Por último e porque este trabalho fala da relevância do papel exercido por elas, agradeço à minha mãe, estufa do meu bulbo, adubo da minha terra, fonte de luz e água para que eu me desenvolvesse com tronco firme. Minha espontaneidade, o desejo pela vida e persistência são frutos de sua força, seu olhar, e nosso vínculo de confiança.

## RESUMO

IZOLDI, C. R. **Rexistir: a relevância da função materna na clínica da vítima do abuso sexual infantil.** 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Núcleo de Método Psicanalítico e Formações da Cultura – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.

Este trabalho faz uma reflexão sobre alguns desdobramentos que podem ocorrer na dinâmica psíquica da vítima de um abuso sexual infantil e posterior desmentido. Buscamos ampliar a compreensão desse trauma para além de seu aspecto puramente sexual, priorizando os sentimentos de desproteção e submissão atrelados à noção de desamparo. Essa abordagem dá centralidade ao desmentido como o configurador do trauma, tal como proposto por Sándor Ferenczi, o que abre outras possibilidades identificatórias para a compreensão clínica desse paciente. Sempre articulando o abuso sexual infantil com a violação do tabu do incesto, pensamos que a vítima sofre perdas simbólicas que não são passíveis de luto, o que nos remete aos quadros de melancolia descritos por Freud. Tomando o conceito de desmentido pela chave de uma desautorização perceptiva, termo cunhado por Luís Claudio Figueiredo, entendemos que ele produz angústias mortíferas que fazem o sujeito lançar mão de mecanismos de defesa arcaicos que colocam em risco a integridade narcísica e o funcionamento psíquico, compondo forças dessubjetivantes ao eu. Assim, na tentativa de manter alguma coesão narcísica, a frágil personalidade da criança abusada regrediria a um estágio primitivo de total passividade, em uma identificação do tipo melancólica com a mãe do período pré-edípico. Por se tratar de um tema que produz muitas resistências clínicas e sociais, utilizamos uma obra de arte, a ópera *Prism*, para preencher a grande lacuna que há entre esse tipo de evento e sua representação. Tal obra tem como tema central um retorno à diáde após uma situação de abuso sexual infantil. Pelo trabalho de interpenetração, a peça dramática se oferece como material psíquico para explorarmos os processos internos dos sujeitos vítimas desse trauma e que chegam à clínica, muitas vezes, anos depois do ocorrido.

Palavras-chave: abuso sexual infantil, realidade psíquica, relação pré-edípica, desmentido, desautorização perceptiva, identificação melancólica, psicanálise

## ABSTRACT

IZOLDI, C. R. **Rexistir: a relevância da função materna na clínica da vítima do abuso sexual infantil.** 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Núcleo de Método Psicanalítico e Formações da Cultura – Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2022.

This work reflects on some of the outcomes that can emerge from the dynamic created between the victim of child sexual abuse and the subsequent disavowal they may experience. We sought to expand on the understanding of this trauma beyond the purely sexual aspect to prioritize the feelings of unprotection and submission related to notions of abandonment. This approach focuses the disavowal, using Sandor Ferenczi's proposition that it is a centerpiece of the trauma, enabling new identification possibilities for our clinical understanding of the patient. Considering child sexual abuse a violation of the incest taboo, we recognize that the victim suffers symbolic losses which are ineligible for grief, reminding us of Freud's descriptions of melancholy. Understanding the concept of disavowal through the lenses of a perceptual deauthorization, as coined by Luís Claudio Figueiredo, we acknowledge that it can cause deadly angst, leading to reliance on archaic defense mechanisms that put his/her narcissistic integrity and psychic functioning at risk, and contributing to a force that strives for de-subjectivation of the ego. Thus, attempting to preserve some form of narcissistic coherence, the child's fragile personality regresses to a primitive stage consisting of complete submission and a melancholic identification with the mother of the pre-Oedipal period. Given this subject often encounters significant social and clinical resistance, we use an artwork to fill the gap that exists between the traumatic event and its representation. The opera Prism highlights the regression to the mother-infant dyad configuration following child sexual abuse. The interplay between dramatic piece and psychoanalytic theory offers rich psychic material to explore the internal processes of individuals that arrive at the clinic oftentimes years after the occurrence.

Keywords: child sexual abuse, psychic reality, pre-Oedipal relationship, disavowal, perceptual de-authorization, melancholic identification.

## Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>OBJETIVO</b>	<b>21</b>
<b>METODOLOGIA</b>	<b>21</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>23</b>
<b>CAP. 1 – FANTASIA X REALIDADE</b>	<b>40</b>
1.1 A DESCOBERTA DE UMA REALIDADE PSÍQUICA – UM BREVE PERCURSO FREUDIANO	40
1.2 FORÇAS INTERSUBJETIVAS NO AGENCIAMENTO DA REALIDADE PSÍQUICA - O LEGADO DE SÁNDOR FERENCZI	55
<b>CAPÍTULO 2 A CONSTRUÇÃO DO PSIQUISMO – UM OLHAR SOBRE A DÍADE</b>	<b>71</b>
2.1 O SENTIMENTO DE EXISTIR E SENTIR-SE REAL	71
2.2 A ATRIBUIÇÃO DE UM LUGAR DE RESERVA NA RELAÇÃO DA DÍADE	78
<b>CAPÍTULO 3 EFEITOS DO DESMENTIDO: DA AUTORIZAÇÃO À DESAUTORIZAÇÃO PERCEPTIVA</b>	<b>88</b>
3.1 A AQUISIÇÃO DAS FUNÇÕES INTERSUBJETIVAS	88
3.2 A DESAUTORIZAÇÃO PERCEPTIVA	97
3.3. A IDENTIFICAÇÃO MELANCÓLICA	104
<b>CAPÍTULO 4 A ARTE E PSICANÁLISE: UM TRABALHO DE INTERPENETRAÇÃO</b>	<b>112</b>
<b>CAPÍTULO 5 A ÓPERA PRISM</b>	<b>117</b>
5.1 O RETORNO À DÍADE	118
5.2 O TRABALHO DE REMEMORAÇÃO	130
5.3 ÉTICA E CONFRONTO: O TESTEMUNHO DO ANALISTA	135
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>140</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>155</b>

## Apresentação

A experiência nos ensina que temos somente uma arma que resiste ao árduo combate contra a doença mental: a descoberta emocional da verdade sobre a história de nossas infâncias. Seria possível, então, livrar-nos de uma vez por todas de ilusões? A história demonstra que as ilusões surgem em toda parte, que a vida é cheia delas – talvez porque a verdade seja algo difícil de encarar. E sim, a verdade é tão essencial que sua ausência nos cobra um pedágio caro na forma de doenças auto-imune. Para nos tornarmos inteiros, precisamos tentar, mesmo num longo processo, a descobrir nossa verdade pessoal, uma verdade que muitas vezes pode causar dor antes de nos conceder uma nova esfera de liberdade. Se escolhemos, ao invés, nos conectar somente com a sabedoria intelectual, permanecemos na esfera da ilusão e decepção. (Alice Miller, 1997) (tradução livre<sup>1</sup>)

A motivação dessa pesquisa remonta ao meu primeiro atendimento clínico, quando recebi no consultório de uma clínica social uma menina de sete anos de idade. O encaminhamento chegou a pedido da escola, porque Laura<sup>2</sup> vinha apresentando comportamentos agressivos junto aos professores e colegas e nenhum interesse pelo aprendizado.

O setting analítico desses atendimentos era ocupado repetidamente por cenas sexuais encenadas com os bonecos da família terapêutica. Não foi fácil penetrar em um mundo lacrado pela repetição do trauma. Parecia haver um *script* montado intencionalmente para me horrorizar e afastar, como já ocorrera com as três analistas que me antecederam. Lentamente, no desenrolar do processo analítico, conseguimos desvendar a aflição que ela vivia. Vivências de

---

<sup>1</sup> Experience has taught us that we have only one enduring weapon in our struggle against mental illness: the emotional discovery of the truth about the unique history of our childhood. Is it possible, then, to free ourselves altogether from illusions? History demonstrates that they sneak in everywhere, that every life is full of them—perhaps because the truth often seems unbearable to us. And yet the truth is so essential that its loss exacts a heavy toll, in the form of grave illness. In order to become whole, we must try, in a long process, to discover our own personal truth, a truth that may cause pain before giving us a new sphere of freedom. If we choose instead to connect ourselves with intellectual “wisdom”, we will remain in the sphere of illusion and self-deception (Alice Miller, 1997)

<sup>2</sup> Nome fictício

cunho sexual precoces roubaram-lhe o direito de continuar existindo de forma espontânea como uma criança, para usar o conceito de Donald W. Winnicott.

O comportamento de Laura era regido por forças pulsionais destrutivas caracterizadas pela irrepresentabilidade e disrupção. Ao contrário das forças de Eros – fonte de vida e amor, que promovem ligações –, as forças tanáticas causam desligamentos. Laura agia com agressividade tanto comigo como com os objetos do consultório. Tratava mal seus colegas e professores como se não houvesse qualquer relação pela qual zelar, ou qualquer objeto a ser resguardado.

A ideia de futuro parecia estar condensada no presente e sua maneira de atuar nas sessões representavam fins em si mesmos. Não parecia haver, por parte dela, qualquer esperança no processo analítico: uma metáfora da sua própria falta de esperança em relação ao futuro e à própria vida. Seu psiquismo parecia estar explodido por um trauma que, além de se concretizar em seu corpo rígido e agressivo, também se fazia presente na repetição compulsiva de uma mesma cena. Laura estava presa nessa roda de repetição e angústia, sem qualquer percepção associada à temporalidade de sua existência.

Desde muito pequena Laura era deixada em casa, aos supostos cuidados do pai, enquanto sua mãe saía para trabalhar. Nesse período, o pai – adicto em crack – assistia a vídeos pornográficos na presença da menina. Nem a casa de Laura, tampouco seu pai, a protegiam. Sua mãe parecia não se importar ou não ter escolha. O fato é que Laura, definitivamente, não tinha escolha. Sentindo-se atormentada, precisava expurgar esse mal e projetava no mundo sua raiva, seu nojo e sua excitação maníaca. A vida da minha paciente fora invadida pelo *real* sem restar espaço para os véus do simbólico ou do imaginário.

O desvelamento sobre o que transcorria na realidade de vida de Laura foi se dando aos poucos. A menina encenava as mais variadas cenas sexuais com os bonecos da família terapêutica, o que me deixava alerta e angustiada. Havia algo que eu precisava – e ao mesmo tempo temia conhecer – para ajudá-la. Suas brincadeiras eram puramente atos despsiquizados, descargas físicas executadas de forma a me deixar constrangida. Seu corpo não dava conta de comportar tantos excessos e eu testemunhava o transbordamento psíquico de um ego ainda imaturo pedindo contornos. Vale ressaltar, nesse contexto, que um ego debilitado tem suas funções de pensamento, senso crítico e coerência comprometidas, o que impede a atuação da

própria da repressão. Para que este mecanismo de defesa entre em ação, é necessário um ego minimamente integrado. À Laura não restava nem mesmo suas próprias defesas.

Certo dia a sua encenação na sessão chegou ao limite das minhas capacidades psíquicas de suportar o que me era imposto (tal como a ela fora imposto).

Os bonecos performavam a seguinte cena:

- “\_ então o vô disse que era para ela virar de costas e que ia meter no cú dela...” (sic)

Após completar dizendo que depois de nove meses tinha nascido o bebê, Laura tirou de um baú uma boneca grande e a embalou ternamente em seu colo com um maneirismo absolutamente dissociado do que se dera segundos antes. Um terrível mal-estar tomou conta do setting. Eu já estava exausta de tudo aquilo e, honestamente, pronta para entregar os pontos. Assumi então o grande risco ao dizer a ela algo mais ou menos assim: “\_ no cú não faz bebê, para fazer bebê tem que meter na vagina!”.

Por menos apropriada que tenha parecido a minha intervenção, essas foram as primeiras palavras que Laura realmente escutara durante vários meses me ignorando por completo. Laura, interessada e um tanto assustada, voltou seus olhos em minha direção. Porém dessa vez, ao invés de promover mais agressividade, o susto cedeu lugar a uma postura curiosa em me ouvir.

Após pronunciar palavras supostamente horríveis para uma menina de sete anos, e também assustada com o que se passara, decidi encaminhar o assunto como se estivéssemos falando de algo corriqueiro (o que não deixava de ser verdade, já que temas sexuais eram quase sempre presentes nos nossos encontros).

Recorri ao campo do conhecimento científico e expliquei a ela como nascem os bebês. Tentei evitar respostas evasivas às suas perguntas e, ao esclarecer o papel dos órgãos genitais, lhes conferi valor erótico e sanei algumas de suas curiosidades. A franqueza de nossa conversa lhe permitiu refletir sobre suas encenações sexuais e eu notava nesse movimento sua necessidade de exploração.

Ao mesmo tempo em que fluíam as nossas interações, pude ir aos poucos compartilhando com Laura as minhas sensações diante do que era encenado nas brincadeiras. Comuniquei-lhe o mal-estar que eu experimentava ao assisti-la teatralizando atos sexuais. Expliquei que havia uma diferença entre pensar, encenar e fazer alguma coisa. Dando alguns

exemplos, comentei que podia imaginar o seu assombro ao precisar lidar com temas do mundo do adulto para os quais as crianças ainda não têm recursos.

Ainda tomada pelo mal-estar, e sentindo-me hesitante, perguntei-lhe como tinha entrado em contato com tudo aquilo. Foi quando me contou, dessa vez baixinho, sobre os filmes pornográficos a que assistia. Fui contundente ao me posicionar sobre os significados das atitudes de seu pai e sobre como tais atitudes violavam normas sociais e colocavam seriamente em risco as integridades física e psíquica da menina.

Laura sentou-se bem próxima, como querendo descansar em meu colo. Pela transferência materna que se instaurava no setting ela pôde experimentar estados psíquicos regressivos. Inaugurava-se, para ela, um tipo de relacionamento espontâneo e ao mesmo tempo previsível. Na mão contrária de um desmentido, me ofereci como testemunha de sua dor, de seu medo e de tantos outros afetos ainda desconhecidos por ela. Nos diversos momentos em que percebia sua angústia diante do medo de que seu segredo fosse revelado, tratei eu mesma de fazer o esperado afago materno

Minha paciente não pode contar com a mãe, ou outro adulto, que pudesse ajudá-la na compreensão do que lhe acontecia. Tal situação acaba sendo comum e, muitas vezes, a mãe não sabe o que se passa pela forma extremamente camuflada do ato. Às vezes, pode até haver alguma suspeita, mas a mãe – protegendo-se do encontro com o impensável – cria uma versão fantasística, em que não há qualquer abuso.

Há ainda casos em que a mãe sabe, ela viu. Porém seu psiquismo, também traumatizado pelo passado, não tolera o horror e ela acaba por fingir não saber. Situações de mães invejosas que se ausentam no momento de atestar a realidade da violação, e ainda responsabilizam a criança pelo ocorrido, também acontecem.

O fato é que o abuso sexual, seja ele incestuoso ou não, sempre porta a lembrança da violação do tabu do incesto. Em dado contexto, é bem trabalhoso para uma mãe fazer contato com uma realidade que ameaça a existência de sua família, da sua filha e de si mesma.

No caso clínico em pauta, a mãe de Laura parecia não saber de nada e tampouco se interessava genuinamente pelo que se passava com a filha, que estava a caminho da obesidade.

Era difícil fazer com que a mãe de Laura fosse ao consultório. A mim, parecia existir um certo desejo de evitação ou, na melhor das hipóteses, um desconhecimento sobre a severidade do que se passava com a menina. Nas poucas vezes em que estivemos juntas, eu tinha diante de mim uma mãe sofrida, trabalhadora e com poucos recursos psíquicos. Não sabemos sobre sua vida pregressa, tampouco se ela mesma fora alvo de negligência ou abusos na própria infância, mas o fato é que ela não demonstrava perceber que as emoções da filha estavam conturbadas. Havia entre elas uma distância marcada pela falta de intimidade.

Nas consultas que se seguiram, o sofá tornou-se um local privilegiado quando Laura sentia que precisava de proteção. Nesses momentos, ela vinha se aconchegar em um movimento de regressão à dependência absoluta e encontrava, da minha parte, acolhimento e atenção.

Os temas sexuais continuaram aparecendo em conversas e brincadeiras e fomos trabalhando a separação conceitual entre os significados de sexo, sexualidade, relação sexual e fazer amor. Meu objetivo era ajudá-la a construir pontes simbólicas e a incorporar os excessos intraduzíveis em seu próprio idioma. Eu a alertava, assim, para o caráter criativo e afeito de uma relação sexual, quando realizada entre pessoas que se amavam. Talvez o mais criativo deles, pelo poder de gerar uma outra vida.

A partir de um exercício *de esclarecimento* sobre as atitudes impróprias do pai e, ao mesmo tempo, sobre aquilo que se espera de um adulto que assume o papel de cuidador (algo que, a Laura, nunca foi oferecido), pudemos trabalhar transferencialmente os efeitos em seu corpo e em seu pensamento daquilo que ela presenciou de forma antecipada e desregulada. Quais os sentimentos desconhecidos e ambivalentes tais vivências produziram nela?

Aos poucos, Laura pôde criar paredes para os bonecos viverem suas relações sexuais em privacidade. De forma criativa, ela teve a ideia de colocá-los dentro das gavetas de uma cômoda do consultório quando fossem transar – uma brincadeira que dava destino à sua pulsionalidade de forma protegida pelo setting analítico.

Enquanto os bonecos ficavam ocupados em privacidade, à Laura-criança era permitido brincar de casinha, desenhar e montar quebra-cabeças, entre outras tantas brincadeiras de criança que simplesmente aconteciam de forma desprogramada e espontânea. O fato de que os bonecos podiam continuar transando dentro da gaveta enquanto ela brincava não apenas

funcionou como um calmante para Laura como também significou que eles poderiam continuar existindo sem ameaçar a própria existência da menina.

Semana após semana, o espaço potencial foi sendo preenchido pela experiência compartilhada, uma espécie de intimidade e mutualidade sustentada pela transferência que favorecia o brincar espontâneo, vitalizando a formação de um espaço transicional tal como postulado por Winnicott (1951).

Em meio a jogos e conversas chegamos à conclusão de que não haveria como arrancarmos de dentro de seu mundo interno os conteúdos advindos daquelas vivências antecipadas, mas que seria possível encontramos formas para guardar partes do que fora vivido e conhecido para serem utilizados em um momento futuro.

A brincadeira foi sendo assimilada internamente pelo uso que a menina fazia de uma autoridade concedida, na qual podiam coexistir seus dois universos. Eu a autorizava a tirar suas dúvidas e isso não apenas a fazia ficar mais relaxada como permitia que, em algumas sessões, ela não sentisse mais necessidade de tocar no assunto.

No âmbito das brincadeiras, um dos jogos que interessou à Laura foi o de Damas. Pude observar como os processos de aceitação e internalização das regras do jogo eram vividos por ela como positivos e promoviam, ao mesmo tempo, diversão e previsibilidade. Nos intervalos das partidas, Laura checava os bonecos dentro das gavetas. Esse hábito foi se espaçando à medida que experiências criativas lhe forneciam uma integração sensório-motora prazerosa e uma nova percepção de si mesma na atividade do brincar descontraído.

Nas nossas sessões Laura era autorizada a falar sobre tudo e entre nós não havia segredos. Inauguramos, para ela, um tipo de relação baseada na confiança - o que lhe permitiu a retomada de processos de pensamento que estavam absolutamente interrompidos. Juntas, e lentamente, demos voz às palavras inaudíveis e organizamos conteúdos excessivos e que poderiam, a partir de então, ser acessados com menos angústia caso ela precisasse.

As gavetas deram representatividade para o que é interno e externo, consciente e inconsciente e permitiram que ela desenvolvesse a ideia de um guardar dentro de si algo que não precisa ser compartilhado, mas reservado a ponto de ser esquecido. Alvarez (1992) nos fala da “necessidade de lembrar para, então, poder esquecer”. Esse processo ocorre com a

metabolização da vivência que, após transformar-se em experiência emocional, pode então ser esquecida. Uma impressão precisa ganha valor psíquico para constituir-se memória. Aos poucos o psiquismo de Laura foi dando sinais de reintegração daquele ego ainda incipiente, mas já capaz de pensar. Abriu-se um espaço psíquico para atividades e brincadeiras diversas dos temas sexuais que até então dominavam inteiramente seu mundo interno. O trabalho esclarecedor do analista foi afirmado por Ferenczi (1932, p. 258) em seu diário clínico:

“...se o paciente realmente sentir que nos preocupamos de verdade com ele e que levamos à sério a sua necessidade infantil de ser socorrido..., então será possível levá-lo a voltar sem terror o seu olhar para o passado. Uma nova prova de que o efeito duradouro do trauma provém da ausência de um ambiente benévolo, compreensivo e esclarecedor”.

Laura havia me pedido para jurar que não contaria a ninguém o seu segredo e eu me vi diante de mais uma questão ética delicada que enfrentamos na clínica. Para além do imperativo de confidencialidade que tratamos com o paciente a fim de estabelecer uma relação pautada na confiança, quando tratamos de crianças a segurança delas está sempre em primeiro plano. A menina temia a reação da mãe quanto ao pai, caso ela ficasse sabendo do que lhe acontecia. A relação do casal já estava esgarçada pelo drama que o uso abusivo de drogas causava.

Nesse contexto frágil e movediço, Laura detinha um segredo que – caso revelado – retiraria do pai qualquer possibilidade de ser salvo, algo que gerava nela um forte sentimento de culpa. Portadora de um fato sigiloso, Laura sentia-se responsável por manter a coesão de seu núcleo familiar e a simples hipótese de sua revelação era potencialmente destrutiva. O mal havia sido perpetrado contra a menina, mas a revelação de seu segredo tornava-se uma ameaça maior do que o próprio ato, pois capaz de romper com os pilares já frágeis de seu lar, seu abrigo. Após o pai ter sido internado e posteriormente afastado de casa a situação de ameaça constante cessou e Laura pareceu ter vivido tudo isso como um sopro de ar depois de tanto tempo guardando para si tantas coisas.

Até o encerramento dos nossos encontros – cessados pela mudança de moradia e escola – Laura não havia conversado com sua mãe sobre o que havia vivido, embora eu a tenha estimulado a se abrir sem depositar muitas esperanças quanto à capacidade de continência da mãe.

Na minha percepção, poder compartilhar com a mãe seria não apenas uma forma de Laura alcançar um auto perdão, como lhe proporcionaria uma sensação de liberdade que o contar é capaz de trazer. Nas palavras de Laura, o ‘arrancar de dentro’ era acompanhado de um tanto de alívio, quando se mostrava aflita com os conteúdos que carregava dentro de si.

O atendimento de Laura foi desafiante, inspirador e, tendo sido o meu primeiro caso clínico, me marcou profundamente. Alguns podem dizer que os resultados positivos desse trabalho foram sorte de iniciante. A meu ver, mais do que a sorte, esse desfecho foi consequência de um estado de não-saber de uma analista iniciante que se autorizou uma intervenção um tanto arrojada e pouco usual.

Adentrar a realidade do abuso sexual causa um tremendo mal-estar e promove muitas resistências. É difícil olhar e poder realmente reconhecer o que está acontecendo quando os abusos ferem a concepção da infância que trazemos internamente. A desproteção e a vulnerabilidade da criança diante dos adultos deflagram o medo do desamparo que habita em cada um, e que se reatualiza em cada nova relação.

O abuso sexual infantil tem um efeito catastrófico. Gestos, palavras, toques ou mesmo um único olhar que têm o poder de paralisar o fluxo do continuar existindo. Paredes psíquicas recém edificadas desmoronam, especialmente quando a criança não tem quem a proteja ou que possa, ao menos, dar abrigo ao susto e à sua dor. A violência por ter sido tomada como objeto de um outro que desprezou sua imaturidade e seu desejo podem deixar marcas profundas no psiquismo infantil ainda em formação.

Laura por vezes agia de forma agressiva com colegas e professores, o que podemos compreender como uma maneira descontrolada e deslocada de extravasar sua raiva em substitutos.<sup>3</sup> Já o mimetizar das cenas sexuais indicavam uma compulsão à repetição, uma fixação obstinada em um comportamento, ainda que sem qualquer entendimento do seu significado. Aprisionada na circularidade e incapaz de traduzir sua angústia em palavras, Laura acumulava vivências traumáticas cujos efeitos fomos, aos poucos, tentando elaborar.

---

<sup>3</sup> Anna Freud faz menção a esse mecanismo no artigo “Identification with the agressor” que compõe o livro “The ego and the mechanisms of defence” (1936/1993). Ela cita Freud (1920): “And the child passes over from the passivity of the experience to the activity of the game, he hands on the disagreeable experience to one of his playmates and this way revenges himself on a substitute” (E a criança passa de uma posição passiva da experiência para ocupar um posição ativa no jogo, livra-se assim da experiência desagradável vingando-se num colega substituto). [tradução nossa].

Cassandra Pereira França (2010, p. 50), coordenadora do Projeto CAVAS/UFMG<sup>4</sup>, à luz da Segunda Teoria Pulsional apresentada por Freud em 1920, nos diz:

A compulsão à repetição em ver o desagradável seria uma forma de representar o irrepresentável, de simbolizar o *nonsense*, de encontrar representações do próprio desamparo e fragilidade do ser humano. Como o mal-estar que a possibilidade de morte nos traz não cessa nunca, o impulso para ver coisas tão desagradáveis, como a violência e o horror da morte, também não cessam.

Apesar de Laura demonstrar uma identificação com o agressor (ou com a culpa do agressor) e uma fixação nas questões sexuais, a experiência clínica nos permitiu constatar o papel fundamental do reconhecimento, da escuta interessada e do testemunho no processo de cura. Abriu-se espaço, também, para uma regressão psíquica saudável.

O momento crucial da análise, em que ocorreu a devolução explicativa sobre a encenação sexual, foi experienciada como um “espelhamento materno” (WINNICOTT, 1971). A partir desse processo, Laura pode ver-se a si mesma esteticamente.

Por meio da transferência, a menina pode experimentar emocionalmente um modelo de relação primordial com a ‘mãe suficientemente boa’ winnicottiana; o que, por sua vez, permitiu a lenta reintegração de seu ego desfigurado. Sua identidade foi ganhando contornos na medida em que tempo e espaço foram sustentados na presença de um terceiro que se fez de escudo e testemunha para suas vivências traumáticas, tornando viável o trabalho de simbolização.

À Laura foi possível, assim, viver um tipo de regressão à dependência em um ambiente que lhe oferecia confiança, continência e, principalmente, em um ambiente não retaliativo (na mão oposta do que seria o desmentido).

Os desdobramentos sobre a subjetividade de uma criança que sofreu um abuso sexual são os mais variados, uma vez que a forma como ela é afetada depende muito de sua história e pré-história.

---

<sup>4</sup> Projeto de Pesquisa e Extensão com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual do Departamento de Psicologia da Universidade de Minas Gerais

Anne Alvarez (1992) observa que muitas vezes o abuso sexual pode não ser reconhecido pela criança como tal, pois ela não sabe o que seria um não-abuso. A situação agrava-se quando essa criança, eventualmente, tem como referência uma relação abusiva entre os pais (ou é exposta a ambientes inapropriados para seu estágio de desenvolvimento).

Numa realidade de abuso, alguns cenários se configuram como possíveis: a criança pode se fascinar pelos toques e pelo interesse do abusador por ela; ela pode temer o abusador e não o abuso em si; pode temer radicalmente a violência em seu corpo; pode sentir profundo amor pelo abusador, como forma de tamponar seu medo. Em outros casos, o fato de a criança ser escolhida (mesmo como objeto sexual) pode significar a única forma de receber amor e atenção daquele que dela cuida. (p. 152).

Há, no entanto, um aspecto do trauma referente ao abuso sexual infantil que confere a ele uma característica universal para os sujeitos da nossa civilização e que faz dele uma violência diferente das outras: sua qualidade de tabu. A violação de um tabu não pode entrar no discurso – por ter efeitos contaminantes – e não pode ser reconhecida, tal como ocorre com outros sofrimentos. Nesse sentido, o trauma sexual se torna o trauma do desmentido, uma sobreposição de situações de desamparo que a criança vive em solidão.

Laura agia como um autômato e, robotizada, repetia as mesmas cenas sexuais como se tivesse sido abduzida de si mesma. Seu sentimento de insuficiência a partir do que não era e do que não representava para os outros era substituído por uma certeza obstinada de si de uma menina agressiva e muito entendida dos assuntos sexuais adultos. Seu comportamento compulsivo no setting traduzia sua resistência em significar a experiência e, principalmente, sua resistência ao próprio desenvolvimento. Fixada no tempo – e sem recursos para expandir-se por meio de ligações significativas – Laura afastava a todos.

A epígrafe que inaugura a presente dissertação foi retirada do livro “*The drama of gifted child*” (O drama da criança superdotada), de Alice Miller (1979/2007), minha primeira leitura sobre o tema. O título me chamou a atenção pelo uso da palavra *gifted* (dotada) e não *guilted* (culpada), afinal o sentimento de culpa é uma constante nos casos de abuso sexual infantil, como pretendemos aferir ao longo do trabalho.

Nomear essas crianças como superdotadas – e não culpadas –, todavia, fez todo sentido quando entrei em contato com os conceitos de progressão traumática e falso *self* apresentados por Sándor Ferenczi e Donald W. Winnicott, respectivamente. Esses autores, escolhidos para balizar o processo de elaboração dessa pesquisa, se debruçaram sobre esse tipo de comoção ou defesa psíquica da qual lança mão o sujeito que não pode mudar o seu entorno, e acaba por se assujeitar a ele em um modelo de servidão voluntária<sup>5</sup> próprio de um funcionamento da libido passivo-masoquista como forma de evitar o terror do desamparo. O masoquismo se torna uma forma de subjetivação em que o sujeito aceita qualquer coisa para sentir-se protegido do abandono.

Miller enfatiza a importância de se buscar a própria verdade e não se deixar iludir numa falsa sabedoria intelectual que pretende, sem sucesso, tamponar a dor vivida. Segundo a autora, essas crianças superdotadas vivem um drama silencioso que, na maioria das vezes, só vai surgir como memória anos mais tarde, porque o processo de cisão psíquica acionado como mecanismo de defesa não permite ao sujeito fazer contato com tamanho horror sofrido por conta dos atos e falhas parentais.

O passado traumático pode ficar absolutamente esquecido por uma vida inteira, impedido de entrar numa cadeia associativa que lhe permita ganhar significado. Ao processo de cisão psíquica (que causa o esquecimento) alia-se a ausência de uma escuta interessada que possa servir de testemunho para o relato da vivência traumática e que possa quebrar com a tendência ao desmentido que normalmente acompanha as situações de abuso.

A dificuldade para se criar uma narrativa sobre a vivência de um abuso sexual incestuoso é um dos maiores problemas enfrentados não só pela vítima, mas também pela clínica psicanalítica. Laura chegou na clínica ainda criança, porém são muitos os casos em que a dor dessa vivência fica encapsulada dentro de uma personalidade que mascara a si mesma para continuar sendo amada<sup>6</sup>. Podem se passar anos até que alguma dica do analisando, mesmo sem palavra, ajude o analista a intuir sobre a violência vivenciada.

---

<sup>5</sup> O conceito ‘servidão voluntária’ foi cunhado por Étienne De La Boétie (1983) e desenvolvido no livro *Discurso da servidão voluntária* em que discorre sobre a experiência do assujeitamento, utilizando as figuras do senhor e do servo como metáfora relacional do que ocorre em nossa sociedade nos mais variados âmbitos e modalidades.

<sup>6</sup> Alice Miller (1979) comenta: Não se pode amar quando não se conhece a verdade, a verdade sobre nossos pais, nossos cuidadores, como a nossa própria. Nós podemos apenas nos comportar como se estivéssemos amando. Esse comportamento hipócrita é o oposto do amor. Ele causa confusão e engano, produzindo uma raiva ineficaz naquela que falsifica. Essa raiva precisa ainda ser reprimida na presença do amor que se intenciona, especialmente quando

Bernard Golse (2001) destaca a importância de uma narrativa, pois é nela que se cria uma história encadeando vivências que fazem sentido, ganham significados e se associam simbolicamente. Para o autor, há uma diferença entre ser e existir: existir compreende a capacidade que o ser humano possui de contar a sua própria história, tanto para si mesmo, o que é fundamental, como para os outros. O reconhecimento ofertado pelo outro sobre uma história de vida permite ao sujeito se sentir existindo para seu grupo social e para si mesmo. Golse faz uma analogia interessante com o uso de um sintagma do idioma francês problematizando uma dimensão significativa do “sentir-se existindo”. Ele nos diz:

Verbalizar é dar corpo: é preciso passar por isso para, pouco a pouco, o sujeito se sentir existir e se conceber como uma pessoa, isto é, como alguém e não como ninguém, sendo que o oposto de alguém não é alguma coisa mas sim ninguém. Este termo é aliás ambíguo pois que, de tanto significar o sujeito, veio pouco a pouco a representar a sua ausência pela queda e pelo caráter implícito do sintagma (*il n'y a*) em: *il n'y a personne*<sup>7</sup>. Esta ambiguidade indica que é talvez necessário pensar o vazio, a ausência ou a falta, antes de se poder representar o objeto, a sua plenitude e a sua presença. É preciso reconhecer que atualmente estas interrogações sobre as bases arcaicas da constituição do ser humano fazem correr muita tinta, longínquo, mas inegável, derivado do sangue, do esperma, e do leite. (GOLSE, 2001, p. X).

Nossa hipótese parte do pressuposto de que, para existir como sujeito, é preciso ser reconhecido por um outro, dentro de um contexto compartilhado regido por mitos e acordos sociais que produzem símbolos e significados conscientes e inconscientes capazes de dar continência a qualquer tipo de vivência, as de amor e de horror. A narratividade possibilita ao sujeito se auto incluir e incluir suas vivências no grupo, ligando-as umas às outras, e tornando-as experiências emocionais. Em situações de abuso sexual, por sua qualidade de tabu, a vivência fica alienada do discurso social, ninguém quer ouvir, ou tenta-se desmentir. A criança experimenta uma solidão progressiva e, como nos diz Golse acima, a criança acaba por ser um ninguém.

Dal Molin (2009) reflete sobre o papel das produções culturais para o trabalho de elaboração de eventos traumáticos. Ao citar o sociólogo americano Jeffrey Alexander (2004, p. 82), Molin nos lembra que “o trauma é uma atribuição socialmente mediada”, noção que confirma os efeitos traumáticos causados pelo *desmentido*, tal como postulado por Sándor

---

se é dependente, como no caso da criança, por parte daquele a quem se falsifica pela ilusão de sentir-se amado (p. 43) (tradução nossa)

<sup>7</sup> “Na expressão *il n'y a personne* (à letra, não há alguém= não há ninguém) o uso acabou por fazer com que se omitisse *il n'y a*, mantendo nesse caso o termo *personne* o sentido negativo veiculado pela negação. (N.T.)” (GOLSE, 2001, p. X)

Ferenczi ao descrever a gênese do trauma do abuso sexual infantil no famoso texto “*Confusão de línguas entre adultos e criança*” (1933).

Seguindo o trajeto do pensamento proposto pelo sociólogo, Molin nos fala da importância de “*se oficializar a realidade experimentada pela vítima perante o grupo social ao qual ela pertence*”, permitindo o preenchimento de uma lacuna entre a vivência traumática e sua representação (p. 83). O trauma se instaura justamente porque não entra na cadeia simbólica associativa, quando a vivência não pode ser significada ou reivindicada.

Molin brinca com as palavras ao se referir a alguns casos em que a sabedoria popular pode causar engano. Ele propõe que se altere o provérbio português “*o surdo não faz falar o mudo*” para “*o silêncio não resiste a ouvidos atentos, nem a portas abertas*” (p. 83-84). O dito popular “o pior surdo é aquele que não quer ouvir”, por sua vez, parece traduzir a problemática do desmentido no âmbito do trauma do abuso sexual. A partir desse contexto de silêncio que se impõe sobre o trauma do abuso sexual infantil, objetos da cultura que tratam desse tema devem ser valorizados como instrumentos que não só dão visibilidade a essa problemática, como atribui sentido, significado e reconhecimento àquela vivência enclausurada pelo segredo.

O papel mediador das produções culturais nos inspirou a recorrer a uma obra de arte<sup>8</sup> apresentada em São Paulo em 2019, época em que se iniciava a presente pesquisa. A fim de inserir o leitor nesse universo que costuma ser evitado, apresentamos a ópera PRISM, cujo fio condutor é um caso de abuso sexual infantil e centra-se sobre o desmentido materno e seus efeitos dessubjetivantes. O espetáculo oferece um tipo de refração analógica que, por seus recursos estéticos, tocam os sentidos e as emoções e facilitam a apreensão dessa realidade tão pesada.

PRISM problematiza os efeitos do desmentido materno e nos oferece uma gama de enquadres psíquicos para pensarmos sobre “a relevância da função materna nos casos de abuso

---

<sup>8</sup> A constatação de Freud de que o complexo de Édipo é a condição da educação e da cultura, ou seja, do domínio do símbolo, esperamos que ele também tenha permitido entender porque o reconhecimento das fantasias edípicas foi tão árduo para Freud e continua sendo a coisa mais difícil para os pacientes nas análises, para os etnólogos e os historiadores das religiões em seus trabalhos, e até para os psicanalistas em seus colóquios: a vivência edípica só é formulável para a consciência através da sua refração analógica na obra de arte, no conto ou no rito, isto é, por um modo de linguagem que é propriamente o do mito. (ANZIEU, 2000/2006, p. 58)

sexual infantil”. Assim, a presente dissertação pretende realizar um trabalho de interpenetração entre um objeto da cultura e os processos psíquicos referentes ao trauma do abuso sexual infantil.

O título deste trabalho, “*Rexistir*”, foi inspirado na resenha de Eliane Brum feita para o libreto da ópera PRISM. *Rexistir* é um neologismo feito a partir de duas palavras que se tornaram essenciais ao longo desse estudo: resistir e existir, ou melhor *reexistir*. A palavra *resistir* invoca não apenas a possibilidade de resistir ao difícil processo de uma análise que conta com a lembrança de um acontecimento real e traumático, como também de se fazer resistência contra traumas causados pelas assimetrias de poder. Já o *existir* alude ao sentido de voltar a *existir* para si mesmo de forma real e sem enganos, promovendo a recuperação de um sentimento de si dotado de valor e de direito frente ao próprio mundo.

## Objetivo

A presente dissertação de mestrado tem como objetivo ampliar a compreensão sobre a dinâmica psíquica e emocional do paciente vítima de abuso sexual infantil e sobre os aspectos clínicos envolvidos na escuta dessa experiência. Defendemos que essa modalidade de evento traumático se estende para além do seu aspecto puramente sexual, porque se articula às questões relacionadas ao desamparo enfrentado nessas situações. Nossa análise centra-se nos efeitos do desmentido materno frente ao abuso sexual infantil e seu potencial dessubjetivante em virtude do acionamento de mecanismos de defesa arcaicos. Para tanto, discorreremos sobre os processos de formação da realidade psíquica e a relevância da função materna para a construção da subjetividade e para a sustentação do sentimento de continuar existindo.

## Metodologia

Adotando como ponto de partida o método investigativo da pesquisa psicanalítica, nossa análise sobre o abuso sexual infantil alinha-se à proposta de Sándor Ferenczi de que o desmentido configura o trauma. Trilhamos o caminho de demonstrar que a ausência de proteção e reconhecimento por parte do adulto que exerce a função materna pode desvelar, para a criança, sua impotência em virtude da sua dependência e condição de desamparo, levando ao acionamento de angústias primitivas.

Face às controvérsias que permearam o campo psicanalítico sobre a dimensão intrapsíquica e social do trauma sexual, abordamos de forma breve os caminhos que levaram Freud à formulação do conceito fundamental de realidade psíquica composta pelas fantasias sexuais infantis e simbolismo dos mitos, ritos e acordos sociais transmitidos transgeracionalmente, para então chegarmos na retomada ferencziana da dimensão social e intersubjetiva do trauma do abuso sexual infantil.

Com Ferenczi, demonstramos o papel da função materna como fonte impulsionadora do desejo da criança de conhecer e desvendar o mundo. Acompanhamos a importância que este autor concedeu aos cuidados maternos sobre o desenvolvimento do sentido de realidade, apoiando-se na noção do papel vital da fantasia de onipotência do indivíduo no que tange seus processos adaptativos em relação ao ambiente. Mostramos como a relação primordial funcionaria como uma “incubadora de símbolos”<sup>9</sup> a formar a realidade psíquica.

Donald W. Winnicott deu continuidade ao pensamento ferencziano ao teorizar sobre a importância de se preservar na criança o estado de ilusão como forma de garantir o sentimento de simplesmente continuar existindo. Com este autor, buscamos elucidar quais os papéis fundamentais da função materna que são refutados pela operação do desmentido, causando o rompimento da trama simbólica que compõe a realidade psíquica recém-inaugurada pela criança. Para tanto, apontamos para a relevância dessa função no trabalho de espelhamento, tradução, compartilhamento e mediação da experiência e dos estados emocionais que propiciam a formação de equivalências simbólicas que equipam o psiquismo da criança no enfrentamento da realidade.

Pensando na função materna e em seus efeitos tanto nocivos quanto curativos, para o psiquismo da criança, dependendo da qualidade de sua presença ou ausência, delineamos alguns aspectos da formação da subjetividade dando ênfase à relação primordial mãe-bebê do período pré-edípico. Fazendo um entrelaçamento entre os aspectos simbólicos da *Lei do Interdito* e o tipo de comunicação ofertada pela função materna, ampliamos o estatuto do desmentido sobre a violação do tabu do incesto qualificando-o como uma força dessubjetivante.

---

<sup>9</sup> A expressão “incubadora de símbolos” foi utilizado por Raul Hatke in “Repetir, simbolizar e recordar, report to the Pannel “*El psicoanálisis cura aun mediante la rememoration?* Apresentado em: *45th Conference of the International Psychoanalytical Association, Berlim, Germany, 2005*. Apesar do autor ter utilizado esse termo dentro de um contexto clínico, diante da riqueza que comporta o tomamos emprestado para fazer uma analogia com a função materna.

Tendo percorrido com Freud, em “*Totem e Tabu*” (1912-13), as inevitáveis atribuições de ordem mítica que configuram os terrenos do sagrado e do profano no psiquismo, assinalamos a relevância da função materna em garantir ao *infans* um sentimento de si dotado de valor e direitos e apto a tolerar a ambivalência que habita o humano desde a mais tenra idade. Nessa medida, indicamos que o desmentido sobre um abuso sexual faz a criança se sentir moralmente desprezível, indigna e sem qualquer valor. Esse desdobramento tem as cores da melancolia e se caracteriza pelo sentimento de vazio interno e empobrecimento do mundo externo. O sujeito sente-se incapaz de qualquer realização e, para sobreviver, recorre a mecanismos de defesa arcaicos.

Ao longo do trabalho procuramos explicitar alguns desses mecanismos, tais como a cisão psíquica, a *Verleugnung*, os processos regressivos e a identificação melancólica. Mas foi na utilização de um objeto da cultura que encontramos a melhor forma, a nosso ver, de demonstrar a expressão desses mecanismos de defesa em cena, ato e fantasia.

Tendo como referência a posição epistemológica da pesquisa psicanalítica que, sem ser uma ciência dedutiva, permite a construção de hipóteses a partir da prática clínica e de observações culturais, escolhemos uma peça dramática que, por meio de um trabalho de interpenetração, nos ajudou a refletir sobre um tipo de regressão ao infantil que se caracteriza pelo retorno à díade mãe-bebê. A formação de uma identificação melancólica com a mãe (marcada pela presença maciça da libido passivo-masoquista) da personagem nos permitiu explorar os processos internos de uma vítima de abuso sexual infantil para além da sua identificação com o agressor, promovendo a elucidação de outros desfechos possíveis para a vítima.

## Introdução

Historicamente, há um cenário frequente de adultos que abusam de crianças pelas mais variadas formas. Esses abusos se traduzem em uma série de estímulos físicos e/ou psíquicos que não só excedem a tolerância de determinado estágio de desenvolvimento psicosssexual em que se encontra a criança, como também deflagram omissão nas práticas de cuidado e proteção do menor.

A palavra “abuso” designa uma transgressão, pois abusar é ir além dos limites permitidos ou acordados entre duas ou mais pessoas. Trata-se de uma violação não somente do corpo, mas da integridade psíquica do sujeito. São várias as formas de abuso, e um traço comum a quase todos eles é a presença de uma hierarquia de poder (entre abusador e abusado) e o rompimento de um laço de confiança. O poder de um adulto (forte) sobre uma criança (frágil), e a confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protetor).

O abuso sexual infantil tem especificidades e ocorre, na maioria das vezes, dentro da casa<sup>10</sup> da vítima ou proximidades. É executado de forma velada por aquele que representa a lei, o cuidado, e a proteção do menor. Suas principais características são o *segredo e a adição* (AZEVEDO, 1989): a criança selecionada<sup>11</sup> é normalmente abusada repetidamente. Tudo é mantido em segredo como demandado pelo abusador. A sedução perversa impõe uma aliança a dois, um pacto de cumplicidade que exclui a “terceiridade” da cena, subtraindo da criança seu estatuto de *alteridade*.

Normalmente, ensina-se à criança a afastar-se dos estranhos e a confiar, tão somente, nos adultos responsáveis pelo seu cuidado. Nos casos de abuso sexual incestuoso, porém, é justamente o familiar que se torna estranho. A criança não mais confia nos próprios sentidos: a pessoa que seria a responsável por proteger, a ataca; e a casa que seria o lugar seguro para abrigá-la, torna-se um local de perigo e vulnerabilidade.

Adicionalmente, a criança selecionada permanece como vítima por um longo período e é comum que os excessos escalem à medida que a ela é tomada pela vergonha e pela culpa. Nessa posição, a criança não se sente confortável ou autorizada a comunicar a um adulto de confiança (normalmente a mãe) para que o ato de violência seja recriminado e ela protegida contra o agressor.

---

<sup>10</sup> A literatura revisada sobre o abuso sexual infantil coloca o Brasil em 3º lugar no ranking mundial da exploração infantil, com uma taxa de 73% dos casos ocorrendo dentro de casa. A vasta maioria abusada sexualmente são meninas entre 6 e 11 anos, pois seu corpo já comporta o coito e, todavia, não correm o risco de engravidar.

<sup>11</sup> A escolha dessa palavra não é em vão e vai se justificar ao longo do trabalho quando tentarmos demonstrar que o trauma se dá sobre um corpo já traumatizado.

A criança alvo de um abuso sexual, seja ele intrafamiliar ou não, é tomada como objeto para a satisfação sexual de um outro, sem o seu consentimento. Seu corpo é invadido por estímulos carregados de sexualidade adulta e que a confundem, pois são sensações que ela ainda é incapaz de nominar. É como se ela fosse lançada dentro de um jogo, sem conhecer e entender as regras e sem poder se recusar a jogar. Ela ainda não possui vocabulário para significar as sensações e não há que referências internas que possibilitem uma tradução. É difícil dar-se conta de um mal perpetrado contra si mesmo quando não há parâmetros anteriores que auxiliem no trabalho de reflexividade.

Para além disso, o abuso sexual é vivido em estado de solidão imposto por um pacto de silêncio.

Epistemologicamente diferenciamos o *abuso sexual* do *estupro*. Neste último, sem diminuir seus efeitos nocivos sobre o psiquismo, normalmente faz-se presente o uso de violência e força físicas, enquanto no abuso sexual raramente isso é necessário. No abuso, o adulto se aproveita do acesso fácil que tem à criança. Com ou sem a força física, ambos são formas de pedofilia que provocam horror a qualquer ser neurótico que se submeteu às leis impostas pela ação civilizatória. Desse modo, “*todo ato de pedofilia tem efeitos semelhantes àqueles do ato incestuoso*<sup>12</sup>, a saber, a quebra da lei de trocas e da constituição das alianças”. (MODESTO, *apud*. FRANÇA, 2010, p. 62).

Pensar em uma criança desprotegida e em situação de impotência perante um adulto, além de nos colocar em contato com a nossa própria fragilidade e dependência ao outro, deflagra a constante ameaça de desamparo a qual tentamos a todo tempo driblar por meio da fantasia. Se o *tabu do incesto* remonta a uma construção mítica, sua violação representa a falência do mito, do preenchimento simbólico do mundo interno do sujeito. Ocorre uma evasão dos bons objetos e, com eles, o sujeito evade-se de si mesmo.

---

<sup>12</sup> Completando o pensamento de Ana Lucia Modesto citamos a seguinte passagem: “Fundamento da vida social, a proibição do incesto é tão importante que basta “o abuso do menor (conforme diz o sentimento popular, ‘da qual ele poderia ser o pai’)” para que o transgressor gere sentimentos de horror e vingança coletiva (LEVI-STRAUSS, 1982, p. 49). Ou seja: a pedofilia gera indignação não só pela questão do abuso do mais fraco pelo mais forte, ou a traumática quebra da inocência da criança, mas também porque traz consigo a lembrança do incesto. É como se a pedofilia fosse um simulacro do incesto” (MODESTO, *apud*. FRANÇA, 2010, p. 61)

Freud (1930) afirmou em “*O mal-estar na civilização*” que a vida em sociedade só se torna possível na medida em que um pacto social regule a *Lei do Interdito*, quando “*uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado permanece unida contra todos os indivíduos isolados*”. (p.101) Nasceria assim o ‘direito’ do indivíduo, regulando a ânsia ilimitada de gozar e garantindo que nenhum sujeito fique à mercê da força bruta. A constatação de que uma criança é abusada contraria esse acordo e causa um mal-estar aflitivo. A ideia de força bruta nos remete ao sujeito entregue às pulsões e põe em destaque a questão da potência e do desequilíbrio que há na troca dessas intensidades – especialmente quando tratamos de crianças e adultos.

Há uma linha de análise que associa os casos de abuso infantil a um tipo específico de família, as chamadas famílias incestogênicas<sup>13</sup>. Esses grupos familiares se caracterizam pela falta de contornos bem definidos entre uma geração e outra, bem como pela recorrente presença de mentiras e segredos entre seus membros. A relação do casal parental é marcada por assimetrias de poder que são também experimentadas pelos descendentes. A tais crianças não foi reservado um lugar de valor bem configurado. Elas não estão protegidas por um pacto que define seus direitos e interdita certos abusos. Mas nem sempre essa dinâmica é visível pois a própria criança que sofre certas violências ou abuso pode assumir uma postura de falsa maturidade frente aos seus familiares, na tentativa de tornar nula uma ameaça narcísica.

Os modelos de cuidado e de proteção são acordados pelo pacto social e podem assumir formas diversas a depender do discurso que sustenta os laços sociais vigentes. Hábitos comuns em determinado país ou grupo social podem não existir ou ser diferentes em outras partes. Há, no entanto, uma condição *sine qua non* para todo e qualquer indivíduo humano: sua situação de desamparo absoluto e originário.

A longa situação de desamparo humano torna necessária a definição de regras explícitas que possam garantir não apenas a preservação da espécie, mas, principalmente, sua permanência dentro dos limites estabelecidos pelo laço social. O que diferencia *natureza* e *cultura* são as convenções simbólicas. Como ritual simbólico, o tabu torna-se para a civilização um instrumento que visa colocar os membros de um grupo sobre um mesmo denominador comum, agregando interesses que somem para a expansão da organização social. As

---

<sup>13</sup> O termo “famílias incestogênicas” foi cunhado por Maria Regina Fay de Azambuja e é mais utilizado pelo direito de família.

convenções simbólicas são referências para o projeto identificatório de cada sujeito, independentemente do seu destino final.

As convenções simbólicas transformam-se ao longo do tempo. Uma análise histórica nos permite identificar a presença das mais variadas formas de abusos de crianças que, nos dias de hoje, seriam vistos com incredulidade e estupefação.

A ideia de uma infância a ser protegida ganhou relevância a partir da segunda metade do século 19, mais precisamente com a fundação da primeira sociedade de proteção à criança, em Nova Iorque (NYPCC), no ano de 1875. Em 1889, esse mesmo modelo foi replicado na Inglaterra, com a criação da “Sociedade Nacional de Prevenção da Crueldade contra as Crianças”<sup>14</sup> (NSPCC). Diz-se que a criação dessas sociedades não visava exatamente a prevenção de crueldades contra a criança, mas sim o controle das classes trabalhadoras. Tais entidades seriam uma forma adicional de controle das relações familiares no contexto da nova estrutura industrial.

A família como instituição é uma convenção simbólica que passou por diversas transformações ao longo de um período permeado por guerras, revolução industrial e ascensão da burguesia. A ideologia burguesa do século 19 elencava a busca por enriquecimento e reconhecimento como um dos principais objetivos da família. A moralidade pregada por reformadores católicos no Ocidente, por sua vez, atribuiu à família a função de educar e formar homens de bem, concedendo a esta um estatuto sagrado e elevando a infância a uma incubadora de seres humanos aptos a contribuir para uma sociedade igualmente de bem. (ARIÉS, 1981[1973], p. 85-98)

Dessa perspectiva, nutre-se socialmente o caráter sagrado da família e sua compreensão como um lugar de segurança para a criança. Isso dificulta a percepção de que ela pode ser também um cativo para muitas crianças que se tornam reféns de seus progenitores. O abuso sexual é praticado de forma arbitrária e velada em atos que podem incluir maus-tratos, privações, violência física. Na maior parte das vezes, inclui uma sedução silenciosa que

---

<sup>14</sup> John Miller (2013), autor do livro “The Triumphant Victim: a psychoanalytical perspective on sadomasochism and perverse thinking” chama atenção para um fato curioso: a “National Society for the Prevention of Cruelty to Children” (NSPCC) foi fundada em 1889, sessenta anos depois da fundação da “Society for the Prevention of Cruelty to Animals” em 1824. (RSPCA). (p. 93)

confunde não só a linguagem da criança, mas o próprio discurso cultural em que somos inseridos. Pensar a entidade familiar pela ótica de um possível abuso não é tarefa simples e por vezes se encontram resistências não apenas dos familiares envolvidos, mas também dos profissionais de saúde mental e de proteção à infância.

A moral sexual que vigora em nossos meios dificulta o reconhecimento dos familiares – e de nós mesmos! – como seres sexuados. Mantemos certa distância dessa ideia e da nossa própria sexualidade. Quando o assunto surge em família, ao invés de se abrir um espaço de diálogo aberto, ocorre tão somente a reafirmação de regras e a acomodação do tema em um lugar distante e seguro.

Torna-se, assim, quase impossível para uma criança conseguir contar para um adulto, pelo uso da linguagem verbal, sobre uma vivência de cunho sexual. Quando se trata de um abuso incestuoso, essa hipótese de diálogo e revelação é ainda mais improvável. Da parte do adulto, constata-se muita resistência em admitir que algo dessa ordem esteja ocorrendo no terreno sagrado do próprio lar – mesmo quando sinalizadores prévios ao abuso fazem-se presentes, o que não é raro. A negação ou a desconsideração sobre atos abusivos parece ocorrer mesmo antes de um abuso sexual em si.

Como foi mencionado acima, em alguns casos de abuso sexual infantil a criança está em perigo muitas vezes no próprio ambiente onde vive, o que facilita seu acobertamento. Teme-se pensar sobre o ocorrido, teme-se falar em voz alta sobre a violação. Contar a alguém é raramente cogitado. São muitos os desafios. A denúncia desse tipo de violência gera impasses. Teme-se que a revelação possa causar um mal ainda maior, já que a casa e a família representam o lugar de acolhimento e proteção da criança. Muitas vezes a criança é levada a se retratar após fazer uma denúncia e acaba cooperando porque se sente amedrontada diante do que lhe é comunicado por interventores judiciais e médico-sociais. A retratação da criança faz com que não apenas a sua, mas outras vozes infantis percam credibilidade. Isso afeta a escuta e a consideração de relatos semelhantes.

A falsa crença de que a criança esquece rápido reforça a tendência da sociedade em acobertar casos de abuso sexual infantil. Há um sistema cíclico que protege o abusador como forma de sustentar a lógica da exogamia, um ritual que somente se tornou viável a partir da crença no caráter ‘sagrado’ da família. As pesquisas revelam que é muito difícil a responsabilização e retratação do abusador e ainda menos provável sua condenação pelo

sistema penal. Não raro, uma queixa sobre abuso sexual é feita na delegacia onde se escuta do próprio delegado: “é melhor voltar para casa e não mexer nisso, vai destruir a sua família?”<sup>15</sup>.

Tem-se a ideia de que os danos causados pela revelação são maiores do que os benefícios pós-denúncia, ou seja, “*não é a palavra sobre o ato que é tabu:”* Isso não deve sair da família”; *o tabu protege o totem*”. (SABOURIN, *apud* GABEL (*org.*), 1997, p.166). O pacto de segredo é a própria sentença que enclausura a ‘falsa culpada’ em uma cela onde fica inacessível a qualquer julgamento. Não se trata de fazer justiça a quem pratica o ato, mas sim de absolver uma vítima que tomou o lugar do culpado justamente pela falta de testemunho e tradução por um outro adulto que poderia lhe aferir a realidade dos fatos. A criança é, na realidade, vítima em dose dupla: do ato abusivo e da falta de reconhecimento.

Uma pesquisa realizada na França aponta para um dado paradoxal desse tipo de violência e que ilustra a problemática do desmentido. Como são raros os casos em que se constata provas do abuso no corpo (ferimentos decorrentes de violência física) não é comum vítimas de abuso sexual infantil serem levadas ao hospital. Quando, porém, ocorre uma hospitalização com boas condições de acolhimento para a criança, ela tem efeitos notavelmente reparadores. Por incrível que pareça, o prognóstico de tratamento desses pacientes torna-se mais promissor porque a criança se sente acolhida em sua dor, reconhecida como vítima e pode receber a compaixão daqueles que a cercam. (SABOURIN, *apud* GRUYER *et al.*, 2004, p. 24)

Sándor Ferenczi foi o autor que problematizou o fenômeno do desmentido – tido por ele como aquilo que sacramenta o trauma. Em seu artigo “*Análise de crianças com adultos*” (1931, p. 91), Ferenczi discorre da seguinte forma sobre o tema:

O pior é realmente a negação, a afirmação de que não aconteceu nada, de que não houve sofrimento, ou até mesmo ser espancado ou repreendido quando se manifesta a paralisia traumática do pensamento ou dos movimentos; é isso, sobretudo, o que torna o traumatismo patogênico. Tem-se mesmo a impressão de que esses choques graves são superados, sem amnésia nem sequelas neuróticas, se a mãe estiver presente, como toda sua compreensão, sua ternura e, o que é mais raro, uma total sinceridade.

---

<sup>15</sup> Palestra no Instituto *Sedes Sapientiae* no ano de 2019, com Dra. Maria Amélia Azevedo.

O trauma tem registro corpóreo, a criança é inundada por sensações que se tornam fragmentos sem qualquer significado. Ocorre um ataque aos *processos de modelagem*<sup>16</sup> e produção da sexualidade pela temporalidade das teorias sexuais infantis.

Embora afirmativo sobre a importância decisiva da etiologia sexual para as formações neuróticas, Freud (1910) atribuía motivações múltiplas para um só efeito psíquico; mas sempre considerando a forte natureza de componentes instintuais eróticos oriundos do instinto de autoconservação. (p.270) Foi somente em 1914 em “*Introdução ao Narcisismo*” que o grande mestre logrou conceituar e explicar a libido sexual e a libido narcísica, complexificando o aparelho psíquico no que tange os conceitos de satisfação, dependência e escolha objetal.

O abuso sexual infantil, à medida que interrompe a historicização de um corpo em processo de humanização balizado pelos processos civilizatórios, metaforiza a violação do sagrado proclamado pelo mito de origem – a *lei do interdito*. Os símbolos e seus significados que se formam a partir das experiências com a realidade e são mediados pelo objeto de amor primordial, confundem-se. A criança perde a confiança nas relações e na própria capacidade perceptiva quando o sentido de realidade recém codificado se desmonta numa complicada “*confusão de línguas*”. Ocorre uma espécie de pane no mundo interno que compromete o “*psiquismo em sua dimensão temporal e processual*”: “*um enclausuramento numa posição subjetiva*”. (FIGUEIREDO, 2008, p. 57-75)

Os desdobramentos dessa equação sobre o psiquismo são vastos e interdependentes. A criança é roubada de sua infância e, como consequência, tem suprimida a fase da latência. Isso deixa marcas profundas em seu corpo *infantil e psiquismo*; marcas que serão revisitadas ao longo da vida. É um trauma que extravia qualquer possibilidade de aquisição do sentimento de alteridade e consequente autonomia psíquica.

Verifica-se nessa situação uma desorganização física e psíquica. Uma vez que o caráter sagrado dos vínculos (transmissor da *lei*) é destruído, ocorre o aniquilamento da lógica antes prevalente que organizava os elementos da realidade em uma cadeia simbólica doadora de vida,

---

<sup>16</sup> “Com efeito não importa tão somente a sexualidade da individualidade com tal, mas sua produção e a sua modelagem pela mediação das teorias sexuais infantis. Estas se ordenam ao longo da história do sujeito, de maneira a imprimir as exigências do tempo no seu corpo e nas formações de seu espírito. Neste sentido, a leitura do sujeito como inscrito no campo de uma história implica definitivamente na sua encorpção, isto é, na incorporação do espírito num corpo”. (BIRMAN, 1997, p.15).

possível de ser deslocada e compartilhada. A perda da infância representa um ataque à identidade da criança acordada pelo pacto social – Mas não só – ela é ainda forçada a compactuar na transgressão da *Lei do Interdito* quando induzida a um pacto de silêncio obrigatório. Existem segredos neuróticos que podem ser fantasiados, mas os segredos perversos roubam da criança sua *capacidade elaborativa do pensamento*, ferramenta imprescindível na regulação entre desejo e ação e, portanto, dos processos de recalamento próprios da adaptação ao princípio de realidade.

Aprendemos com Freud, que a fantasia cumpre o papel das falsificações, tão presente nos casos das neuroses, um tipo de falsificação otimista, típica dos sonhos traumáticos. Posteriormente, o próprio Ferenczi (1934) demonstra que a subtaneidade do trauma levaria a criança a entrar em comoção psíquica, um tipo de paralisia sensorial que conduz a personalidade a recorrer a cisões patológicas e recusa da realidade como forma de aniquilar a força exterior do ocorrido. Mas a potência da exterioridade do evento deflagra para a criança não apenas sua fragilidade em defender-se como também o sentimento de incapacidade. (p.126-127). A falta de reconhecimento vivenciada pelo desmentido deflagra a insuficiência materna como fonte de proteção e apoio. O resultado é perturbação e incerteza narcísica, desnudando o próprio imaginário do sujeito que então se paralisa.

Se o *Eu* é o representante da unidade somatopsíquica, resultado das introjeções e identificações de bons objetos referentes às relações primárias - o sentimento de aniquilamento de si representa o esvaziamento dessa unidade. Como consequência ocorre uma ruptura nas funções intersubjetivas que são vitais para o sentimento de “continuar existindo”. (FIGUEIREDO, 2012, p. 197).

A insuficiência fundamental da criança é deflagrada especialmente para si mesma, o que pode ativar fantasias do cair para sempre, de morte - lembranças aterrorizantes dos primeiros momentos da vida (mesmo nos casos em que tais momentos foram devidamente mediados pela função materna, sem maiores traumas). O sentimento de inanição (futilidade) faz confluência com a descrição de Freud do sujeito melancólico. Uma existência sem qualquer valor.

Ferenczi (1933) relata que esses pacientes traumatizados sofreriam uma clivagem de suas personalidades como forma de aniquilar a força exterior do ocorrido. Na autoclivagem uma parte da personalidade anestesia-se para sobreviver, para não sentir, enquanto a outra passa

a funcionar de forma adaptativa. O autor chama atenção para o fato de que a criança de súbito recorreria à ‘identificação ansiosa’, não propriamente como uma defesa, ele nos diz, mas como um abandono da própria entidade em face da desorientação psíquica causada pelo sentimento de aniquilamento de si. (p.117-119)

O ‘sentimento de si’ se esvaziaria a ponto de não opor qualquer resistência às demandas de um outro de quem se depende inteiramente. A criança torna-se um autômato que assume uma atitude obstinada e submissa, absolutamente desconectada de seu próprio desejo. Tal desejo foi-lhe subtraído, desconsiderado e instrumentalizado em prol de um desejo alheio. As formas de assujeitamento ao outro consolidam uma tendência de funcionamento psíquico caracterizada pelo comprometimento dos componentes sexuais eróticos, fonte de toda forma de investimento libidinal.

A constatação da condição de dependência do *infans* e vulnerabilidade do psiquismo nascente em relação às intrusões ambientais, por ausências ou excessos, deram relevo ao papel das vivências e impressões relativa aos primeiros anos da infância tanto para o desenvolvimento do indivíduo, como *formações imperiosas que nele se apresentam como repressões, sublimações e formações reativas* tal como nos elucidou Freud (1910, p.258) no texto “*Cinco lições de Psicanálise*”. Desse modo, o campo de estudo da Psicanálise foi abarcando cada vez mais pela relevância da função materna como fonte de apoio à construção e desenvolvimento do aparato mental, e seu funcionamento.

Ferenczi e Winnicott são autores que deram extrema relevância às relações objetais precoces e em especial ao papel da mãe em sua função tradutiva, de sustentação (holding), continência, espelhamento, previsibilidade, cuidado e proteção. A boa realização dessas funções constitui trocas intersubjetivas que amortecem o princípio de realidade, transferindo à criança habilidades psíquicas que irão constituir sua subjetividade. A criança a quem foi permitido ‘existir’, simplesmente ‘sendo’, (*keep on being*) teve seu sentimento de si reservado pelo bom desempenho dessas funções e poderá viver de modo criativo “*com a predominância do fazer-pelo-impulso sobre o fazer-reativo*”. (WINNICOTT, 1970/2005, p. 23).

O desmentido materno, que muitas vezes pode-se perceber operando desde os tempos mais remotos, vai na contramão das funções descritas acima. São falhas, ausências ou excessos

praticados no desempenho da função materna que podem levar a criança a imprimir formatos reativos em seu viver, e com isso perder a espontaneidade e o sentimento de autonomia.

Ferenczi, em seu “*Diário Clínico*” (1932, p. 120) propõe uma indagação:

Apresenta-se então a questão de saber se não será necessário procurar, a cada vez, o trauma originário na relação original com a mãe, e se os traumas da época um pouco mais tardia, já complicada pelo aparecimento do pai, poderiam ter tido um tal efeito sem a presença de uma cicatriz traumática materno-infantil, arquioriginária.

Sendo fiel a Ferenczi, no que se refere à centralidade do desmentido para uma criança que viveu um abuso sexual, esse trabalho versa sobre os aspectos intersubjetivos da função materna, como doadora de capacidade e habilidades egoicas ao sujeito e como produtora de processos dessubjetivantes. O presente estudo parte da compreensão de que o desmentido promoveria um tipo de “desautorização perceptiva” (*Verleugnung*), termo cunhado por Luís Claudio Figueiredo (2008). Para que possamos compreender as consequências da dessubjetivação psíquica, iremos investigar desde a sua origem os processos de subjetivação presentes no início da vida psíquica e analisar como os desdobramentos desses processos estão interligados.

O trabalho se organiza tomando como eixo principal as noções de realidade psíquica e subjetividade articuladas à função simbolizante materna no que tange aos efeitos do abuso sexual infantil e desmentido.

No capítulo 1.1 procuramos demonstrar como a desistência por Freud (1897) da *Teoria da Sedução* (MASSON, 1986, p. 265) desviou a causa do trauma de vivências sexuais e factuais para pensá-lo como um precipitado de símbolos carregados de afetos que se acumulam sobre as experiências e que vão integrar a realidade psíquica como matriz interpretativa. Para tal, apresentamos de forma breve o percurso freudiano sob a ótica do papel dos mitos para a edificação simbólica do psiquismo, levando Freud a elaborar, em “Totem e Tabu” (1912-13), um mito civilizatório como fundador da fantasmática psíquica e fonte de sentimentos ambivalentes de base. Neste capítulo, delineamos temas relevantes para o arcabouço psicanalítico tais como a fantasia sexual infantil, o senso moral, os sentimentos hostis aos pais, o sonho traumático, a mobilização libidinal, os princípios do prazer e realidade, o narcisismo, a autoridade parental e o sentimento de culpa. Esses conceitos confluíram para elucidar a vital

importância que, continuamente, Freud atribuiu às ocorrências passadas na infância e puberdade como componentes de suscetibilidade ao trauma.

O capítulo 1.2 versa sobre o grande legado de Sándor Ferenczi para o campo psicanalítico no que concerne à dimensão social do traumático. Ferenczi problematizou a assimetria de poder entre adultos e criança que se manifesta pelo exercício de um tipo de autoridade desmedida por parte do adulto frente à condição de dependência e desamparo da criança. Ferenczi inverte o sentido dos processos de adaptação à realidade, conferindo à família a responsabilidade de se adaptar à singularidade da criança. Para o autor, a capacidade dos adultos em acomodar as angústias da criança frente às exigências da realidade guardariam a chave de um bom funcionamento psíquico. Ao revisar a teoria freudiana sobre “As Formulações dos dois princípios do funcionamento psíquico” (1911b), o autor sugere que, ao invés do estabelecimento de uma dialética entre um princípio que busca satisfação (princípio do prazer) e o princípio de realidade, esta última se estabeleceria pela lógica da “*evitação do desprazer*”.

Nessa visão, Ferenczi coloca em evidência o papel fundamental de escudo protetor da função materna capaz de garantir a experiência de onipotência infantil e sua paulatina diluição em estágios que levam ao pleno desenvolvimento do sentido de realidade. Através da exposição de alguns textos relevantes da obra desse autor, procuramos demonstrar a complexidade de seu pensamento clínico que o instigou a elaborar uma teoria sobre o funcionamento psíquico calcado na tendência natural do humano a buscar na regressão a estados de passividade uma possibilidade de recuperação frente a [micro]traumas cumulativos referente a vivências de frustração e insuficiência materna. Ferenczi conceitua um tipo de neurose por frustração acionada pela expectativa (por necessidade) de proteção e cuidado mediante sua condição de dependência absoluta ao seu objeto primordial. Nossa intenção, junto à Ferenczi, é elucidar a relevância das forças intersubjetivas no agenciamento dos símbolos da realidade psíquica e na composição abundante de produções imagéticas propulsoras da capacidade de fantasiar, sonhar e pensar.

Donald Winnicott foi um psicanalista que levou às últimas consequências a relevância da função materna para o desenvolvimento dos processos maturacionais e da integração egoica. (1983). Winnicott chegou a cunhar o termo “mãe-ambiente”, conceito que corrobora o postulado ferencziano sobre “a adaptação da família à criança” (1928) pois confere à função materna o papel de sustentação (*holding*) do “sentimento de continuar existindo”. Para o autor,

a mãe-ambiente tem a função de garantir ao *infans* um ambiente não-intrusivo que permita a experimentação plena de sua motilidade.

O capítulo 2.1 versa sobre os vários paradoxos que compõem a obra desse autor, entre eles a importante noção do objeto criado-encontrado, resultado da manutenção de um estado de ilusão fonte de potentes aquisições egoicas. Para Winnicott, a capacidade de se *sentir existindo* e *sentir-se real* não tem garantias sem a presença de uma mãe suficientemente boa. O olhar winnicottiano sobre os processos maturacionais nos oferece uma gama de elementos para pensarmos sobre os efeitos caóticos do desmentido materno que operam justamente na mão contrária do que Winnicott destacou como fundamental à integração egoica. Delineamos alguns conceitos-chave da extensa obra desse autor que podemos notar em pleno funcionamento na encenação da ópera PRISM, tanto pela sua presença, como pela sua ausência. São eles: o reconhecimento e compartilhamento materno, um tipo de comunicação ruidosa e permeada por lacunas sem qualquer significado, a regressão ao infantil, a clivagem narcísica, a formação de um falso-self patológico, o uso e sobrevivência de um objeto. Este último é responsável por conceder um tipo de autorização ao fluxo e à vazão de impulsos destrutivos por parte do eu (principalmente a raiva), na medida em que possa receber a continência materna. Psique e *soma* (sendo o soma fonte de motilidade e de impulsos desorganizados) se integram a partir dos cuidados maternos.

O capítulo 2.2 busca retomar a importância dos mitos a partir da compreensão que faz Luís Claudio Figueiredo (2000) sobre o caráter estruturante do *tabu* e da *lei* articulados ao papel materno formador de uma matriz psíquica para a construção subjetiva da personalidade da criança. Tomando emprestadas as noções winnicottianas contidas no texto “*Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos*” (1963), Figueiredo faz uma analogia entre a preservação do verdadeiro *self* contra intrusões ambientais e o imperativo de renúncia exigido pelo tabu do incesto colocando em reserva membros do grupo. Trazendo o conceito estrutural que organiza a esfera da civilização para aplicá-lo na íntima esfera das relações objetais, Figueiredo elabora sobre a vital importância da função materna como protetora do verdadeiro *self*, e doadora de significados positivos sobre a existência do sujeito garantindo-lhe um lugar reservado junto ao seu grupo. Winnicott, de forma sensível, agrega ao trabalho do narcisismo primário qualidades intersubjetivas que se dão de forma silenciosa e sinestésica entre mãe e bebê, e que são internalizadas pela criança na formação de sua própria função intersubjetiva. O capítulo ressalta a importância da relação materna no exercício de um

tipo de concessão de autoridade ao *infans* que lhe permita exercitar sua espontaneidade e autonomia de pensamento. Ambas essas capacidades são de extrema relevância para a criança que eventualmente se encontre numa situação de “confusão de línguas”, como sugerida por Ferenczi (1933).

A afirmação da criança quanto ao seu valor e a aquisição da capacidade de avaliar e julgar seu entorno são dependentes de uma função intersubjetiva bem instalada. Nos capítulos prévios, nos preocupamos em demonstrar a importância do simbolismo contido nos mitos para a construção da subjetividade. No capítulo 3.1, debatemos a herança simbólica do significado de sagrado e profano proveniente dos tabus e herdados transgeracionalmente, para pensar sobre a formação de uma trama de equivalências simbólicas a serem utilizadas para amortecer o encontro com realidades variadas. A coexistência de sentimentos ambivalentes arcaicos e produção de conflitos psíquicos também primitivos foi aprofundado por Hans Loewald no artigo “*The waning of the Oedipus Complex*” (1978). Baseando-nos na proposta deste interessante texto tentamos explicar como a aquisição de uma capacidade para suportar e lidar com questões em torno da ambivalência ainda no período pré-edípico pode equipar o sujeito a melhor tolerar o sentimento de culpa proveniente da necessidade ontológica de ultrapassagem da soberania parental como condição para a aquisição de autonomia. Na concepção do autor, a qualidade da relação da díade pré-edípica, sua capacidade reflexiva, e principalmente a capacidade de sobreviver ao seu uso impiedoso proporciona ao sujeito o engajamento em atividades reparatórias vitais à renovação da condição de alteridade. Nessa visão, uma relação da díade que não promova na criança a compreensão de que erros são reparáveis, de que o ódio é tolerável, e que o amor materno resiste às investidas assassíneas, coloca em xeque a posição de alteridade da criança e sua autonomia. Se Loewald escreve esse artigo para refletir sobre a validade do Complexo de Édipo e suas referidas conquistas mediante a aquisição de habilidades psíquicas no período pré-edípico, arriscamos inferir e demonstrar que a qualidade da relação materna poderia habilitar a criança a julgar e estranhar o que lhe acontece, buscar ajuda, ou mesmo escapar aos moldes que lhe pareça mais viável.

O capítulo 3.2 alcança o ponto nodal de interesse desta pesquisa ao abordar o *desmentido* materno como força dessubjetivante. Tomando como referência a leitura ferencziana do conceito de “*Verleugnung*”, buscamos ampliá-la utilizando a tradução do termo por “*desautorização perceptiva*” realizada por Luís Claudio Figueiredo no texto “*Modernidade, trauma e dissociação*” (2008). O autor sugere que o desmentido, tomado pela chave de uma

“*desautorização perceptiva*”, estaria para além de uma recusa da realidade, tal como inicialmente teorizado por Freud acerca do fetichismo e psicose; e também para além da falta de reconhecimento da dor e da violência, como propõe Ferenczi (1933). Na visão de Figueiredo, a formação do mecanismo de defesa da ordem de uma “*desautorização perceptiva*” provocaria uma desorganização de habilidades psíquicas fundamentais para a “*capacidade elaborativa do indivíduo*” (p. 26), pois interrompe aspectos processuais da percepção. Nessa perspectiva, evento e significado ficam desligados, e cria-se uma “*área de experiência carente de representação compartilhada*” (p. 26).

A *desautorização perceptiva* extravia a possibilidade de comunicação entre as tópicas do aparelho psíquico, ou mesmo entre partes do ego após um processo de clivagem. Ocorre um tipo de desorganização progressiva. Com as trilhas associativas inoperantes, o sujeito pode vivenciar estados dissociados com risco de despersonalização, especialmente frente às forças operantes de um desmentido materno que subtrai “a autoridade e eficácia de uma percepção” (FIGUEIREDO, 2008, p. 63). Essa ideia faz confluência com a proposta de Hans Loewald sobre a necessidade de aquisição de um tipo de autoridade pela criança frente à soberania parental. Nesse sentido, a *desautorização perceptiva* gera uma tendência ao rompimento de vínculos, pois o mundo e os objetos deixam de ser confiáveis. Ocorre um empobrecimento tanto do mundo externo como do interno, afetando toda a cadeia simbólica de construção da realidade psíquica.

Segundo Figueiredo (2008), enquanto a recusa, na visão freudiana, corresponde a uma negação de uma percepção, a *desautorização perceptiva* corresponde à incapacidade de atribuir significância a um significado, ou seja, o objeto pode ser percebido mas não ganha forma, cor ou relevo. O objeto não ganha sentido, não se liga a qualquer noção de valor, ou tampouco provoca sentimentos. Ou seja, torna-se um objeto destituído de significado e pode ser preservado como uma “quase-coisa”. (p. 62). Essa ideia nos possibilitou fazer uma articulação com os estados melancólicos referentes à perda de objetos inelutáveis, justamente porque estão ocultos. O sujeito até sabe quem perdeu, mas não sabe o quê se perdeu nesse alguém ou em si mesmo. Tanto o objeto do melancólico, como o próprio sujeito, parecem se sustentar nesse estado de “quase-coisa”.

O capítulo 3.3 se preocupou em ampliar a noção de ‘identificação com o agressor’ como consequência de um abuso sexual infantil, para pensar sobre um tipo de ‘identificação melancólica’ com a figura materna, aquela que opera o desmentido. A ideia de um retorno à

díade, aos tempos de dependência, nos remete à tendência thalassica descrita por Ferenczi como uma manifestação psíquica saudável de retorno à vida, após uma situação traumática. A regressão psíquica reivindica a presença de um objeto capaz de conter e modular os estados dissociados do indivíduo que foram produzidos pelo estímulo traumático. Porém, a falta da benevolência materna inocula no psiquismo da criança a culpa não somente pelo ato sexual cometido que não ganha tradução, mas pela vivência de desamor materno. Ocorre uma grande decepção com o objeto primário, fonte de amor e do vínculo sagrado, o que contribui para a emergência de sentimentos disruptivos oriundos do inconsciente arcaico povoado por símbolos ambivalentes do sagrado e profano.

O aporte sobre uma identificação melancólica apoia-se nas contribuições da psicanalista Tereza Pinheiro. No texto “Trauma, descrédito e masoquismo em Ferenczi” (2018), a autora leva a operação do desmentido às últimas consequências. Ela remonta a cena traumática ferencziana composta por três personagens, para pensá-la sob um novo prisma composto de duas figuras: o desacreditado e quem desacredita. A proposta de Pinheiro nos ofereceu um novo significado ao recurso da ‘identificação ansiosa’ praticada pela criança em seu estado de comoção psíquica, tal como nos apresenta Ferenczi (1933), e sugere um tipo de adesão narcísica funcionando como apoio às moções libidinais paralisadas pelo desmentido.

A experiência do retorno à díade ganhou vida numa ópera apresentada em São Paulo na época em que se iniciava o processo dessa pesquisa. PRISM conta a história pelo viés da memória de uma moça de vinte anos que, aos doze, sofrera um abuso sexual. A peça aborda o fenômeno do desmentido materno em seus diversos aspectos e produção patológica operando entre mãe e filha. Não é uma cena fácil de ver e por essa razão a utilização de uma obra de arte parece facilitar a transitividade de nossa percepção, autorizando nossos processos elaborativos sobre a gênese e efeitos desse trauma. O capítulo 4 se dedica a explicar a importância da obra de arte como meio maleável e sensível: por sua qualidade narrativa, de reconhecimento e testemunho, ela consegue promover a aproximação entre realidades distantes. A proposta não é realizar uma interpretação psicanalítica da obra, mas utilizá-la como matéria psíquica para a investigação psicanalítica na busca de novos vértices de compreensão desse trauma.

No quinto e último capítulo, apresentamos a ópera como um convite para sonhar a clínica a partir dos três atos que compõem a peça. Nossa proposta é promover discussões clínicas a partir das várias manifestações psíquicas que são encenadas entre mãe e filha, e

próprias de cada uma separadamente. A montagem da peça favorece a configuração do trauma em duas pessoas, tal como propõe Pinheiro (2018), pois a figura do abusador é retratada como uma luz laranja. Ou seja, não importa quem realizou a violência porque, como mencionado anteriormente, o ato de pedofilia, qualquer que seja, carrega o peso do incesto. O foco que a ópera coloca sobre a formação de um retorno à díade nos permitiu apontar os nefastos efeitos do desmentido sobre o psiquismo ainda em formação de uma criança.

Primeiramente, no capítulo 5.1, que corresponde ao primeiro ato da peça, apresentaremos a vivência de retorno à díade após o trauma. Nessa leitura gostaríamos de convidar o leitor a imaginar Bibi (a menina) chegando ao consultório do analista oito anos depois da vivência de abuso sexual. Ela tem vinte anos e não tem qualquer lembrança sobre o ocorrido em seu passado. A moça demonstra muita passividade, sintomas hipocondríacos e melancólicos. Bibi tem uma relação idealizada e de extrema dependência com a mãe. A realidade está totalmente codificada em falsificações. O analista pressente o enclave psicótico em que Bibi está aprisionada. O que pode fazer o analista para quebrar essa relação bidimensional e se incluir como o terceiro na cena?

No capítulo 5.2 é apresentado o segundo ato da peça. Nele apresentamos os diversos aspectos do difícil trabalho de rememoração psíquica. Utilizando as manifestações psíquicas das personagens, procuramos demonstrar os processos que dificultam o reestabelecimento da percepção e de seus canais supridores. O ato II oferece elementos valiosos para pensarmos os processos de integração e desintegração psíquica, a cisão, a desautorização perceptiva e a força que possui o estado de fusão simbiótica.

O capítulo 5.3 versa sobre a integração do ego frente à possibilidade de conhecer a verdade sobre o passado histórico. O trabalho de espelhamento frente ao trabalho de rememoração que o paciente executa na presença confiável do analista propicia a vivência de uma experiência compartilhada. A experiência de “sentir com” o analisando tem a capacidade de restaurar canais perceptivos por ora bloqueados pelo efeito do desmentido e então reconectar a dimensão erótica da vida, dimensão essa que engloba experiências de prazer e dor. Nesse capítulo temos a ousadia de ficcionalizar o final do tratamento, e a possibilidade da realização do luto daquilo que era inelutável, de Reexistir.

## Cap. 1 – Fantasia x Realidade

### 1.1 A descoberta de uma realidade psíquica – Um breve percurso freudiano

Freud, sempre interessado na natureza das lembranças encobridoras e do que poderia ser lembrado de um evento traumático, legou à Psicanálise a descoberta de que o traumatizante não seria uma vivência de cunho sexual excessivo e precoce, mas sua mobilização libidinal “*a posteriori*”, ou seja, quando uma segunda cena desvela o conteúdo intraduzível da primeira. Muita água rolou desde então, gerando controvérsias no que concerne à descoberta de uma realidade psíquica e à afirmação, por Freud, de que a causa dos adoecimentos psíquicos teria raiz nas reprimidas fantasias sexuais infantis combinadas ao sentimento de hostilidade da criança pelos pais. A fim de clarear o caminho que pretendemos percorrer na presente dissertação, parece-nos interessante retomar a trajetória do pensamento freudiano<sup>17</sup> no que tange à herança do sexual como fator traumático, já que nosso tema é o paciente vítima de abuso sexual na infância.

O estudo do trauma sexual tem uma longa história na Psicanálise, afinal, foi a partir das investigações dos sintomas ditos *histéricos*, causados por reminiscências de vivências de cunho sexual na infância, que o grande mestre Sigmund Freud desenvolveu uma teoria sobre o adoecimento psíquico que ele nomeou de neurose. Houve debates psicanalíticos importantes sobre a origem do trauma sexual, fosse na fantasia, fosse na realidade externa e factual, que culminaram em fervorosas discussões e até rompimentos.

O abuso sexual infantil como fator traumático impõe à experiência humana situações adversas que colocam o psiquismo em trabalho adaptativo para sobreviver. Muitas dessas tentativas são insuficientes, causando patologias severas e alterações no *eu* que renderam francas descobertas aos interessados na ciência da mente. Ao longo de vários anos, o sexual dominou o terreno da metapsicologia, inaugurando diversos conceitos sobre o funcionamento mental. Embora a noção do sexual tenha perdurado de uma tópica à outra, a qualidade de sua influência ganhou outros domínios.

---

<sup>17</sup> É importante ressaltar a dificuldade de seguir cronologicamente o desenvolvimento do pensamento freudiano, visto que alguns textos foram produzidos concomitantemente e que Freud com frequência acrescentava notas de rodapé a artigos prévios.

A psicanálise se ergueu apoiada na noção de dualidade, ou melhor, da presença no psiquismo de forças opostas e ocultas que ganharam volume com a inferência freudiana sobre a noção de fantasia sexual infantil, então reprimida por tabus e imposições oriundas de uma sociedade calcada em uma moral sexual civilizada. A inocência infantil a ser cultivada e protegida pela família e a sociedade versus a existência de uma sexualidade infantil atrelada a fantasias inconscientes formaram um paradoxo que se tornou a base do edifício teórico-clínico psicanalítico.

Ainda em 1893, Freud partia da suposição de que, pelo fato de a sexualidade ser a única função orgânica a ser dominada tardiamente (levando quase um quarto de tempo da vida), ela estaria suscetível a toda sorte de influências e confusão. Ao mesmo tempo em que a sexualidade se ancora na biologia e se expressa fisiologicamente no corpo, ela advém do campo do outro, ora como discurso nominável e constatável, ora como discurso velado (e com força ainda maior). O longo período disponível a ver, ouvir, e entendê-la faria eclodir um afeto aflitivo “precipitado por inibições externas sofridas pelo instinto sexual na psicogênese da humanidade” (FREUD, 1894, p. 58). Tais afetos incluem sentimentos de nojo, vergonha e culpa, forças que se contrapõem às moções libidinais. Freud estava dedicado a preencher as lacunas da teoria que desenvolvia sobre a “etiologia sexual das neuroses” e apostava com vigor no *pavor presciente* da sexualidade como causadora de angústias. E afirmou: “*Ademais, é fácil verificar que é precisamente a vida sexual que traz em si as mais numerosas oportunidades para o surgimento de representações incompatíveis*” (*idem*, p. 59).

Os primeiros estudos sobre a etiologia da neurose apontavam para um conflito psíquico resultante da intolerância da consciência que, forçosamente, teria que expulsar representações incompatíveis (com a moral sexual civilizada) que provocassem afetos demasiadamente inquietantes. Dessa notação, Freud (1894) conclui que os afetos desvinculados de seus conteúdos representacionais perderiam sentido e direção passando a sofrer deslocamentos, ora para uma inervação somática, como no caso da histeria de conversão, ora para outras representações com as quais travaria “falsas ligações” na esfera psíquica, no caso da neurose obsessiva (p.59).

Freud inaugura o conceito de *mecanismo psíquico de defesa*<sup>18</sup> (*inconsciente*) para substituir a primeira ideia desenvolvida por Breuer<sup>19</sup> de um tipo de “*esquecimento voluntário*” responsável por dar sumiço às *representações incompatíveis (ou intoleráveis)* e causadoras de grande aflição ao *eu*. Freud estava seguro de que um esforço voluntário de esquecimento não daria conta de fornecer um destino viável ao acúmulo de excitação de maneira voluntária, e que, portanto, representação e afeto estariam, ambos, submetidos a uma ação de ordem inconsciente.

Partindo do pressuposto de que representações de conteúdo sexual poderiam produzir efeitos excitatórios nos órgãos genitais ainda imaturos, semelhantes aos produzidos pela experiência sexual<sup>20</sup>, Freud supõe que a *esfera psíquica* poderia receber o mesmo *quantum* de excitação que os órgãos ainda imaturos e despreparados. Assim, em um segundo tempo, no chamado *après-coup*, quando a maturidade da função sexual já terá sido alcançada, as lembranças teriam um efeito excitatório mais acentuado sobre os órgãos sexuais, fazendo com que as reminiscências de cunho sexual da infância acionassem um efeito traumático oriundo de sentimentos hostis e ambivalentes acionados num tempo ulterior. Freud (1986) comenta (em nota de rodapé): “*Esse tipo de relação invertida entre a experiência real e a lembrança parece conter a precondição psicológica para a ocorrência de um recalque*” (p.167).

Naquele momento (1986), a repressão (recalque), como conceito, tinha a função de promover o adiamento da expressão dos traumas da infância para que, numa fase posterior, fossem sentidos como experiências atuais e, assim, causadoras de sintomas. Tal ideia subverteu a teoria catártica de Breuer, que atribuía a formação traumática a uma predisposição do

---

<sup>18</sup> O termo “mecanismo de defesa” (inconsciente) foi empregado por Freud pela primeira vez no texto de 1894 “As neuropsicoses de defesa”, quando descreve um primeiro modelo do funcionamento dinâmico do aparelho psíquico que, nos primórdios da Psicanálise, representava apenas o mecanismo da repressão. À medida que estudos clínicos avançaram, Freud percebeu que a repressão é apenas um modelo de defesa do ego para proteger sua integridade frente às demandas pulsionais.

<sup>19</sup> A histeria ganha estatuto de doença graças a Charcot, mas foi com Breuer e seu famoso caso clínico Anna O. (1880-1882) que o “método catártico” foi inaugurado. Tal método consistia em permitir ao paciente a revivência (ab-reação) da situação traumática no setting analítico por atuação e reconstrução verbal. A nova técnica permitiu a constatação de que as pacientes ditas histéricas sofriam por reminiscências de uma situação desagradável e intolerável vivenciada na infância, que causava um comprometimento das funções da consciência. Sem descartar a predisposição (antes anunciada por Charcot como disfunção orgânica), Breuer postulou sobre a presença de defesas debilitadas, às quais denominou estados hipnoides. Os estados hipnoides eram caracterizados pelo rebaixamento da percepção, da emoção e da volição, também capazes de gerar lacunas de memória: uma recordação impedida de ser lembrada, pois a emoção (afeto) a ela associada se desprenderia, impedindo a existência de um significado. O sintoma traumático seria um substituto do que fora “esquecido” (GOLDGRUB, 1985, p. 8-22).

<sup>20</sup> Freud assinala em nota de rodapé: “Em geral, o efeito mencionado é muito mais forte no caso da experiência do que no caso da lembrança” (FREUD, 1896, p.167).

indivíduo a entrar em estados hipnoides<sup>21</sup> responsáveis por “*enfraquecer*” as defesas perante um evento desagradável (não necessariamente da ordem do sexual). Na mão contrária, Freud valorizou o acionamento de “potentes” mecanismos de defesa como produtores do sintoma.

Pouco a pouco a realidade externa e factual vai deixando de ser relevante para Freud, e suas investigações culminam na conceituação de uma *realidade psíquica*. A vivência de uma determinada cena, ou melhor, o acontecimento factual estaria sempre submetido ao *significado* que recebe no encontro com o senso moral presente no mundo interno de cada indivíduo, evocando a ideia de conflito e divisão psíquica. Assim, a noção de realidade psíquica se torna um conceito psicanalítico cuja gênese abarca o que mais tarde se conceituou como *trabalho simbólico*.

Em carta a Fliess<sup>22</sup>, Freud revela a expectativa em desvendar a origem da moralidade e seu processo de internalização e inscrição para provar a hipótese sobre o conflito psíquico atuante na etiologia sexual das neuroses. A ambivalência psíquica começa a ganhar contornos com o entendimento sobre a divisão das lembranças e substituição de parte delas por fantasias (MASSON, 1986, p. 251).

Motivado por novas descobertas no estudo que realizava sobre os sonhos, Freud desvenda a origem dos sentimentos ambivalentes trazendo a natureza dos afetos para o centro da questão. O pensamento de Freud se complexifica à medida que sua escuta clínica lhe permite inferir a existência de aspectos destrutivos e desconhecidos no psiquismo, como se uma agressividade latente, presente sem razão específica, pudesse, nos sonhos, encontrar descarga fora do domínio da consciência. Freud escreve a Fliess em carta datada de 31 de maio de 1897:

Os impulsos hostis contra os pais (o desejo de que morram) são também um elemento integrante das neuroses. Eles vêm à luz, conscientemente, como ideias obsessivas. Na paranoia, o pior aspecto dos delírios de perseguição (desconfiança patológica dos governantes e monarcas) corresponde a esses impulsos hostis contra os pais. Esses impulsos são recalçados no período em que desperta a compaixão pelos pais – nas épocas de doença ou morte deles. Nessas ocasiões, constitui manifestação de luto recriminar-se pela morte deles (a chamada melancolia) ou punir-se histericamente, por meio da ideia de retaliação, com os mesmos estados de doença que eles tiveram. A identificação que ocorre nessas circunstâncias, como se vê, não é nada além de um modo de pensar que eles tiveram e não torna necessária a busca do motivo [...] Ao que parece,

<sup>21</sup> Breuer, em “Estudos sobre a histeria”, descreve os estados hipnoides como um enfraquecimento das funções da memória, volição, emoção e das percepções de modo geral.

<sup>22</sup> Carta datada de 31 de maio de 1897: “Outro pressentimento me diz, como se eu já soubesse – embora eu não saiba absolutamente nada -, que desvendarei, dentro de muito pouco tempo, a origem da moralidade” (MASSON, 1986, p. 250).

é como se esse desejo de morte se voltasse, nos filhos, contra o pai e, nas filhas, contra a mãe. (MASSON, 1986, p. 251) (grifos nossos)

Freud se dá conta de que não apenas as representações se tornariam inconscientes pelo mecanismo do recalque (repressão), mas que os sentimentos também poderiam ter estatuto inconsciente e exigiriam defesas também de ordem inconsciente que modulariam o funcionamento psíquico. Ele afirma: “*Lembrar nunca é uma motivação, mas apenas um meio, um método. A primeira motivação para a formação de sintomas é, cronologicamente, a libido*” (MASSON, 1986, p.252).

Freud buscava pistas que esclarecessem a formação da culpa inconsciente frequente nos sonhos traumáticos, cuja expressão mais comum era a repetição de cenas oníricas de autopunição. O postulado freudiano de que o sonho é a realização de um desejo resultaria da aproximação do trabalho do sonho com a formação de um sintoma. Freud infere que no inconsciente não existem signos de realidade, mas produções fantasmáticas que podem ou não ter suas origens nas reminiscências da infância.

Freud percebe que, por trás dos sentimentos ambivalentes de amor e ódio aos pais, evidentes nos sonhos traumáticos<sup>23</sup>, poderia pulsar um desejo inconsciente subsidiado pela fantasia de ser objeto de amor único e verdadeiro deles, um amor onipotente<sup>24</sup> e egoísta, provocador de impulsos hostis atrelados a sentimentos de rivalidade (sexual). Freud (1900, p. 266) nos diz:

“Os desejos sexuais da criança [...] acordaram muito cedo na infância, e a primeira inclinação da menina dirigiu-se ao pai e os primeiros apetites infantis dos meninos apontaram para sua mãe. Assim, o pai para o menino e a mãe para a menina transformaram-se em rivais perturbadores.

Ainda em 1900, Freud pensava os desejos sexuais incestuosos como um “*impulso natural*”, portanto imposto pela natureza<sup>25</sup>, e que haveria uma preferência sexual pelo sexo oposto. Seguindo o mesmo modelo, haveria uma seleção sexual também dos pais pelos filhos, sendo que os pais prefeririam as filhas e as mães, os meninos. Freud sugere que o amor dos pais pelos filhos seria saudável sob certa condição: “*contanto que o encanto do sexo não perturbe*

<sup>23</sup> É preciso lembrar a afirmação de Freud: os desejos em conteúdo manifesto que surgem nos sonhos são desejos sexuais infantis recalçados, e não desejos atuais (Freud, 1900).

<sup>24</sup> Tema desenvolvido por Freud em “Introdução ao narcisismo” (1914).

<sup>25</sup> Freud (1900): “Como Édipo, vivemos na ignorância dos desejos que violam a moral e que a natureza nos impôs. Quando esses desejos nos são revelados, todos nós queremos desviar os olhos das cenas de nossa infância” (p. 304) (grifos nossos).

*seu juízo*” (p.298). O autor revela uma preocupação com os pais que satisfazem demasiadamente o desejo da criança, levando-a a ceder de sua própria pulsão sexual (antes livre) para corresponder a eles. Tal ideia, que se encontra nos primórdios dos escritos psicanalíticos, é relevante para nosso estudo e aponta para questões em torno do sentimento de desamparo que mais tarde viria a dominar o constructo psicanalítico sobre o sofrimento psíquico.

Freud propõe que o processo de identificação com produções fantasmáticas torna-se uma possibilidade viável para explicar a *inscrição da moralidade* após um período de imoralidade infantil (contemplado nos “*Três Ensaios*”, 1905). O *sentimento de culpa* seria resultado de um medo inconsciente de ter os desejos sexuais revelados e os sentimentos hostis percebidos, o que poderia causar angústia pelo medo de retaliação. Apoiado nas novas descobertas e seguindo as pistas sobre o papel das *fantasias* na vida psíquica, Freud compartilha com Fliess, em famosa carta datada de 21 de setembro de 1897, que abria mão de sua teoria da sedução porque ela implicaria em uma incidência muito alta da perversão que justificasse a gênese dos casos de histeria.

O medo da retaliação estaria na base do quadro de paranoia, precipitado pelos efeitos do trabalho da projeção psíquica. Pela montagem do complexo edipiano, Freud concluiu que a primeira forma de defesa psíquica seria suscitada pelo sentimento de autopreservação em face da ameaça de castração. Porém, os estudos da paranoia deram mais relevo aos sentimentos morais, agravos sociais ou motivos de desprezo que não alcançassem uma repressão bem-sucedida. Freud (1911a<sup>26</sup>, p. 88) comenta:

Uma percepção interna é suprimida e, em substituição, seu conteúdo vem à consciência, após sofrer certa deformação, como percepção de fora. Essa deformação consiste, no delírio persecutório, numa transformação do afeto; o que deveria ser sentido internamente como amor é percebido como ódio vindo do exterior [...] A projeção não aparece somente na paranoia, mas também em outras condições da vida psíquica e inclusive na participação regular em nossa atitude para com o mundo externo.

Em “*Introdução ao Narcisismo*” (1914), Freud postula que, antes do narcisismo secundário, haveria um período de experimentação monista de característica anobjetal, a fase do auto-erotismo. Naquele período, ocorreriam projeções de percepções internas para o exterior. No início, elas não executariam defesas propriamente ditas, mas inaugurariam um engendramento psíquico de funcionamento primitivo que fornece um colorido ao mundo

---

<sup>26</sup> Capítulo III – “Sobre o mecanismo da paranoia” em “Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia [*Dementia Paranoides*] relatado em autobiografia [O caso Schreber, 1911].

externo. Nesse processo, atribui-se qualidades afetivas ao mundo externo que interferem nos desígnios dos instintos.

Os trabalhos psíquicos da *projeção* e *introjeção* foram apreciados por Freud no texto “*Os instintos e seus destinos*” (1915), no qual ele trata de sua gênese para concluir sobre seu papel na constituição psíquica. A *introjeção* promove o alargamento do *eu*, resultando em identificações e, conseqüentemente, na expansão de experiências emocionais; já a *projeção* promove a expulsão de impulsos hostis. É neste texto que Freud desenvolve a noção de instinto como um conceito limite entre o somático e o psíquico:

“Na medida em que é autoerótico, o *Eu* não precisa do mundo exterior, mas recebe dele objetos, devido às experiências dos instintos de conservação do *Eu*, e, portanto, não pode deixar de sentir estímulos instintuais internos como desprazerosos por algum tempo. Sob o domínio do princípio do prazer se efetua nele mais uma evolução. Ele acolhe em seu *Eu* os objetos oferecidos, na medida em que são fontes de prazer, introjeta-os (conforme a expressão de Ferenczi) e por outro lado expõe de si o que se torna, em seu próprio interior, motivo de desprazer.” (p.74-75)

Desse engendramento psíquico o estado monista se converte em dualista, com forças pulsionais que buscam descarga sob o domínio do “princípio de prazer”. O desenvolvimento da libido ocorre na passagem do autoerotismo ao narcisismo, fase inicial da evolução do *Eu* em face às trocas com o mundo externo, regido pelo “princípio de realidade”.

O processo de aquisição do “princípio de realidade” foi apresentado por Freud (1911b) no texto metapsicológico “*Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico*”. No artigo, o psicanalista desenvolve a ideia de um jogo tensional entre as exigências do “princípio de prazer” (sede dos processos primários que primam pelo prazer) e do “princípio de realidade”, portador das exigências do pacto social e da moral sexual civilizada. O estabelecimento do “princípio de realidade” é descrito por Freud como ‘um passo momentoso’<sup>27</sup> na biografia do psiquismo, realizado em etapas, e salienta [em nota de rodapé] a relevância dos cuidados maternos na passagem do “princípio de prazer” para o “princípio de realidade”.

---

<sup>27</sup> Nota de rodapé do texto “*Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico*” (1911b): “Tentarei complementar essa exposição esquemática com alguns detalhes. Com razão se objetará que tal organização, que se abandona ao princípio do prazer e negligência a realidade do mundo externo, não poderia se manter viva por um tempo mínimo, de modo que nem sequer chegaria a nascer. O emprego de uma ficção como essa se justifica, pela observação de que o bebê, se considerarmos igualmente o cuidado materno, quase que realiza um sistema psíquico desse tipo” (grifo nosso).

Freud (*idem*) concede à função materna o papel de sustentar as descargas motoras (não intencionais) do bebê frente a frustrações impostas pela realidade e permitir que ele alucine a satisfação de suas necessidades internas pelo emprego de uma ficção. “*Mais tarde, a criança aprende a usar essas manifestações de descarga intencionalmente, como meios de expressão*” (p.112). Para o mestre, o funcionamento psíquico do bebê é dominado pelas forças regidas pelo princípio do prazer até que ocorra o desligamento psíquico dos pais. O bebê molda e adapta seu aparelho psíquico à medida que pode significar o que seus órgãos sensoriais captam, e, assim, transformar uma descarga motora em ação (investimento libidinal) dirigida ao *outro*.

Na “*Introdução ao narcisismo*” (1914), Freud aponta que todo investimento objetal seria precedido por uma experiência de amor primordial, fonte de futuras identificações. À época, Freud estava envolvido com o estudo da teoria da libido, e esse texto elucidava questões referentes à bifurcação do destino da libido sexual (libido do *eu* e libido de objeto), o que gerou um debate vibrante que ampliou a compreensão do aparelho psíquico e seu funcionamento, elucidando questões sobre a enigmática inscrição da moralidade que desde 1896 ele tentava explicar.

Com os novos aportes sobre os investimentos libidinais, Freud (1914) assinala a formação de um *ideal de eu* a partir de uma gama de afetos suscitados nas interações primordiais. Tais afetos se consolidariam na formação do juízo de valor, que mais tarde Freud trata como a instância psíquica que mede o *eu* atual em relação ao mundo externo. Acompanhando o percurso freudiano até aqui, vimos que esses afetos são de ordem inconsciente e sofrem distorções pelos processos primários do sonho. Assim, a instância moral, mais tarde conceituada como *superego*, seria composta pela corporificação da crítica de pais, educadores, opinião pública, vozes e multidão indefinida. O caráter difuso da consciência moral, atrelado ao papel doador de símbolos e significados da função materna, conduz Freud a se indagar sobre a transmissão de valores que compõe o inconsciente reprimido primário.

À medida que a realidade factual perdia terreno na compreensão da etiologia das neuroses, a construção teórica calcada na realidade psíquica exigia de Freud formulações que sustentassem a ambivalência psíquica como causa do trauma intrapsíquico. Freud, todavia, não havia conceituado a segunda teoria pulsional (1920), que relaciona o traumatismo a um *quantum* de excitação oriundo de exigências pulsionais em busca de descarga e ligação. Mas foi no entrelaçamento entre plano cultural e universalidade biológica que o pai da Psicanálise

encontrou os alicerces teóricos sólidos que sustentam a noção de realidade psíquica promovedora de sentimentos ambivalentes. Recorrendo a um passado mítico, Freud logrou intrincar os planos intrapsíquico (fatores endógenos) e intersubjetivo (fatores exógenos) que justificassem as formações traumáticas.

No texto “*Totem e Tabu*” (1912-1913), Freud arrisca alguns aportes no campo da antropologia. A nova abordagem descentra o sujeito de uma realidade individual, dotado de um inconsciente depositário de traumas sexuais oriundos da infância, para inclui-lo em um registro mais amplo – na pré-história de sua existência. O inconsciente se torna receptor de fantasias originárias provenientes do campo enigmático de seus antepassados, uma noção que submete a construção da sexualidade a um processo mediado pelo outro.

A ambivalência humana revelada pelo estudo dos mitos e ritos dos povos primitivos permitiram a Freud fazer um tipo de humanização da mitologia, da tragédia grega, e tornar seus conflitos a própria expressão do inconsciente, cuja constituição tornou-se indissociável de uma construção histórica e temporal. Desse modo, a sexualidade não seria mais algo dado e de substancialidade absoluta, mas construído a partir de uma equação que envolve um depositário de símbolos: fantasias (desejos), interditos (senso moral) e sentimentos ambivalentes.

Freud comenta (1912-13, p. 120):

O mundo real, evitado pelo neurótico, é governado pela sociedade dos homens e pelas instituições que eles criaram conjuntamente; dar as costas à realidade é, ao mesmo tempo, retirar-se da comunidade humana.

Freud precisava fundamentar sua hipótese sobre a universalidade e o uso das fantasias sexuais infantis que lhe pareciam peças-chave para compreender o funcionamento do aparelho psíquico. Foi no estudo dos mitos dos povos primitivos que ele encontrou uma forma de alargar a compreensão sobre os desejos incestuosos e parricidas que encontrava no relato dos sonhos. Tal como os sonhos, via régia de acesso ao inconsciente, os mitos também formam símbolos pelo uso dos processos psíquicos primários, cuja figurabilidade é inaudível e indizível. A representabilidade enigmática do mito é portadora de afetos que se confundem entre si e que só podem ser capturados intuitivamente.

Em “*Totem e Tabu*” Freud realiza uma leitura detalhada de ritos e crenças de sociedades organizadas em modelos mais arcaicos que os da sociedade vitoriana e verifica a universalidade do *tabu do incesto* e da veneração ao *totem*, símbolo de poder e autoridade. As leis reguladas pelo *totem* seriam da ordem de um *tabu sagrado* e de ação constante que, se violado contaminaria tanto o sujeito executor da violação como o objeto desta, , causando a perda do direito à proteção e, por consequência, ameaçando sua existência.

Freud (1912-1913) forja um *mito universal*<sup>28</sup> da origem do homem civilizado organizado em torno da *proibição do incesto e do parricídio*, interditos que pareciam preencher os requisitos que faltavam a Freud para dar marcha às suposições sobre a universalidade das fantasias sexuais infantis, aliadas aos sentimentos de agressividade inconscientes, como antecipado em “*A Interpretação dos sonhos*” (1900).

Freud se via às voltas com a explicação da ambivalência dos sentimentos de amor e ódio que provocavam árduos sofrimentos psíquicos, produzindo sintomas histéricos e obsessivos. Desses últimos, a necessidade de auto-punição e controle onipotente do pensamento (a ser reprimido) ganhava expressão em comportamentos repetitivos como tentativa de evitar um mal enigmático. A força de um *mana* atribuída aos tabus parecia justificar o temor a um poder misterioso, algo da ordem do inexplicável, que se violado teria efeito exterminador.

Freud (1912-13, p. 61) comenta:

As mais antigas e importantes proibições do tabu são as duas leis fundamentais do totemismo: não liquidar o animal totêmico e evitar relações sexuais com os indivíduos do mesmo totem que são do sexo oposto. Esses devem ser, então, os mais antigos e poderosos apetites humanos. Não podemos compreender isso, nem verificar nossa premissa com base nesses exemplos, enquanto o sentido e a origem do sistema totêmico nos forem desconhecidos. Mas, para quem conhece os resultados da investigação psicanalítica do indivíduo, o próprio enunciado desses dois tabus e o fato de andarem juntos lembrarão algo bastante definido, que os psicanalistas vêem como ponto nodal dos desejos infantis e como núcleo da neurose (grifos nossos).

Freud sugere que o desejo pelo proibido seria a força motriz da permanência do tabu. Diferente da barreira (diques) imposta pelas exigências da sociedade, explicitada por Freud em 1908(a), o tabu teria um caráter hereditário cujo efeito enigmático implicaria em um temor mais forte que o desejo. O totem seria, por sua vez, um símbolo de autoridade e poder que permite o

---

<sup>28</sup> “Recorrendo à cerimônia da refeição totêmica, podemos dar uma resposta. Certo dia, os irmãos expulsos se juntaram, abateram e devoraram o pai, assim terminando com a horda primeva. Unidos, ousaram fazer o que não seria possível individualmente. [...] O fato de haverem também devorado o morto não surpreende, tratando-se de canibais. [...] No ato de devorá-lo eles realizavam a identificação com ele, e cada um apropriava-se de parte de sua força. [...] a refeição totêmica, ...seria a repetição e a celebração desse ato memorável e criminoso, com o qual teve início tanta coisa: as organizações sociais, as restrições morais, a religião” (FREUD, 1912-13, p. 216-217).

compartilhamento de um saber velado com a função de lembrar enigmaticamente os sujeitos de seus próprios medos.

Freud (1912-13) apontava para algo originário no humano, algo como *ideias inatas*, formando um *patrimônio psíquico herdado*, que coincidem com suas recentes descobertas sobre as fantasias sexuais infantis (p. 60). A ideia de transmissão de um patrimônio psíquico faz alusão às ‘memórias conceituais’<sup>29</sup> (*Ub / Unbewusstsein*) – descritas anos antes por Freud a Fliess (1896) – como registros psíquicos a serem rearranjados em fases sucessivas da vida. Freud acreditava em uma relação de causalidade que permitisse a inscrição de traços psíquicos baseada na viabilidade de sua tradução e significação. Entretanto, as proibições referentes aos tabus indicavam para algo que prescindia de tradução, ou que seria tanto melhor se não fosse traduzido.

No mito forjado por Freud, o *tabu do incesto e do parricídio* compreendem os dois desejos inconscientes e reprimidos do Complexo de Édipo<sup>30</sup> que deram origem ao totemismo como forma de apaziguar a *consciência* de culpa dos filhos e organizar a sociedade primitiva em um tipo de parentesco totêmico para além do parentesco sanguíneo. A ideia de “consciência de culpa” *versus* o “sentimento inconsciente de culpa” seria justamente o que atribui o caráter enigmático ao *mito*. Algo que “se sabe” e “não se sabe” concomitantemente e que se recua diante do mais breve pensamento a respeito.

Freud confessa em carta a Fliess datada de 15 de outubro de 1897 (MASSON, 1986, p. 273):

Descobri, também em meu próprio caso, o fenômeno de me apaixonar por mamãe e ter ciúme de papai, e agora o considero um acontecimento universal do início da infância... Se assim for, podemos entender o poder de atração do Oedipus Rex, a despeito de todas as objeções que a razão levanta contra a pressuposição do destino [...] Cada pessoa da plateia foi, um dia, um Édipo em potencial na fantasia, e cada uma recua, horrorizada, diante da realização de sonho ali transplantada para a realidade, com toda a carga de recalçamento que separa seu estado infantil do estado atual (grifos nossos).

Freud comenta que os tabus do incesto e do parricídio não comportariam o mesmo valor psicológico. O *totem* referente ao tabu do parricídio uniria os membros do grupo de forma

<sup>29</sup> Esse conceito Ub [Unbewusstsein] foi compartilhado por Freud em carta à Fliess datada de 6 de dezembro de 1896 e corresponde a registros inconscientes (MASSON, 1986, p. 208-209).

<sup>30</sup> “Concluindo esta pesquisa extremamente abreviada, seu resultado seria que no complexo de Édipo reúnem-se os começos da religião, moralidade, sociedade e arte, em plena concordância com a verificação psicanalítica de que esse complexo forma o núcleo de todas as neuroses, até onde elas foram acessíveis ao nosso entendimento” (FREUD, 1912-13, p. 238).

afetiva pelo remorso, no intuito de relembrar o amor e a autoridade do pai. Uma identificação social com a culpa pelo parricídio criaria uma sociedade composta de indivíduos que partilham do mesmo *ideal de eu*. Já o tabu do incesto ganha um significado de sacrifício contínuo frente a um desejo de fluxo permanente, um tipo de renúncia simultânea em prol da convivência social e da expiação da culpa. O horror ao incesto adviria então do medo de rompimento do acordo social, um acordo que evitaria que cada membro tivesse o mesmo fim trágico do pai da horda primitiva assassinado. De tal identificação se ergueria um *totem* como representante do vínculo e da autoridade normativa.

Se a violação do tabu pode ser reparada mediante uma expiação ou penitência, que significam a renúncia a algum bem ou alguma liberdade, isso vem demonstrar que a obediência aos preceitos do tabu era ela mesma uma renúncia a algo que desejaria. A inobservância de uma renúncia é contrabalançada por uma renúncia em outro lugar. Isso nos faz concluir que a penitência é algo mais primordial que a purificação (FREUD, 1912-13, pp. 64-65).

Assim, ao mesmo tempo em que o tabu do incesto se torna a própria expiação da culpa quanto ao parricídio, ele simboliza a renúncia que permite o deslocamento do desejo originário e o progresso da vida civilizada. O acordo de renúncia funda uma falta que se entende por originária, conduzindo o psiquismo a ingressar em trabalho de simbolização da dialética insolúvel entre desejo e proibição/medo (angústia). Marca-se assim a origem do sujeito psicanalítico dividido.

Freud (*idem*) afirma que, apesar de o *tabu do incesto* ter sua origem no *sexual*, ele não comporta os elementos instintuais sexuais a serem recalçados próprios da formação do sintoma neurótico. Freud (1912-13) classifica o *tabu* como uma “*instituição social*”, cuja transgressão não alcança reparação pela fantasia psíquica, pois o tabu não estaria a serviço do sujeito, mas a serviço da comunidade humana (p.117).

Fica igualmente claro porque a violação de determinados tabus envolve um perigo social, que tem de ser conjurado ou expiado por todos os membros da sociedade, a fim de não prejudicar a todos. Se substituíssemos os desejos inconscientes pelos impulsos conscientes, tal perigo existe realmente. Ele consiste na possibilidade de imitação, em virtude da qual a sociedade logo se desagregaria. Deixando impune a violação, os outros se dariam conta de querer agir da mesma forma que o transgressor (FREUD, 1912-13, p.63).

O *mito* inauguraria o imaginário psíquico, um núcleo habitado pela pré-história da humanidade, da religião e da moral. Uma verdade a-histórica que precede e ultrapassa os registros biológico e cronológico, deslocando o sexual da realidade factual para a realidade psíquica. O *mito* seria o representante simbólico do homem civilizado pela lógica fálica do pai

da horda primitiva e, embora represente uma proibição, é a partir de sua aceitação que o homem pode se sentir apto para realizar o ‘viver criativo’.

Freud comenta (1912-13, p. 119-120):

As neuroses mostram, por um lado, notáveis e profundas concordâncias com as grandes produções sociais que são a arte, a religião, e a filosofia, e por outro lado, aparecem como deformações delas. A diferenciação resulta, em última análise, ao fato de as neuroses serem formações associativas; elas procuram obter, por meios privados, o que na sociedade surgiu mediante o trabalho coletivo.

Vemos que o pacto social referente ao *mito* organiza as fronteiras do grupo, um dentro e um fora, como muros de uma cidadela. Aqueles que estão dentro se vêem protegidos, os que estão fora não são dignos de proteção; como se a obediência ao tabu ou sua aceitação funcionassem como símbolo de pertencimento e direitos. O tabu tem duplo objetivo: ele define o ‘sagrado’ e, ao mesmo tempo, declara o ‘profano’. O tabu é o próprio sintoma de compromisso do conflito de ambivalência.

“[...] o duplo significado da palavra tabu: sagrado e impuro. Originalmente a palavra não significava essas duas coisas, designava o que é demoníaco, que não pode ser tocado, e, assim, enfatizava um traço comum aos dois conceitos extremos; mas essa persistente característica comum demonstraria que os âmbitos do sagrado e do impuro coincidiam na origem, que apenas depois eles se diferenciariam” (FREUD, 1912-13, p. 110).

Freud (*idem*) conclui que “*as proibições do tabu devem ser vistas como produtos de uma ambivalência emocional*” (*idem*, p.111) e tal compreensão o permite fazer esclarecimentos sobre a origem da consciência moral [*Gewissen*]. O tabu seria um mandamento da consciência cuja violação faz surgir um terrível sentimento de culpa, ao mesmo tempo evidente e de origem desconhecida (p.112). Como se a percepção de uma condenação interior não requeresse qualquer explicação, ela se impõe desde dentro. Freud repensa a subjetividade humana e as injunções da cultura para concluir que a ambivalência ligada às relações humanas específicas se expressa nas mesmas condições reivindicadas pelo *tabu*, quando um sentimento inconsciente inocula o outro pelo mecanismo da repressão<sup>31</sup> (p. 113).

Freud (*idem*) afirma que, ao procurar indícios de uma herança do sentimento de culpa referente ao totem nos neuróticos, “*não encontramos atos, e sim apenas impulsos, sentimentos que aspiram ao mal, mas que foram impedidos de realizá-lo*”. O psicanalista infere, assim, que os impulsos bastariam para a produção de uma reação moral, e conclui que o sentimento de culpa se anteciparia ao ato, ou seja, que “*na base da consciência de culpa dos neuróticos se*

---

<sup>31</sup> Ou pelo mecanismo de uma recusa, ou negação, como veremos adiante.

*acham apenas realidades psíquicas, e não factuais*". Freud vai se aproximando do que mais tarde irá conceituar como pulsão de morte, quando afirma que os sentimentos de hostilidade contra o pai "*bastariam para justificar a reação moral que gerou o totemismo e o tabu*" (p.242).

Em 1919, Freud acrescenta uma nota de rodapé ao texto "A Interpretação dos sonhos" (1900, p.304):

"O complexo de Édipo, mencionado pela primeira vez neste livro, adquiriu por meio de outros estudos uma importância inesperada para a compreensão da história da humanidade e do desenvolvimento da religião e da moral".

Ao concluir sobre o poder da realidade psíquica para a formação de sintomas, Freud parece se sentir mais confortável sobre a decisão de abandonar sua *neurótica*<sup>32</sup>, e chega a confessar com certo alívio que "*assim escaparíamos à necessidade de fazer remontar a um crime horrendo, ofensivo a todos os nossos sentimentos, a origem do nosso patrimônio cultural, do qual temos justificado orgulho*" (FREUD, 1912-13, p.242). Entretanto, o mestre, sempre questionando seu pensamento, ao final de "*Totem e Tabu*" aponta para a importância da realidade histórica de cada um desde a infância, problematizando o destino dos "*impulsos maus*", tema que retomaria posteriormente no texto "*Moisés e o Monoteísmo*<sup>33</sup>" (1939).

Através deste breve sobrevoo sobre o percurso freudiano concluímos que a formação do aparato psíquico é dependente de uma referência cultural doadora de significados que vão habitar a memória para se tornar uma matriz interpretativa para o ego. A trama cultural é o terreno de onde brotam as raízes do *princípio de realidade*, modulador da expressão do inconsciente, instância psíquica regida pelo *princípio de prazer*. Porém, como nos elucidou Freud (1912-13), essa trama cultural é silenciosa, está para além de uma moral social (sexual)

---

<sup>32</sup> Em carta datada de 21 de setembro de 1987, Freud confia a Fliess: "Não acredito mais em minha neurótica [teoria das neuroses] (MASSON, 1986, p.265).

<sup>33</sup> Freud (1939) nos diz em "*Moisés e o Monoteísmo: três ensaios*": Denominamos *traumas* as impressões experimentadas cedo e esquecidas, às quais atribuímos grande importância na etiologia das neuroses. Não precisamos decidir se a etiologia das neuroses em geral deve ser vista como traumática. Uma objeção simples é que nem sempre podemos pinçar um trauma inequívoco na pré-história de um indivíduo neurótico. Muitas vezes devemos nos contentar em dizer que tudo que há é uma reação extraordinária, anormal, a vivências e demandas que tocam a todos os indivíduos e são por eles trabalhadas e resolvidas de outra maneira, que pode ser chamada de normal. Quando não há outra coisa disponível, para a explicação, além de predisposições hereditárias e constitucionais, somos compreensivelmente tentados a dizer que a neurose não é adquirida, mas desenvolvida. Com relação a isso, dois pontos devem ser destacados. O primeiro é que a gênese da neurose sempre remonta às impressões da primeira infância. Em segundo lugar, é certo que há casos que designamos como "traumáticos" porque os efeitos remontam a uma ou várias impressões fortes dessa época que escaparam a uma resolução normal, de modo que se poderia achar que, não tivessem elas ocorrido, a neurose não teria se produzido. (p.103-104).

vigente e aparente. Ela está submetida a um pacto social mais amplo e profundo, um acordo silencioso que atravessa gerações e imprime marcas psíquicas em cada novo indivíduo que chega para participar da civilização.

Ao deslocar a causalidade dos distúrbios psíquicos mediados pelo trauma factual de ordem sexual, para a ideia de que o sujeito chegaria ao mundo antecipado por fantasias a-históricas, inverte-se a construção da subjetividade, que passa a ser entendida a partir de uma outra lógica: um corpo pulsional e sexual que, mediante sua insuficiência fundamental, pressupõe ser habitado por fantasias a-históricas provenientes do campo do outro para advir como sujeito (BIRMAN, 1997, p.13). A nova lógica agrega aos processos de construção da subjetividade a noção de temporalidade; ou seja, as experiências se acumulam no tempo, formando traços e posteriormente inscrições psíquicas que vão constituir o sistema psíquico e corporal a partir de equivalências simbólicas.

O universo arcaico do psiquismo seria composto, assim, por equivalências simbólicas que ganham expressão no trabalho onírico e que, por sua vez, utilizam a linguagem imagética. Esta, quando é composta por símbolos viáveis e compartilháveis, está autorizada a deslocar-se numa rede de significações produzidas a partir do encontro com o mundo externo, estabelecendo ligações e produzindo introjeções. Quando essas imagens são confrontadas com cenas que colocam em xeque as equivalências, rompe-se a trama simbólica que permite o recobrimento da realidade pela fantasia, o que inviabiliza o trabalho do sonho e do devaneio. Essas imagens se tornam fonte de inquietação e medo, paralisando o psiquismo numa forte tendência ao desligamento.

Desse modo, a violação do tabu do incesto cria um impasse à condição humana tanto a nível social como individual. Apesar de Freud ter conceituado a realidade psíquica como a realidade decisiva para a formação das neuroses, ele nunca de fato constatou que a manifestação de significados sobre a experiência humana estaria imune aos fatores exógenos que compõe o trauma. Foi Sándor Ferenczi quem atribuiu relevo à dimensão social do trauma, ao realizar um trabalho de reconstituição dos processos traumáticos a partir de seu pungente interesse sobre as relações objetais, as assimetrias nessas relações e a qualidade intersubjetiva do trauma. Trauma, realidade e fantasia parecem ser indissociáveis, como pretendemos demonstrar.

## 1.2 Forças intersubjetivas no agenciamento da realidade psíquica - O legado de Sándor Ferenczi

Se no início do movimento psicanalítico Freud deu mais ênfase traumatofílica às provocações impostas pelo excesso de *libido sexual* – sombreando, assim, questões relacionadas à *libido narcísica*, que teria falhado em proteger o *envoltório psíquico* em situações de trauma (ANZIEU, 2000, p.163) –, Ferenczi (1913), por sua vez, enfatizou a importância dos destinos das *pulsões do Eu*. Apoiado na qualidade das interações precoces do bebê com seu objeto primordial e apostando na ideia de que a função materna seria doadora de *capacidades* ao ego, ainda incipiente para lidar com as frustrações da realidade, o psicanalista húngaro repensa a dimensão do trauma sobre aparatos psíquicos mais vulneráveis e mais angustiados. Ferenczi (re)desloca o traumático para a realidade experienciada nas relações de objeto, dando ênfase a uma lógica afetiva proveniente da condição de dependência da criança em relação aos progenitores.

Ferenczi foi um autor que refletiu largamente sobre os impactos do trauma infantil na constituição e no funcionamento psíquico, dando relevo à relação mãe-bebê e às práticas de cuidado e intimidade. A obra do autor tem os rastros de sua jornada pessoal. De origem húngara, Ferenczi foi o oitavo e último filho do casal Bernáth e Róza; eles compunham uma família abastada e intelectualmente rica da efervescente capital Budapeste. Ferenczi cresceu em um ambiente de intelectualidade e sofisticação que contrastava com extremismos reacionários oriundos de tempos conflituosos na Europa central entre 1848 (Primavera dos Povos) e 1945 (Segunda Guerra Mundial)<sup>34</sup>.

A veia questionadora de Ferenczi, herdada do pai revolucionário, perpassa toda a sua obra que é marcada pela revisão de alguns dogmas do pensamento da época. Ferenczi levantou questões que adubaram os terrenos recém sedimentados da Psicanálise, tais como as noções de uma tendência regressiva (saudável) a uma posição de passividade frente ao outro, o mecanismo da introjeção, a assimetria de poder na dupla analista-analisando, a adaptação da família à criança. A última se desenvolveu a partir da crítica que ele tecia em relação aos métodos de

---

<sup>34</sup> Para informações detalhadas sobre a vida de Ferenczi e influências sobre sua obra, ver “Budapeste, Viena e Wiesbaden: o percurso do pensamento clínico de Sándor Ferenczi” de Gustavo Dean-Gomes (2019)

educação que retiravam da criança a espontaneidade, pelo excesso de rigidez e autoridade. Ferenczi chacoalhou a classe médica ao questionar a sugestibilidade dos pacientes frente à autoridade médica, dotada de um suposto saber sobre o corpo e a sexualidade (SABOURIN, 1988/1985).

A expressão das memórias de Ferenczi faz referência a lembranças de uma relação ambivalente com sua mãe Róza, uma mulher vibrante e intelectual. Relatos indicam que ela liderou com sucesso os negócios da família após a morte do marido, o que sugere uma postura pioneira em seu tempo. Não nos caberá contar a história dessa relação, mas apontar para os ecos gerados no trabalho do autor que parecem advir dessa atmosfera familiar (SABOURIN, 1988 [1985], p.11).

Em correspondência a Groddeck (1921), Ferenczi tece comentários sobre a relação com sua mãe:

“Segundo me lembro, é certo que quando criança recebi *dela* pouquíssimo amor e demasiada severidade, não se conheciam em nossa família sentimentalismos e carícias. Em compensação, eram zelosamente cultivados sentimentos como: o respeito pudico para com os pais” (SABOURIN, 1988 [1985], p.11).

Freud já havia batido na tecla da severidade da educação pudica inúmeras vezes na tentativa de desvendar a inscrição da moralidade no psiquismo e os processos de repressão psíquica. Ferenczi, no entanto, aponta para algo a mais, e, tomando como base a própria experiência emocional vivida na relação com a mãe, refere-se assim a essas influências:

“A esse respeito, gostaria de emitir a hipótese de que os movimentos de expressão emocional da criança, sobretudo os libidinais, remontam fundamentalmente à terna relação mãe-criança, e que os elementos da malevolência, de arrebatamento passional e de perversão aberta são, na maioria das vezes, consequências de um tratamento desprovido de tato, por parte do ambiente” (FERENCZI, 1931, p. 85).

No primeiro grande texto psicanalítico, intitulado “*Transferência e introjeção*” (1908), Ferenczi se mostra preocupado em tratar do problema da vulnerabilidade do paciente (obediência cega e confiança incondicional) em face à hipocrisia e neutralidade do analista. Nesse artigo, o autor utiliza situações de sua prática clínica, ainda convencional, para abordar a passividade do analisando em relação ao analista. Para o autor, a figura de autoridade exerceria fascínio e um comportamento subserviente no paciente.

O papel místico que desempenha nas fantasias sexuais, o médico que conhece todas as coisas proibidas, vê e toca no que está escondido, é sim um determinante natural das fantasias históricas e da

transferência. A análise mostra que a associação do médico à sexualidade forma-se desde a infância, de modo geral quando, através da brincadeira de médico, as crianças satisfazem sua curiosidade sexual. (FERENCZI, 1908, p. 91)

Se por um lado o analista em sessão poderia aliviar a culpa do paciente ao atenuar sentimentos de responsabilidade que poderiam ser entregues a ele, por outro uma simples observação do analista sobre um comportamento do paciente poderia despertar neste imensa fúria ou submissão. Ferenczi percebe a volatilidade do funcionamento psíquico em face da interação analítica amalgamada pela transferência e dessa anotação conclui sobre o deslocamento de afetos então dispersos pelos efeitos do recalçamento e que buscavam alguma forma ligação.

Esse tipo de disposição psíquica provoca a curiosidade de Ferenczi, que se interessa em investigar os sintomas<sup>35</sup> suscitados pela transferência inconsciente de resíduos libidinais provenientes de situações arcaicas. Para o autor, o *quantum* de afeto não ligado, suscitado no encontro com a realidade, precisaria ser diluído para aplacar a tensão, como um capital afetivo que busca investir libidinalmente objetos e agregá-los à esfera egóica para aliviar o excesso de excitação flutuante. Essa operação recebeu de Ferenczi o nome de introjeção, que primeiramente era visto como mecanismo defensivo, para se tornar um modelo fundador do aparelho psíquico, fonte de fantasias conscientes e inconscientes, e dos processos de simbolização (FERENCZI, 1908).

Ferenczi (1908) desenvolve uma metapsicologia sobre o funcionamento psíquico ao articular as noções de projeção e introjeção e formular a gênese da formação de conteúdos psíquicos. Para o autor, o mecanismo da projeção opera a partir das primeiras impressões sensoriais do mundo externo, independentemente de despertarem prazer ou desprazer. Já a “introjeção primária” se impõe como desafio ao ego, que precisa reabsorver parte do mundo externo que não se deixou expulsar, que resistiu. A introjeção permite o deslocamento de afetos para os objetos que o suscitaram, levando ao nascimento do primeiro *amor/ódio objetal*, modelo de toda transferência posterior<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> Ferenczi (1908b) diz: “Para melhor entender o caráter fundamental do psiquismo dos neuróticos, comparemos seu comportamento com os dos dementes precoces e paranoicos. O demente retira totalmente seu interesse do mundo externo, torna-se infantil e auto-erótico (Jung, Abraham). O paranoico tenta fazer o mesmo sem conseguir inteiramente”. (pp.94-95)

<sup>36</sup> Essa ideia foi retomada e ampliada por Freud em “*Uma Introdução ao narcisismo*” (1914), em que ele afirma que todo investimento objetal, ou seja, libidinal, é precedido por uma experiência de amor objetal, normalmente experimentada nos cuidados maternos, fonte de impulso para o deslocamento da libido.

Nas palavras de Ferenczi (1908):

O primeiro amor, o primeiro ódio, realizam-se graças à transferência: uma parte das sensações de prazer ou desprazer, auto-eróticas na origem, deslocam-se para os objetos que as suscitaram. No início, a criança só gosta da saciedade, porque ela aplaca a fome que a tortura – depois acaba gostando também da mãe, esse objeto que lhe proporciona saciedade. (p.96)

Na visão de Ferenczi, o mundo externo se objetaliza num movimento de oposição ao ego, promovendo a divisão dos conteúdos psíquicos em “eu” e “não-eu” a partir de uma exploração autossimbólica promovedora de sensações e afetos que recobrem o mundo externo e os objetos (FERENCZI, 1908, p.96). Embora Ferenczi concorde com Freud que a realidade psíquica é contruída pelo indivíduo de modo singular, a maneira com que o húngaro teoriza sobre o desenvolvimento do sentido de realidade apresenta nuances diferentes.

Para Ferenczi (1913), o desenvolvimento do sentido de realidade se constituiria a partir do princípio do *desprazer*, e não pelo princípio do prazer, como postulado por Freud (1911b). Para o húngaro, o encontro com a realidade implica um dar-se conta da “malícia das coisas”. Diante dos desafios nos processos de adaptação, Ferenczi entende que as exigências da realidade precisam ser suavizadas por uma presença que possa amortecer as vivências de desprazer. Tal presença foi nomeada de transferência materna e seu ritmo e previsibilidade poderia contribuir para a progressiva e controlada perda do sentimento de onipotência.

O desenvolvimento do sentido de realidade apresenta-se em geral como uma série de sucessivos impulsos de recalçamento, aos quais o ser humano é forçado pela necessidade, pela frustração que exige a adaptação, e não por tendências para a evolução espontânea. O primeiro grande recalçamento torna-se necessário pelo processo de nascimento que, com toda certeza, faz-se sem colaboração ativa, sem “intenção” por parte da criança (p.59).

Ferenczi (1913) discorda de Freud sobre a noção de que o bebê já nasceria dotado de um impulso de evolução espontânea. Dispensando uma postura darwinista, ele desenvolve uma teoria (um tanto mais romântica) para considerar uma tendência contínua à *regressão*<sup>37</sup>, como se houvesse uma tendência a retornar a um estado de onipotência incondicional e passividade, um estado em que tudo lhe é suprido e cujo protótipo seria a vida intrauterina. No útero materno tem-se “a impressão de ter tudo o que se quer e de não ter mais nada a desejar” (p.48).

Ferenczi (1913, p.48) nos diz:

---

<sup>37</sup> Ferenczi aprofunda o tema da regressão psíquica no importante texto “Thalassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade” (1924).

“Freud qualifica de ficção uma organização que seria escrava do princípio de prazer e desprezaria a realidade do mundo externo, e é no entanto – diz ele – praticamente o que acontece com o bebê, desde que se levem em conta os cuidados maternos. Acrescentarei que existe um estado do desenvolvimento humano que realiza esse ideal de um submetido unicamente ao prazer e não só na imaginação e de maneira aproximada, mas na realidade e de modo efetivo. [...] Refiro-me ao período da vida passado no corpo da mãe” (p.48).

A partir dessa ideia, o húngaro evolui para a importância dos cuidados maternos frente ao desafiador processo adaptativo à realidade (FERENCZI, 1913, p.53). Para o autor, a função materna tem o papel de sustentar o sentimento de onipotência do bebê que, ao deixar um estado de *satisfação passiva*, como se encontrava no útero, precisa gradativamente incorporar modos de *satisfação ativa*. Esse processo não seria contínuo e progressivo, mas se travaria num tipo de experimentação do mundo externo caracterizado por avanços e recuos adaptativos, marcados por uma tendência à regressão adaptativa.

A tendência regressiva imprime um ‘vaievém’ entre passividade e atividade, estabelecendo uma dimensão temporal ao funcionamento psíquico. Ferenczi elabora sobre uma organização psíquica realizada em ciclos ou estágios que possibilitem o trabalho de recalque necessário à adaptação às exigências civilizatórias. O autor assinala que o mecanismo da regressão é um recurso natural que busca um retorno a situações anteriores às vivências de frustração, como um treino adaptativo. O ser humano precisa de tempo para se adaptar e sentir-se apto a utilizar os recursos de autoproteção, que evitam o desprazer pelo uso de forças recalcedoras. O autor acrescenta que falhas na repressão podem transformar a regressão numa fixação da libido em determinado estágio de desenvolvimento, configurando uma neurose<sup>38</sup>.

Ferenczi divide em seis etapas o desenvolvimento do sentido de realidade. O primeiro se caracteriza por um estado de indiferenciação com o mundo externo, cujo protótipo, como vimos, é a vivência de total passividade no útero materno. Os estágios consecutivos são vivenciados a partir de inevitáveis falhas, excessos ou ausências provenientes do ambiente. Ferenczi postula que a exploração do mundo ocorre pelo modelo autossimbólico, iniciado nas práticas do auto-erotismo e que suscitem experiências de prazer e desprazer. Desde que não

---

<sup>38</sup> Em “Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia [DEMENTIA PARANOIDES] relatado em autobiografia [O caso Schreber]“ (1911a), Freud escreve que a fixação seria a primeira fase do mecanismo da repressão e condição para que esta ocorra. A fixação libidinal ocorreria como um tipo de inibição no desenvolvimento, que permanece num estágio infantil, promovendo de forma inconsciente a predisposição para a futura doença (p.89).

faltem os cuidados maternos para proteger a ilusão de onipotência, o bebê pode colocar em funcionamento habilidades psíquicas que amortecem os estímulos desagradáveis, mas necessários aos processos de diferenciação. Assim, o mundo externo se constitui pela objetualização das coisas, pela oposição ao objeto.

O uso da alucinação, dos “gestos mágicos”<sup>39</sup>, do animismo, das palavras e pensamentos mágicos e, por último, do investimento erótico libidinal caracterizam os tipos de funcionamento psíquico predominantes em cada fase do desenvolvimento do sentido de realidade. São etapas que, se vividas em lenta e progressiva perda do sentimento de onipotência, viabilizam a plena atuação dos mecanismos de projeção e introjeção. Pelo modelo autossimbólico de exploração, o objeto suscita impressões corporais que se traduzem em significados afetivos que promovem um deslocamento libidinal espontâneo. Esse engendramento psíquico configura as chamadas “equivalências simbólicas”, que, pela teoria ferenciana do simbolismo, dá relevo à dimensão econômica contida nas relações.

A criança desenvolve as relações simbólicas com o mundo externo ao correlacionar sensações corpóreas com os objetos, numa espécie de mímica. Aos poucos, o simbolismo gestual é substituído pelo simbolismo verbal, à medida que identificações são promovidas (FERENCZI, 1913, p.55). O sujeito vai se tornando cada vez mais hábil a distinguir suas próprias impressões afetivas à medida que adquire o pensamento consciente. A oscilação entre presença e ausência da função materna, em intervalos toleráveis e previsíveis, possibilita à criança a ativação da memória afetiva de experiências prévias que passam a incorporar um modelo comparativo para a percepção de experiências subsequentes.

O “desenvolvimento do sentido de realidade” é, para Ferenczi, herdeiro das frustrações vividas pela perda da ilusão de onipotência, uma ocorrência necessária, mas que deve ser paulatina. Quando a onipotência não pode ser sustentada, os processos primários recalçados perdem êxito, levando ao acionamento do mecanismo da negação, ou recusa perceptiva, que dificulta a tolerância de sentimentos ambivalentes próprios do encontro de Eros com a

---

<sup>39</sup> Ferenczi (1913) nos diz: “A criança também aprende progressivamente a estender a mão para os objetos que cobiça. Resulta daí uma verdadeira linguagem gestual: por uma combinação apropriada de gestos, torna-se capaz de exprimir necessidades muito específicas, as quais, na grande maioria das vezes, serão efetivamente satisfeitas; de modo que a criança – desde que respeite a condição que consiste em exprimir o desejo mediante gestos correspondentes – pode continuar a crer-se onipotente: é o período da onipotência com a ajuda de gestos mágicos” (p.52). Esse pensamento foi retomado por Donald Winnicott quando ele desenvolveu o conceito de “estado de ilusão”, “uso do objeto” e “sobrevivência do objeto”.

realidade. Ferenczi aponta para a relevância de uma relação de intimidade do bebê com o objeto primordial. Ele nos fala que uma presença (materna) capaz de ler gestos e pensamentos prepara e equipa o psiquismo infantil com habilidades psíquicas para superar pequenos traumas.

Ferenczi nos diz:

“Não é demais repetir: todas as crianças vivem na feliz ilusão da onipotência de que efetivamente se beneficiaram outrora – ainda que isso ocorresse tão só no seio materno. Dependendo do “*Daimon*” e do “*Tyche*” elas podem conservar esses sentimento de onipotência ao longo da vida e converterem-se em *otimistas*, ou irem engrossar o contingente dos *pessimistas*, que jamais aceitam renunciar a seus desejos inconscientes irracionais” (FERENCZI, 1913, p. 57).

A referência feita a *Daimon* (poder oculto, gênio pessoal) e *Tyche* (a entidade que governa o destino) como protetores de um *sentimento de si elevado* e de uma *esperança* no futuro justificam a importância que o autor confere ao papel de mediação realizado pela função materna na sustentação do sentimento de onipotência. A criança que possui uma autoestima elevada estaria em melhores condições para confiar em sua percepção da realidade, acessar seu data-base de memórias com segurança e liberdade e, assim, desenvolver um juízo de valor autônomo, marchando livremente em direção a um Ideal de *Eu* não-assujeitado.

No sentido oposto da ação de “ler gestos e pensamentos” idealizada por Ferenczi, o abuso sexual infantil, constitui uma dupla violência ao desconsiderar o tempo e o desejo da criança e vir acompanhado de um desmentido.

Freud assinala no texto “*Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*” (1905) que a sedução por parte de um adulto pode desorganizar o instinto sexual da criança, que ainda se expressa de forma polimorfa. O abuso sexual infantil rompe a hierarquia entre as gerações, instituição protetora da temporalidade da infância, o que interrompe ou suprime a fase de latência.

Ainda em 1913, Ferenczi conceituou o período de latência como “*o grande impulso de recalçamento individual*”. Ele faz uma analogia à observação de Freud de que “*o caráter da espécie é o precipitado da história da espécie*” (p.60), tomando como princípio a repressão dos tabus como condição do processo civilizatório e identificatório do ser humano. Ele compara o rompimento do período de latência a uma catástrofe na evolução das espécies e afirma que “*a realidade é um duro combate pela existência*” (FERENCZI, 1913, p.61), um

combate a ser atravessado em companhia da função materna em seu papel protetor e vitalizante.

A proteção do instinto sexual infantil contra um súbito e antecipado desprazer (como aumento de tensão) garantiria o desenvolvimento das zonas erógenas e dos estágios de desenvolvimento sexual da criança, permitindo a vivência de uma fase genital caracterizada pela exploração espontânea da sexualidade do adulto pelo uso do “sonhar” e do “*fantasiar*”. De acordo com Ferenczi (1913), o período de latência franquia à criança um tempo no qual ela pode imaginar a cena primária, fantasiá-la, autorizá-la em pensamento, realizando o espontâneo deslocamento de suas moções libidinais de forma segura e protegida.

No campo da onipotência, os impulsos de recalçamento têm plena senhoria da casa; eles inibem ideias *in status nascendi* e as transformam em outras histórias mais viáveis, que podem ser pensadas, fantasiadas e compartilhadas. A aceitação da perda do sentimento de onipotência significa que o trabalho da repressão vingou, uma conquista vital aos processos de adaptação à realidade.

Uma vez suspensa a repressão, o sujeito fica descoberto do manto da fantasia (recurso da onipotência) e é assediado pelo *real*. Assim, as crianças adoram os contos que falam de enamoramentos, disputas, superação e mesmo aqueles que tratam de perdas importantes.

Ferenczi (1913) trata da importância da fantasia diante da vulnerabilidade do humano devido à sua dependência e do relato que os pais fazem aos filhos por meio da leitura de contos como a “*representação artística extrema da situação perdida de onipotência*”:

“Na realidade somos fracos e vulneráveis, e os heróis dos contos serão, portanto, fortes e invencíveis; somos limitados pelo tempo e pelo espaço em nossa atividade e em nosso saber: nos contos vive-se eternamente, está-se em mil lugares ao mesmo tempo, prevê-se o futuro e conhece-se o passado. O peso, a dureza e a impenetrabilidade da matéria constituem a todo instante obstáculos em nosso caminho, mas o homem, em seus contos, dispõe de asas, seu olhar trespassa paredes, sua vara de condão abre todas as portas. [...] Vivemos no perpétuo temor de sermos atacados por animais perigosos ou inimigos ferozes: o manto mágico do conto permite todas as transformações e coloca-nos rapidamente fora do alcance.” (p. 61)

Com a analogia, Ferenczi faz alusão à potência da transmissão psíquica da história que precede o sujeito. O uso da narratividade incrementa o material psíquico herdado como memórias conceituais, é potencializador do sonho de onipotência, compreendido como uma concessão de autoridade aos processos do pensamento.

No texto “*A Adaptação da família à criança*” (1928), Ferenczi demonstra o papel decisivo do ambiente no desenvolvimento do caráter do indivíduo, indicando a importância do manejo das relações de objeto. Ferenczi postula sobre a vivência de um amor passivo nos primórdios da vida psíquica, invertendo o pensamento científico sobre a adaptação do ser humano à realidade. Sempre atento ao papel das falhas do instinto parental quanto ao desmame, ao treinamento do asseio pessoal e à supressão dos maus hábitos, o autor destaca que os pais, ao faltarem com o tato no tratamento com os filhos, teriam se esquecido dos dramas que atravessaram na própria infância (p. 5).

O comportamento ambivalente dos pais, caracterizado pela imprevisibilidade, a incoerência afetiva e o excesso de severidade, dificulta o estabelecimento de uma relação de confiança com o ambiente, condição para o estabelecimento do pleno funcionamento psíquico (introjeções e projeções) e o processo de coesão narcísica. Ferenczi sugere que a interrupção do mecanismo da introjeção leva a criança a experimentar uma pobreza fantasmática que desvitaliza o *Eu* narcisicamente, debilitando os mecanismos de defesa frente a situações potencialmente traumáticas.

O autor faz uma analogia:

“Num quarto onde existe uma única vela, a mão colocada perto da fonte luminosa pode obscurecer a metade do quarto. O mesmo ocorre com a criança se, no começo de sua vida, lhe for infligido um dano, ainda que mínimo: isso pode projetar uma sombra sobre toda a sua vida”.  
(FERENCZI, 1928, p. 5-6)

Ferenczi (1928) problematiza a passagem da primeira infância à civilização quanto às questões ligadas à sexualidade. Ele diz que os pais fazem demasiado segredo sobre algo que as crianças já sabem e não podem compartilhar, e critica o método pedagógico que não fornece à criança o que ela realmente gostaria de saber sobre o valor erótico e sensual dos órgãos genitais. Para ele, quando as crianças não conseguem receber dos pais a informação sobre a função libidinal e erótica dos órgãos genitais, cria-se um grande abismo entre pais e filhos e um sentimento de culpa na criança, que passa a temer as próprias sensações corporais (p.10).

Ao negar o conhecimento aos filhos, os pais acabam por promover uma interrupção do encadeamento associativo entre sensações corporais suscitadas pelos processos

autossimbólicos e a construção do símbolo verbal. Cria-se um impasse ao funcionamento psíquico quando o significado dos objetos do mundo externo, por suscitar afetos contraditórios e proibidos, perde sua condição de transitividade e fica impedidos de se deslocar, podendo ocasionar fixações.

A passagem citada abaixo demonstra como o mestre da Psicanálise tirou grande proveito das teorizações ferenczianas contidas nos textos “*Transferência e introjeção*” (1908) e “*O Desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios*” (1913). Ao desenvolver o texto “*Uma Introdução ao Narcisismo*” (1914), Freud utilizou o conceito de “*introjeção*” tal como teorizado por Ferenczi:

“Um terceiro elemento que concorre para essa extensão – legítima, ao que me parece – da teoria da libido vem de nossas observações e concepções da vida psíquica das crianças e dos povos primitivos. Encontramos neles traços que, isoladamente, podem ser atribuídos à megalomania: uma superestimação do poder de seus desejos e atos psíquicos, a ‘onipotência de pensamentos’, uma crença na força mágica das palavras, uma técnica de lidar com o mundo externo, a ‘magia’, que aparece como aplicação coerente dessas grandiosas premissas. Esperamos encontrar uma atitude análoga face ao mundo externo nas crianças de nossa época, cujo desenvolvimento é para nós mais impenetrável. Formamos assim a ideia de um originário investimento libidinal do Eu, de que algo é depois cedido aos objetos, mas que persiste fundamentalmente, relacionando-se aos investimentos de objeto como o corpo de uma ameba aos pseudópodes que dele avançam. Essa parte da alocação da libido ficou inicialmente oculta para nossa pesquisa, cujo ponto de partida eram os sintomas neuróticos. Notamos apenas as emanções dessa libido, os investimentos de objeto que podem ser avançados e novamente recuados. Enxergamos também, em largos traços, uma oposição entre libido do Eu e libido de objeto. Quanto mais se emprega uma, mais empobrece a outra”. (p. 16-17)

Nesse texto, Freud alarga sua compreensão sobre a libido do *eu* (instinto do Eu), antes associada ao funcionamento psíquico caracterizado pela perda da realidade e presente como sintoma na esquizofrenia, para pensá-la como um fluxo constante e de valor econômico. O autor elucida a conexão entre as funções vitais de autoconservação e as primeiras satisfações sexuais promovidas pelo objeto primordial (materno). Essa ideia corrobora o pressuposto ferencziano sobre o vínculo entre sensações, afetos e escolha objetal.

Nesse sentido, poderíamos inferir que o narcisismo primário seria o cimento do ego, enquanto o narcisismo secundário funcionaria em uma chave de defesa psíquica, tentando ajustar-se ao princípio de realidade. Ferenczi leva esse postulado às últimas consequências para pensar os processos de constituição e funcionamento psíquico sob a lógica da dependência ao suporte (apoio) materno. Em 1929, tempo em que a segunda teoria pulsional já estava

estabelecida, Ferenczi escreve “*A Criança mal acolhida e sua pulsão de morte*”, texto em que problematiza a origem do que seria uma “força vital” presente no ser humano desde sua origem.

Inspirado em observações clínicas sobre o funcionamento psíquico, Ferenczi (1929) retoma a antiga noção de “disposições psíquicas”<sup>40</sup> ao choque traumático, um tipo de “*tendência à nostalgia, à ternura passiva, inapetência para o trabalho, incapacidade para sustentar um esforço prolongado, pessimismo moral e filosófico, ceticismo e desconfiança, além de certo grau de infantilismo emocional*” (p.57). Sempre atento à postura dos adultos em relação à criança, ele considerava o tato, a empatia e principalmente a relação baseada na confiança como elementos indispensáveis para o desenvolvimento psíquico saudável. Para o autor, mais importante que o “conteúdo” ofertado era a “forma” como isso se dava. O autor conclui que falhas, excessos ou ausências (especialmente de amor) poderiam levar a um funcionamento psíquico com predominância da pulsão de morte.

Ainda mais positivo sobre a ideia de que a aquisição dos sentidos de realidade dependeria da possibilidade de afirmação do desprazer, em 1926 Ferenczi amplia essa noção no texto “*O Problema da afirmação do desprazer*”, onde assevera dois pontos relevantes de nosso estudo: a necessidade de um “*apoio*”<sup>41</sup> da função materna para viabilizar o reconhecimento e aceitação da realidade, e a aquisição de uma aptidão para “*julgar*”. Ele nos diz que a afirmação do desprazer possibilita o “uso” do mundo circundante, a possibilidade de poder “contar” com ele. Afirma, porém, que é preciso *contar* com alguém que assegure que a vida vale a pena apesar de todas as exigências, esperas, decepções, frustrações e acontecimentos ruins. O ato de “contar” é contemplado pelo autor que aponta sua importância em dois sentidos: poder *contar com o mundo* circundante como pela possibilidade de fazer cálculos, o *trabalho de calcular*<sup>42</sup>. *Este último refere-se a capacidade de resolver problemas e fazer escolhas a partir de uma atividade de cálculo, em grande parte inconsciente, que daria origem ao juízo de valor e capacidade de julgamento.* (p.443)

---

<sup>40</sup> No Livro III das Obras Completas de Sándor Ferenczi (2000) encontra-se um artigo (“Charcot”) em que o autor faz uma homenagem a Charcot e sua pioneira descoberta sobre a predisposição psíquica ao choque traumático em consequência do enfraquecimento do *eu*. (pp.397-400).

<sup>41</sup> A palavra apoio foi escolhida tendo como referência sua utilização no texto “Introdução ao narcisismo” (FREUD, 1914), em que Freud se refere a uma escolha de objeto por apoio, ou seja, estimulada pela transferência materna.

<sup>42</sup> Ferenczi (1926) comenta: “Todo o processo de pensamento poderia consistir nesse trabalho de cálculo, em grande parte inconsciente, que vem inserir-se entre a sensibilidade e a motilidade, e do qual só o resultado, como nas máquinas de calcular modernas, tem acesso à consciência, ao passo que os traços mnêmicos que serviram para efetuar o trabalho permanecem escondidos ou inconscientes”. (p. 442)

Arriscamos ampliar o significado do “contar” tomando o verbo como o ato de revelar a alguém um ocorrido, compartilhar uma história, tal como anunciamos no início deste trabalho pela voz de Bernard Golse. Um dos maiores desafios do trauma do abuso sexual é a possibilidade de “contar” sobre ele a alguém. Muitas vezes anos se passam sem que a vítima tenha revelado a qualquer pessoa essa vivência. Sem o compartilhamento do que se sente, se percebe e se vivencia, torna-se impossível “contar” com o outro e levar adiante o projeto identificatório pelo uso da introjeção e da transferência.

Ferenczi (1926, p .443) nos diz:

“A formação final de um julgamento [...] representa uma descarga interna, uma reorganização da nossa atitude afetiva para as coisas e suas representações, cujo sentido aponta o caminho para a ação que se segue imediatamente ou mais tarde. O reconhecimento do mundo exterior, ou seja, a afirmação do desprazer só é possível após o abandono da defesa contra os objetos que são fontes de desprazer e sua negação, e após a transformação em impulsos internos das excitações que proveem desses objetos, incorporando-os ao ego. A força que realiza essa mudança é Eros libertado pelo desintrincamento pulsional.”

A passagem acima consolida a centralidade do estatuto da função materna como fonte decisiva de apoio aos futuros destinos da libido. Ferenczi, que vinha teorizando desde 1908 sobre o mecanismo da introjeção e transferência materna, após as muitas construções teóricas apresentadas por Freud, especialmente sobre o narcisismo e a dualidade pulsional, se permite afirmar que as forças de Eros seriam despertadas e fortalecidas pela relação com o objeto primordial. Evidências de um funcionamento passivo em seus pacientes o levam a concluir que traços mnêmicos se acumulam como cicatrizes de impressões traumáticas, destruindo a força de *Eros* (p. 442) e ocasionando a predominância da pulsão destrutiva.

Anos mais tarde, em “*Notas e fragmentos*”(1930), Ferenczi esclarece que “*em vez de pulsão de morte seria preferível escolher uma palavra que exprima a completa passividade desse processo*” (p.271), e acrescenta que toda adaptação à realidade seria precedida de uma tentativa inibida de desintegração como reação à tensão provocada por excitações de desprazer. Em sua visão, a dissolução ou fragmentação do ego seria uma consequência defensiva contra a falha do meio ambiente que teria permitido um acúmulo de experiências desprazerosas. Tal pensamento corrobora o postulado freudiano sobre a gênese econômica da segunda teoria pulsional.

Ferenczi (1929) se aprofunda sobre a tendência à regressão a um estado de ternura passivo, tomando-a como um recurso de sobrevivência próprio aos estágios iniciais da vida. Para ele, o nascer psíquico é dependente das interações com a função maternante, um papel que tem efeitos tanto constitutivos como traumáticos. Por mais nutridora e protetora, a mãe jamais livrará seu bebê de estados excitados de angústia. Ferenczi conclui que a “força vital” *só se reforça após a imunização progressiva contra os atentados físicos e psíquicos, por meio de um tratamento e de uma educação conduzidos com tato, [...] podendo contrabalançar as tendências para a autodestruição*” (p. 59).

Ainda no mesmo texto, Ferenczi retoma o antigo debate teórico sobre a origem da etiologia das neuroses, endógena ou exógena, e conceitua o que ficou conhecido como neurose de frustração, situada no ponto de transição entre os dois fatores. Ele nos fala:

“Aqueles que perdem tão precocemente o gosto pela vida apresentam-se como seres que possuem uma capacidade insuficiente de adaptação, semelhantes àqueles que, segundo a classificação de Freud, sofrem de uma fraqueza congênita de sua capacidade para viver, com a diferença, porém, de que nos nossos casos o caráter congênito da tendência mórbida é simulado, em virtude da precocidade do trauma. Naturalmente, uma tarefa por resolver, a saber, a constatação das diferenças mais sutis entre a sintomatologia neurótica das crianças maltratadas desde o começo e a daquelas que são, no início, tratadas com entusiasmo, até mesmo com amor apaixonado, mas depois foram ‘postas de lado’” (FERENCZI, 1929, p. 59).

Em setembro de 1932, Ferenczi participa do XII Congresso Internacional de Psicanálise em Wiesbaden, onde apresenta formulações acerca do tema “as paixões dos adultos e sua influência sobre o desenvolvimento do caráter e da sexualidade da criança”. Sua apresentação foi publicada em 1933 sob o título “Confusões de línguas entre os adultos e a criança: a linguagem da ternura e da paixão”. Retomando alguns insucessos clínicos experimentados no exercício clínico da técnica ativa, Ferenczi confere à postura de autoridade e hipocrisia do analista a razão da estagnação do tratamento, indo além de Freud, que atribuía à resistência do paciente sua causa.

No texto, provavelmente um dos mais lidos de Ferenczi, ele resgata a origem exterior do trauma, em consonância ao ocorrido no início do movimento psicanalítico, que enfatizava a vivência sexual precoce como produtora da neurose. Ferenczi utiliza o modelo da assimetria entre analista-paciente para pensar a cena de sedução entre o adulto e a criança.

O autor supõe que a assimetria entre adultos e crianças inclui uma confusão de línguas, ou melhor, um mal-entendido entre o idioma da paixão, próprio do adulto, e da ternura, próprio da criança, e sugere que o adulto confunde a demanda por ternura por parte da criança, se autorizando, assim, a tomar a criança como objeto sexual. Tal atitude, aos olhos freudianos<sup>43</sup> de 1900, corromperia o desenvolvimento sexual da criança, que, em sua condição de dependência, sucumbiria à demanda parental.

Assumindo que o excesso de rigidez e autoridade, além de dificultar a formação de uma relação de intimidade e confiança entre a criança e seus pais ainda promoveria um sentimento de medo em relação às figuras adultas, Ferenczi sugere que crianças criadas sem tato trariam consigo uma tendência à fixação em um tipo de funcionamento psíquico passivo análogo ao estágio infantil caracterizado pela dependência. A cena de sedução seguida por um desmentido (materno) agravaria ainda mais o funcionamento passivo da libido na criança.

A tendência ao funcionamento passivo da libido colocaria em risco o mecanismo da regressão e a concomitante tentativa inibida de desintegração, que, na visão de Ferenczi, acompanha os processos adaptativos a cada mudança desfavorável do meio ambiente. Assim, a sedução ativa da criança pelo adulto poderia fazer eclodir um estado de extrema comoção psíquica, especialmente na falta de apoio (benevolência materna) para mediar e significar tamanha tensão. Assim, o estado de fragmentação psíquica, sem socorro, teria como única saída viável de sobrevivência a realização de uma clivagem da personalidade, como tentativa de defesa a uma realidade intolerável.

Ferenczi nos diz (1933, p. 120):

“Se os choques se sucedem no decorrer do desenvolvimento, o número e a variedade de fragmentos clivados aumentam, e torna-se rapidamente difícil, sem cair na confusão, manter contato com esses fragmentos, que se comportam com personalidades distintas que não conhecem umas às outras.”

A criança abusada sexualmente perde a capacidade de pensar e julgar, porque sente-se ao mesmo tempo inocente e culpada, resultado de um psiquismo que tem as funções egoicas massacradas pelos processos de clivagem e negação que ocorrem simultaneamente. Na tentativa de reestabelecer um estado anterior ao trauma, a personalidade da criança, ainda pouco desenvolvida, regride a um funcionamento completamente apassivado em busca de uma

---

<sup>43</sup> Ver Capítulo 1.1 do presente trabalho. Freud (1900) sugere que o amor dos pais aos filhos seria saudável dentro de uma condição, e nos fala: - “*contanto que o encanto do sexo não perturbe seu juízo*” (p. 298).

“beatitude” pré-traumática. Sem encontrar suporte ou apoio materno, e incapaz de suportar a solidão, a personalidade então composta apenas de *id* e *superego* (p.118) ansiosamente recorrerá a uma identificação que lhe assegurasse uma mínima coesão narcísica.

Assim, na visão de Ferenczi, nos casos de abuso sexual infantil o desmentido opera sobre o insuportável. Ele representa o abandono no lugar da proteção e ternura de que necessita a criança em face da ameaça de autodestruição – a imagem da catástrofe. Identificar-se de modo adesivo a um outro se torna a única forma de sobreviver ao próprio desamparo que se deflagra nessas circunstâncias. No desmentido, o sujeito fica exposto à própria vulnerabilidade e dependência ao outro na forma de sujeição, afinal a criança não tem para onde correr. Para Ferenczi, fazer contato com esse tipo de dependência seria aniquilar o sentimento de onipotência infantil, célula motriz da “força vital”.

Para o autor, esse engendramento psíquico enfraquece a força de *Eros* pelo irrompimento de sentimentos de culpa que acionam por sua vez sentimentos de autopunição na vítima. A pulsão de destruição e passividade total se fortalece à medida que o mundo interno se encontra esvaziado dos bons objetos que foram excindidos pelo psiquismo quando tomado por intenso desprazer. O psiquismo busca tornar a vivência inexistente. Sem a benevolência de alguém que possa dar continência e se oferecer como testemunha, a personalidade da criança pouco desenvolvida busca adaptar-se ao novo contexto no modo autoplástico<sup>44</sup>, numa espécie de mimetismo (FERENCZI, 1933, p. 118).

O percurso teórico de Ferenczi desloca o foco das fantasias sexuais infantis como origem do trauma de cunho sexual para dar-lhes um estatuto de efeito coadjuvante ou somatório. Embora Ferenczi dê forte ênfase à dimensão social do trauma, ele nunca dispensa os efeitos da realidade psíquica, dado a importância que sua obra concede à fantasia e à onipotência. O autor volta o interesse às situações em que a criança necessita fazer hiper-adaptações à realidade, sacrificando um ego ainda incipiente, para lidar com situações difíceis, sem acolhimento. A

---

<sup>44</sup> Ferenczi diferencia “reação autoplástica” da “reação aloplástica”. Na reação autoplástica o sujeito reage como um autômato frente a uma situação de desprazer, ou seja, sem imprimir qualquer resistência. O autor faz uma analogia desse tipo de reação “à maneira de um saco de farinha” que sem forma própria se molda ao que dele é pedido como forma de adaptação ao ambiente. A reação autoplástica seria adotada como consequência de um choque que provoca a aniquilação do sentimento de si levando a sujeito a entrar em um estado de comoção psíquica. (FERENCZI, 1934, p.125). Já a reação aloplástica comporta um tipo de adaptação ao ambiente que transforma o mundo exterior e não o Si mesmo. O “ego pode manter seu estado de equilíbrio preexistente e sua organização”. Ferenczi complementa dizendo que “uma condição prévia para isso é um sentido de realidade altamente desenvolvido”. (FERENCZI, 1930, p. 273)

formação de um aparato psíquico mais suscetível ao traumático introduz uma nova visão sobre a gênese do sofrimento psíquico e inaugura para a Psicanálise o campo das patologias narcísicas. Para Ferenczi, a perda precoce da ilusão de onipotência no processo de adaptação à realidade teria consequências importantes sobre as moções libidinais.

Ferenczi (1932) aponta:

“A criança recém-nascida utiliza toda a sua libido para o seu próprio crescimento, e é necessário até dar-lhe libido para que possa crescer normalmente. A vida normal começa, portanto, por um amor de objeto passivo, exclusivo. Os bebês não amam, é preciso que sejam amados” (p. 236).

O que seria um abuso sexual infantil e desmentido senão uma vivência de desamor? O trauma sobre o qual nos detemos nesta pesquisa nos leva a um terreno de investigação psicanalítica bastante denso, pois além de se tratar de um “trauma na sexualidade” ainda incipiente da criança, ele é principalmente um “trauma referente às angústias primitivas de desamparo psíquico”. Quando pensamos que a “força vital” do indivíduo emana de um corpo erótico, o atentado sexual cria bloqueios e fixações que impedem o fluxo dessa força vital que chamamos pulsão de vida. Por outro lado, as figuras parentais que deveriam ocupar o lugar de proteção e cuidado da criança se tornam o agressor, o mentiroso, o cínico, o representante da desproteção. O humano é incapaz de sobreviver centrado em satisfações apenas orgânicas; ele depende dos laços de amor promovidos pela atividade de *Eros*, e acaba recorrendo a mecanismos de defesa que o fazem suportar muito mais do que poderia.

A dimensão social do trauma dá relevo às relações intersubjetivas cujo protótipo é a relação mãe-bebê. Nesse sentido, o desmentido realizado pela relevante figura materna (ou representante dela) tem para o autor um significado de apagamento da subjetividade. A criança não se crê real quando não pode se assegurar de algo vivido que não pode ser testemunhado. É como se o espelho que sustenta a personalidade se quebrasse. A falta de mediação simbólica compromete o agenciamento egoico que, pela clivagem narcísica, fica ausente.

Pensar a clínica do abuso sexual infantil a partir das concepções ferenczianas sobre o trauma, aliados aos significados dos códigos transmitidos pelos tabus que alicerçam a construção simbólica de nossa organização social, permite-nos inferir que os níveis de angústia que experimenta a criança abusada são compatíveis à ameaça de morte. Donald Winnicott observou em seus pacientes esse sentimento mortífero nomeando-o de “pavor sem nome”. No

capítulo que se segue tentaremos unir os temas compartilhados nos capítulos 1.1 e 1.2 na obra desse grande autor, que deu relevo ao papel do ambiente na construção da realidade psíquica, ou seja, da subjetividade.

## Capítulo 2 A construção do psiquismo – um olhar sobre a díade

### 2.1 O sentimento de existir e sentir-se real

*“O principal aspecto da infância é a dependência”* (WINNICOTT, 1983[1960])

O pequeno trajeto que percorremos sobre os trilhos da teoria ferencziana demonstra a relevância que a função materna tem para o desenvolvimento do ego. Donald Winnicott (autor que muitos consideram vir de uma tradição ferencziana, faz um percurso teórico que se assemelha ao do húngaro em muitos pontos, em especial na importância que dá ao ambiente (mãe-ambiente) e às primeiras relações de objeto. Nossa intenção não é fazer uma exposição detalhada da complexa teoria psicanalítica desse autor, pois, além de ser tarefa muito ambiciosa, extrapolaríamos o escopo do estudo. Enfatizaremos alguns pontos da psicanálise winnicottiana que nos parecem fundamentais aos nossos propósitos.

Tomando como ponto de interseção entre os dois autores a defesa de uma posição de passividade radical do bebê na origem de sua constituição psíquica, nos preocuparemos em demonstrar os efeitos da relação mãe-bebê no que concerne à possibilidade da conquista de um sentimento de autonomia. A depender da qualidade da relação mãe-bebê, a conquista do sentimento de autonomia pode se dar com maior ou menor êxito. Após uma breve apresentação desta problemática, focaremos em alguns temas que nos ajudarão a pensar sobre os processos maturacionais do paciente vítima de um abuso sexual na infância.

Winnicott (1962) não fala em termos de desenvolvimento do ego, como Ferenczi, mas em termos de ‘processos de maturação’ da criança e processos de ‘integração do ego’, que são infiltrados pela tendência a estados regressivos que buscam ajustes adaptativos ao ambiente. Para Winnicott, o início da vida é marcado por um *“padrão de fragmentação da continuidade*

*do ser*” (p. 59). Por isso o bebê precisa contar com os cuidados de uma “mãe suficientemente boa” capaz de conduzi-lo de um estado de não-integração (fase de dependência absoluta) à integração do ego (estado de autonomia), passando pelo estágio de dependência relativa.

A fase de dependência absoluta se caracteriza pela seguinte condição: o bebê não se percebe separado de sua mãe e esta, por sua vez, em estado de *preocupação materna primária*, tudo provisiona para ele. Winnicott (1963a) chama atenção para a importância de uma postura materna de não-interferência, a fim de preservar uma “*tendência natural que existe na criança de se tornar uma unidade integrada*” (p.82), um status de *ego corporal*. O autor postula que o impulso de necessidade presente na criança, aliado à capacidade materna de preservar o estado de ilusão frente à realidade, asseguraria o acionamento da criatividade primária, ferramenta indispensável para a lida com as exigências da realidade. A progressiva diminuição da capacidade de adaptação da mãe a satisfazer as necessidades instintivas da criança resultará em vivências inevitáveis – e mesmo desejáveis – de frustração. Winnicott (*idem*) nos diz: “*A linguagem aqui é que a mãe não desaponte seu nenê, embora ela possa e deva frustrar no sentido de satisfazer suas necessidades instintivas*” (p. 82).

A mãe suficientemente boa<sup>45</sup> winnicottiana é aquela que se adapta às necessidades do bebê, sustentando para ele uma experiência de “continuar existindo” (*keep on being*) no tempo e no espaço. Através dessa experiência o bebê pode se sentir real (*feeling real*) e desenvolver um *self* verdadeiro. De acordo com Jan Abram (2007), Winnicott faz uso do conceito de *self* para descrever o ego subjetivamente, um ‘senso de si mesmo’ capaz de distinguir *eu* e *não-eu* (p. 295). O estágio *não-eu* corresponde ao período de não-integração e é acompanhado pela ausência de consciência.

Ao longo do desenvolvimento emocional primitivo, composto por uma série de fases de motilidade e percepções sensoriais, o bebê gradativamente se adapta às falhas da mãe-ambiente e passa a compreender o *não-eu* através do reconhecimento de que dela depende, o que desperta sentimentos de raiva e frustração. Winnicott (2005[1993]) sugere que a percepção *eu/ não-eu* seria o momento que o bebê se dá conta de sua *existência* e realiza uma ligação entre *psiquê* e

---

<sup>45</sup> “A mãe suficientemente boa (não necessariamente a mãe do bebê) é aquela que efetua uma adaptação ativa às necessidades do bebê, uma adaptação que diminui gradativamente, segundo a crescente capacidade deste em aquilatar o fracasso da adaptação e em tolerar os resultados da frustração” (WINNICOTT, 1971, p. 25)

*soma*<sup>46</sup>. Inicialmente, é esperado que exista uma tendência a “alternar contatos renovados com estágios mais primitivos no qual tudo está fundido”. Essas alternâncias são extremamente importantes e são herdeiras de uma boa tolerância materna aos acessos de raiva do bebê.

Winnicott pensa a psique enraizada no corpo, ligada ao soma, e diferencia a entidade *psique-soma* de *mente*. O autor aproxima o conceito de *mente* às funções das instâncias egóica e superegóica da 2ª tópica freudiana, enquanto a *psique-soma* comportaria o *id*, fundado no corpo pulsional e que tem a fantasia como seu material psíquico. Existe uma complexidade no pensamento winnicottiano quando traduz a expressão do psique-soma nas formas do *gesto espontâneo*, como sendo este a manifestação do *self verdadeiro*. A locução *gesto espontâneo* nos faz pensar num corpo que expressa algo naturalmente, sem causas exteriores. Essa ideia corrobora o pensamento ferencziano de que o *id* constitui a parte central da personalidade, e o *ego* a parte periférica, suscetível à adaptação.

Os estágios precoces do desenvolvimento precisam contar com uma mãe-ambiente viva e disponível para receber o gesto espontâneo do bebê e sobreviver aos instintos iniciais carregados de fantasias provenientes do sadismo oral. As emanções do gesto espontâneo contam com impulsos agressivos aos quais a mãe deve reagir de forma empática, sendo ela mesma. Isso significa não se deixar destruir ou devorar, e tampouco proteger a si e ao bebê de forma demasiada. Seu papel é garantir a espontaneidade do gesto. (WINNICOTT, 1963, p. 73)

A mãe winnicottiana deve funcionar como um ego-auxiliar, capaz de sustentar a onipotência do lactente - um estado de ilusão que faça com que o gesto espontâneo seja percebido como real, cedendo à criança a crescente habilidade de reconhecer e aceitar a realidade. O momento de ilusão, descrito por Winnicott, relembra os decrescentes estágios de onipotência no desenvolvimento do sentido de realidade apresentado por Ferenczi (1928), e é uma etapa fundamental para a adaptação à realidade: “a fantasia é mais primária que a realidade, e o enriquecimento da fantasia com as riquezas do mundo depende da experiência de ilusão.” (WINNICOTT, 2000[1945], p. 228).

---

<sup>46</sup> “Este estado de coisas, no qual psique e soma estão em íntima relação, desenvolve-se a partir da série de estados iniciais em que a psiquê imatura (embora baseada no funcionamento corporal) não se encontra estreitamente ligada ao corpo e à vida do corpo”. (WINNICOTT, 2005 [1993], p. 8)

A forma como Winnicott (1971) expõe sua teoria é bastante fenomenológica e descritiva; o autor está sempre preocupado com a experiência vivida pela criança. A percepção da realidade pelo bebê se dá primeiramente pela sustentação de uma área de ilusão que compreende uma área neutra – e intermediária – de “experiência que não será contestada.” (p. 28). Essa experiência se dá no que Winnicott (1971) conceitua como espaço transicional, uma “área intermediária a que me refiro é a área que é concedida ao bebê, entre a criatividade primária e a percepção objetiva baseada no teste de realidade.” (p. 26).

No espaço transicional a criança vive o fenômeno transicional que transforma um objeto subjetivo em um objeto que é percebido objetivamente. Essa experiência permite ao bebê a sensação de que criou o objeto de que necessitava instintualmente (objeto criado-encontrado<sup>47</sup>). Segundo Winnicott (2005[1966<sup>48</sup>], p. 129), esse processo permite à criança “adquirir a capacidade de usar a fantasia, de apelar para a realidade interna e para o sonho, e de manipular brinquedos”.

A capacidade para brincar é, para o autor, uma aquisição herdeira do estágio de ilusão, e que permite ao bebê ter uma experiência de controle mágico baseada na “onipotência dos processos intrapsíquicos com o controle que tem do real.” Esse processo precisa contar com a “confiança na mãe que cria um *playground* intermediário”. “O *playground* é o espaço intermediário entre a mãe e o bebê”. (WINNICOTT, 1975[1971], p. 71).

Pela brincadeira desenvolve-se a criatividade, e a criança vai descobrindo a realidade à medida que possa experimentar a frustração, pois a adaptação da mãe suficientemente boa é sempre incompleta. Aos poucos, a necessidade vai tornando reais os objetos que, pela experiência compartilhada, são banhados de afetos bons e maus, permitindo a saída saudável do estado de ilusão. Quando tudo corre bem, o agir da criança ganha a predominância do ‘fazer-pelo-impulso’ e não do ‘fazer-reativo’.

Com o cuidado que recebe da sua mãe cada lactente é capaz de ter uma existência pessoal, e assim começa a construir o que pode ser chamado continuidade do ser. Na base dessa continuidade do ser o potencial herdado se desenvolve gradualmente no indivíduo lactente. Se o

---

<sup>47</sup> Winnicott (1971) nos diz: “Ocorre uma sobreposição entre o que a mãe supre e o que a criança poderia conceber. Para o observador, a criança percebe aquilo que a mãe realmente apresenta, mas essa não é toda a verdade. O bebê percebe o seio apenas na medida em que um seio poderia ser criado exatamente ali e naquele então. Psicologicamente, o bebê recebe de um seio que faz parte dele e a mãe dá leite a um bebê que é parte dela mesma”. p. 27)

<sup>48</sup> “A Criança no grupo familiar: Palestra proferida na conferência da Associação das Escolas de Enfermagem, sobre “progressos na educação primária”, Oxford, 26 de julho de 1966.

cuidado materno não é suficientemente bom então o lactente realmente não vem a existir, uma vez que não há a continuidade do ser; ao invés a personalidade começa a se construir baseada em reações a irritações do meio. (WINNICOTT, 1983[1960]<sup>49</sup>, p. 53)

A capacidade de usar a fantasia pela brincadeira pressupõe tempo. Winnicott é um autor que seguidamente chama atenção para aspectos referentes ao tempo e ao espaço, pois são eles que, se sustentados, permitem a exploração do ‘si mesmo’, do mundo externo e posteriormente do mundo interno. O fenômeno transicional da brincadeira permite que aconteçam a união e a separação entre os objetos; conseqüentemente, pode se dar a formação dos símbolos que irão compor o mundo interno (WINNICOTT,1971).

No texto “*A criança e o sexo*” (1982[1964]) Winnicott comenta que toda brincadeira causa excitações físicas que são acompanhadas por um prazer mental (ideativo) – uma experiência produtora de simbolismo, uma ideia que faz ressonância com a teorização ferenciana sobre a exploração autossimbólica do mundo pela criança. Winnicott afirma que na infância é comum que as brincadeiras sejam nutridas pelo simbolismo sexual que não corresponde a uma excitação sexual. Quando ocorre a excitação sexual na brincadeira, ela é quase sempre representada pela explosão agressiva que requer um clímax simbólico no próprio brincar para que ocorra o alívio de tensão. (p.172)

Assim como Ferenczi postula sobre o simbolismo gestual presente no estágio do desenvolvimento do sentido de realidade, Winnicott (1982[1964], p. 172) nos fala que o brincar oferece à criança a oportunidade de expressar a sua agressividade, que se bem recebida poderá favorecer os processos de simbolização da angústia pelo deslocamento das tensões para um campo de prazer. Estados tranquilos permitem a boa brincadeira, enquanto estados excitados dificilmente encontram um campo lúdico.

Winnicott (2005[1989a], p. 24) comenta:

A criatividade é, portanto, a manutenção através da vida de algo que pertence à experiência infantil: a capacidade de criar o mundo. Para o bebê, isso não é difícil; ele não vai perceber o fato de que o mundo estava lá antes que ele tivesse sido concebido ou concebesse o mundo. O princípio de realidade é o fato da existência do mundo, independentemente de o bebê tê-lo criado ou não.

---

<sup>49</sup> Em “Teoria do relacionamento paterno-infantil” (1960), texto que compõe o livro “O Ambiente e os Processos de Maturação” (1983 [ 1979])

O desenvolvimento infantil compreende estados que vão da dependência absoluta à independência. Tais estados necessitam de cuidados parentais que envolvem o segurar (*holding*), o manejar (*handling*) e a apresentação de objetos, e fazem parte dos fenômenos descritos acima. Quando bem executados, possibilitam ao bebê atravessar de forma saudável as etapas de diferenciação do eu/ não-eu, e a separação da mãe com o ambiente – ou seja, é possível ao bebê caminhar progressivamente da dependência absoluta à independência. A presença ativa da mãe na função de espelhamento acompanha todas as etapas e compreende a possibilidade de integração, inter-relacionamento psicossomático e a relação de objeto.

Winnicott (1971, p.154) postula que quando o bebê vive a experiência do objeto subjetivo, ele não está olhando, por exemplo, para o seio da mãe, mas para a expressão do seu rosto, que lhe fornece a garantia do calor do seio e do leite, bem como o reflexo do próprio estado emocional do bebê. A experiência é de mutualidade, confiança e sintonia, e permite ao bebê expressar-se espontaneamente. Ele se sente sustentado e seguro para realizar a integração de um ego corporal, dando início ao processo da personificação: a percepção de uma pele como membrana que delimita o seu corpo e o do outro, permitindo que comecem as relações de objeto. Essas etapas envolvem um manejo de cuidado e proteção dentro de um espaço de tempo suficiente que permita ao próprio ego do bebê sentir-se descobrindo e se adaptando de forma espontânea em busca de satisfação instintual.

A conquista da integração se baseia na unidade. Primeiro vem o “eu” que inclui “todo o resto é não-eu”. Então vem o “eu sou, eu existo, adquiero experiências, enriqueço-me e tenho uma interação introjetiva e projetiva com o “não-eu”, o mundo real da realidade compartilhada”. Acrescente-se a isso: “Meu existir é visto e compreendido por alguém; e ainda mais: “É-me devolvida (como uma face refletida em um espelho) a evidência de que necessito de ter sido percebido como existente. (WINNICOTT, 1962, p. 60)

Circunstâncias favoráveis desse processo permitem ao bebê sentir-se existindo dentro de seu próprio corpo: a psique encorpa o soma, e tem início uma vida psicossomática. Winnicott (1971, p. 137) afirma que o campo comum entre a criança e outra pessoa compreende a área da experiência de relação de objeto e dos fenômenos transicionais que não compreendem apenas a satisfação instintual (do princípio de prazer), mas um tipo de experiência total em que o *eu* (*self*) pode experimentar a si mesmo antes de experimentar o objeto, uma experiência que precede o uso do instinto pelo eu (*self*). O autor nos fala de uma experiência corporal compartilhada que favorece a formação de habilidades ao ego para se relacionar.

No entanto, antes de ser capaz de se *relacionar* com objetos, o ego precisa desenvolver a capacidade de *usar* um objeto. Winnicott (1971, p. 126) enfatiza que o uso de um objeto nada tem a ver com o princípio de realidade e que “*se afasta da teoria que tende a conceber a realidade externa em termos dos mecanismos projetivos*”. Explica, ainda, que o uso do objeto cria a realidade compartilhada, tese que prevê a aceitação de um paradoxo: o bebê cria o objeto, mas “*o objeto estava ali, à espera de ser criado e de se tornar um objeto catexizado*”. (1971, p. 124).

Para o autor, a capacidade de usar um objeto não é inata, e algumas crianças podem não a adquirir caso não estejam em um ambiente previsível, paciente e confiável. Para que o bebê ascenda à essa etapa maturacional, é necessário que ele destrua o objeto, o que significa dar vazão ao seu impulso real de destruição. Aqui a teoria winnicottiana se aproxima do conceito freudiano de pulsão de morte, porém o autor mescla a tendência ao desligamento a outras que podem se potencializar, ou não, a depender da reação do objeto. (tese que corrobora o postulado ferencziano).

Ao ser destruído como um objeto subjetivo fonte de projeções, o objeto ganha externalidade e, quando se torna externo, ele volta a existir, ele sobrevive. “E o sujeito pode agora usar o objeto que sobreviveu” (p. 126). Winnicott (1971, p. 126) destaca que, nesse paradoxo, há duas situações que se sobrepõem e colocam em marcha a fantasia para ser usada pelo indivíduo:

[...] não se trata apenas da destruição do objeto pelo sujeito, pelo fato de estar o objeto fora da área do controle onipotente do sujeito [...], mas igualmente importante o enunciado ao inverso, ou seja, que é a destruição do objeto que o coloca fora da área do controle onipotente do sujeito. Dessa vez o objeto desenvolve sua própria autonomia e vida e (se sobrevive) contribui para o sujeito, de acordo com suas próprias propriedades.

Esse fenômeno demonstra para Winnicott (1971) o protótipo de uma relação de amor inconsciente, um tipo de identificação própria do narcisismo primário freudiano, que impulsiona a libido a novas catexias de objeto. O sujeito começa a viver uma vida em uma realidade externa que não se reduz aos mecanismos projetivos, inaugurando uma realidade compartilhada em que o objeto, na fantasia, está sempre sendo destruído. Essa atividade não promove a raiva, pelo contrário, habilita a criança a conviver com ela de forma pacífica. A criança que pode confiar no objeto experimenta o júbilo a cada sobrevivência. (p. 130).

## 2.2 A atribuição de um lugar de reserva na relação da díade

Esses mitos e interpretações demonstram conhecimentos psicológicos exatos. Notei que as pessoas que sabem ser preferidas ou favorecidas por sua mãe demonstram na vida uma confiança particular em si mesmas, e um otimismo inabalável, que muitas vezes parecem heroicos e levam a um êxito real. (Freud, 1911/1900).

A família, principal célula da sociedade burguesa, é a transmissora dos valores acordados por um pacto social a serem perpetuados num grupo. Ela é palco dos complexos sentimentos descritos por Freud desde os primórdios da psicanálise, quando convencionou a triangulação edípica como o enredo universal do sujeito psicanalítico. O exercício da parentalidade (de caráter enigmático) tem a função de amparar e proteger o bebê, erotizar seu corpo, espelhar seus sentimentos, apresentar-lhe os objetos do mundo externo. A instalação das funções psíquicas no *eu* nascente depende destes cuidados parentais.

Os processos constitutivos do *eu* passam pela boa elaboração dos processos de separação e individuação. Destes, por sua vez, depende a aquisição de capacidades para lidar com as frustrações da realidade e até mesmo com vivências que podemos chamar de traumáticas. Aliás, a condição para que uma vivência se torne ou não traumática é dependente de como a criança poderá acionar uma função herdada pela relação materna, chamada por Bion de função alpha. Essa função viabiliza a metabolização de uma vivência com potencial traumático, transformando-a em uma experiência emocional.

Sándor Ferenczi e Donald Winnicott se debruçaram sobre o papel crucial da mãe como doadora de autonomia psíquica ao *infans*. Esses autores concordam que a habilidade do exercício livre e confiante da pulsionalidade (impulso criativo para Winnicott) seria dependente da relação de confiança adquirida nos primórdios da vida psíquica pelas boas práticas de cuidado. Um ponto angular de suas teorias é a noção de sustentação de um estado de onipotência (de ilusão) nos primórdios do psiquismo para que a criança possa se desenvolver em todo seu potencial criativo. O vínculo afetivo, a vivência da mutualidade, a simetria nas relações e a tendência regressiva são aspectos constantes na obra desses autores da psicanálise que tendem o olhar o ser humano pela experiência vivida e realidade compartilhada.

Winnicott (1982[1964<sup>50</sup>, pp.26-30]) elege um olhar de saúde para estudar o ser humano e postula que o bebê é uma “*organização em marcha*”, dotado de uma centelha vital que, enquanto acesa, o impulsiona à vida, ao desenvolvimento e à criatividade. Ele faz uma analogia da relação de um bebê com sua mãe: o bebê é o bulbo pronto a se desenvolver, a mãe é sua estufa, a terra, a água. Ela não precisa fazer mais nada, apenas deixar que se desenvolva e converta-se num narciso. O bulbo possui vida em si mesmo, mas precisa ser protegido de situações adversas. O bebê precisa que a mãe reaja às suas necessidades com amor.

Winnicott (1963a) descreve a mãe suficientemente boa como uma companheira do processo maturacional para que o bebê desenvolva um *self* verdadeiro, “e na melhor das hipóteses concretize seu potencial” (p.81). Mas Winnicott também nos diz: “um bebê não existe sem sua mãe”<sup>51</sup>, tamanha é a sua dependência.

Os pais são transformados pela chegada do bebê e, envoltos por essa nova circunstância, escolhem seu nome. Um nome que porta uma história, comporta desejos, desígnios e remete a lembranças. O bebê nunca é exatamente aquele que foi sonhado e imaginado, há sempre uma lacuna a ser preenchida por meio da narratividade – uma construção mútua e pré-verbal, analógica, isto é, edificada por analogias geradas no compartilhamento de afetos e de estados de ser. Esse seria o protótipo de uma *comunicação silenciosa* que se estende ao longo da vida, baseada em uma relação íntima e sensorial de uma mãe com seu filho. Pode ser um sorriso, a musicalidade da sua voz, o ritmo entre o ir e vir, a previsibilidade no manejo dos cuidados, seu jeito de ninar, acariciar, sustentar e embalar. São formas de ser e de se apresentar que indicam uma presença viva:

Quando a consistência domina a cena pode-se dizer que o lactente se comunica simplesmente por continuar a existir, e por continuar a se desenvolver de acordo com os processos de maturação, mas isso dificilmente merece o nome de comunicação. (WINNICOTT, 1963b, p. 166).

Nessa relação íntima Winnicott (1975[1971]) descreve fenômenos vitais para que a criança desenvolva seu gesto espontâneo e possa, ao longo de seu desenvolvimento, rumar em direção à independência. O paradoxo existente na manutenção da onipotência e sua progressiva

---

<sup>50</sup> Texto “O bebê como organização em marcha” compõe o livro “A criança e o seu mundo” (1982[1964]).

<sup>51</sup> Nas palavras de Winnicott (1940)), em uma reunião científica da Sociedade Psicanalítica Britânica: “*Não há tal coisa como um lactente*”, significando que, quando se encontra um lactente, se encontra o cuidado materno. Diz Winnicott que sua fala foi inspirada em texto do próprio Freud de 1911, “*Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico*” em que diz: “*uma vez que se inclui nele o cuidado que recebe da mãe*”.

diminuição remonta aos fenômenos transicionais que ocorrem no espaço intermediário da experiência compartilhada: do ‘objeto criado e encontrado’, da ‘destruição e sobrevivência do objeto’, do espelhamento materno. Winnicott (*idem*) acredita que o que faz uma experiência ter valor real para a criança é a “devoção e fidedignidade da mãe”. Para o autor, quando a criança não pode confiar na relação com a mãe ela duvida da própria realidade, o que coloca em risco os processos de simbolização e subjetivação. (p. 42)

Quando tudo corre bem a psique vai habitar o *soma*. O corpo ganha uma pele psíquica que limita mundo interno e externo, e permite a formação do *self*. Estímulos como o tato se encontram com o erotismo muscular latente do bebê e geram a excitação da pessoa total – uma experiência pessoal de impulsos e sensações. Os cuidados maternos auxiliam o processo de integração psique e corpo, permitindo uma elaboração imaginativa do funcionamento corporal e a superposição entre *self* e corpo (WINNICOTT, 1990, p. 143-144).

A partir desta compreensão, nos permitimos inferir que o abuso sexual infantil e desmentido ferem diretamente a articulação psique e soma, e ameaçam o *núcleo do self* da criança causando um sentimento de desesperança e futilidade. Winnicott (1990, p. 143) nos fornece algumas pistas do que pode ocorrer:

Esse fenômeno pode ser exacerbado em todos os graus possíveis de doença. A ideia de um fantasma, um espírito desencarnado, deriva desta não vinculação essencial entre a psique e o soma. O valor das histórias de fantasmas se deve ao fato de eles chamarem a atenção para a precariedade dessa coexistência.

A ideia de sentir-se um fantasma nos oferece duas analogias. A primeira com o ‘autômato’ ferencziano, e a segunda com o sentimento de sentir-se só quando falta à criança o espelhamento materno. Sentir-se um fantasma se torna uma experiência mortífera especialmente a partir do “*reconhecimento da experiência humana de solidão pré-dependente*<sup>52</sup>”. Somos levados a concluir que o abuso sexual infantil e o desmentido, como representantes da violação de um *tabu*, podem causar uma “*interrupção da continuidade do ser pela intrusão que obriga a reagir*”. (WINNICOTT, 1990, p. 155)

---

<sup>52</sup> Winnicott (1990, p. 155) nos fala: “O reconhecimento desta experiência humana de solidão pré-dependente é imensamente significativo. Ao desenvolver posteriormente sua teoria sobre os Instintos de Vida e Morte, Freud introduz a morte perceptível, a distinção perceptível entre orgânico e inorgânico, e também a ideia da destrutividade, mas ao mesmo tempo omite qualquer referência à dependência original, dupla, porque nem é percebida ainda, e à crescente sensação e percepção da dependência”. (WINNICOTT, 1990, p. 155).

A experiência do caos é, para Winnicott (1990), o reverso da ideia de uma ordem. Caos como sinônimo de escuridão precisa da luz para referir-se como oposto. Para o autor, o ser humano não parte do caos, pois o estado inicial de não-integração é simplesmente um estado primário de “*consciência incipiente da continuidade do ser*”. Assim como Ferenczi (1933) nos diz que a comoção psíquica é precedida pelo sentimento de estar seguro de si, Winnicott (1990) coloca que o “caos só se torna significativo exatamente quando já é possível discernir alguma ordem”; “a desintegração, sim, é caótica.” (p. 157)

A vivência de caos é a própria desintegração e vai desencadear processos reativos por parte da criança: ela precisará de mecanismos para se defender. Winnicott (*idem*) aponta que a cisão é um recurso, mas nem sempre patológico, pois quando a camada protetora da ilusão se tornou possível através do cuidado materno pode-se alcançar “*uma adaptação ativa suficientemente boa*”. (p. 158)

Qual seria a [des]ordem do caos causado por um abuso sexual infantil, ato de pedofilia, e representante da violação do ‘tabu do incesto’? Winnicott (1975[1971], p. 142) pode nos ceder algumas ideias:

O espaço potencial entre o bebê e a mãe, entre a criança e a família, entre o indivíduo e a sociedade ou o mundo, depende da experiência que conduz à confiança, e pode ser visto como sagrado para o indivíduo, porque é aí que esta exprime o viver criativo. (grifos nossos)

Poderíamos inferir que a grande ferida narcísica provocada pelo abuso sexual infantil significaria o esmagamento das relações sagradas, especialmente da relação com a mãe? A falta de proteção materna e de espelhamento poderia causar uma ruptura no laço sagrado.

Em Totem e Tabu (1912-1913, p. 42), Freud comenta:

O significado de ‘tabu’ se divide, para nós, em duas direções opostas. Por um lado, quer dizer ‘santo, consagrado’; por outro, ‘inquietante, perigoso, proibido, impuro’. O contrário de ‘tabu’, em polinésio, é noa, ou seja, ‘habitual, acessível a todos’. Assim, o tabu está ligado à ideia de algo reservado, exprime-se em proibições e restrições, essencialmente. (p. 42)

Luís Claudio Figueiredo (2000), a partir da leitura do artigo winnicottiano “*Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos*” (1963), formulou a ideia de que a preservação do *self* estaria diretamente associada aos atos interditados pelo *tabu*. Essa concepção alinha-se ao que estamos propondo na presente pesquisa: que o abuso sexual fere gravemente o núcleo do *self* e se torna uma ameaça à integridade egóica do sujeito.

Se assim for, podemos lançar um novo pensamento acerca da Lei e de seu efeito subjetivante. A Lei, para além de suas funções de controle pulsional (interdição do incesto etc.),

e produção do sujeito desejante, exerce, talvez, outra ainda mais básica e estruturante: configura os limites do reservado em torno do qual e a partir do qual pode se constituir um self.” (FIGUEIREDO, 2000, p. 52)

Na situação do abuso sexual infantil, o *lugar de reserva* do sujeito é atacado, a estufa a que se referiu Winnicott é quebrada, e o bulbo de narciso murcha. A marcha da criança rumo à independência é interrompida, sua pele é tocada sensualmente, seu corpo atravessado. Simbolicamente, *a Lei transcendente* perde seus efeitos protetores e impulsionadores do desejo, e as catexias de objeto são interrompidas.

Numa dimensão propriamente sexual, a violação do tabu impõe à sexualidade da criança um despertar antecipado de suas zonas genitais ainda desorganizadas. Em um plano simbólico, ocorre uma ruptura com o *sagrado*, pois o que deveria ser reservado como algo valioso e não-disponível, é disponibilizado a todos, retirando da criança seu ‘valor’ e ‘direito’ no grupo. A ausência ou falha materna em proteger o *núcleo do self* da criança, ou ao menos em reconhecer que esse *núcleo* foi atacado, pode se tornar fonte de um ressentimento inconsciente na criança em relação à mãe, aquela que nega o abuso ao realizar o *desmentido*.

Winnicott (1963, p. 172) parece levar às últimas consequências os efeitos do desmentido ao associá-lo a um pecado:

(...) no centro de cada pessoa há um elemento não-comunicável, e isto é, sagrado e merece muito ser preservado. Ignorando por um momento as experiências ainda precoces e perturbadoras da falha da mãe-ambiente, eu diria que as experiências traumáticas que levam à organização das defesas primitivas fazem parte da ameaça ao núcleo isolado, da ameaça dele ser encontrado, alterado e de se comunicar com ele. A defesa consiste no ocultamento ulterior do *self* mesmo no extremo de suas projeções e de sua disseminação infundável... Para mim isto seria um pecado contra o *self*.

A *Lei do Interdito* constitui um tipo de “potencial herdado” que a criança traz consigo em seu inconsciente reprimido primário, e que é doado pelos processos psíquicos da ‘transgeracionalidade’<sup>53</sup> presentes nas relações precoces. A esse potencial herdado Winnicott

---

<sup>53</sup> Freud nos diz em ‘Totem e Tabu’ (1912-1913, p. 60): “Os tabus seriam proibições antiquíssimas, impostas uma vez a uma geração de homens primitivos, ou seja, neles inculcadas violentamente pela geração anterior. Tais proibições recaíram sobre atividades para as quais havia um forte pendor. Elas então foram mantidas de geração em geração, talvez simplesmente devido à tradição, levada pela autoridade dos pais e da sociedade. Mas talvez já tenham se ‘organizado’ dentro das organizações posteriores, como parte do patrimônio psíquico herdado. Quem pode decidir no caso em questão, quanto à existência ou não de tais ‘ideias inatas’, e se elas determinaram a fixação do tabu, sozinhas ou juntamente com a educação?”

atribui o nome de *verdadeiro self*. Caberia à função parental proteger o *self verdadeiro* pelo uso de um tipo de comunicação silenciosa que faz parte das práticas de cuidado do bebê, quando a mãe pode comunicar os conteúdos da *Lei do Interdito* de forma silenciosa, oferecendo ao *infans* um lugar de valor a ser resguardado por seu grupo. Assumimos que esse lugar de valor concedido ao bebê se torna fonte de expressão de sua autonomia e espontaneidade futuras.

Freud (1912-1913) comenta sobre processos endopsíquicos suscetíveis aos estímulos externos ainda sem qualidade afetiva. Com o desenvolvimento da linguagem abstrata de pensamento, mediada pela função materna, esses processos internos podem ganhar qualidade de afeto. O aumento de tensão provocado pelo afeto pode se tornar intolerável ao *eu*, que precisará expelir/expulsar os excessos através do mecanismo da projeção. A boa qualidade da interação com o objeto primordial garante algum grau de metabolização das vivências do bebê, tornando-as fonte de prazer.

Freud (1912-1913, p. 241) insistia na ideia de transmissão de disposições psíquicas através das gerações, particularizando ensejos de caráter pessoal para que a Lei se torne efetiva:

O quanto pode ser atribuído à continuidade psíquica na sequência de gerações, e de quais meios e caminhos serve-se uma geração para transmitir à geração seguinte os seus estados psíquicos. Não direi que tais problemas estejam suficientemente esclarecidos ou que a tradição e a comunicação direta, em que primeiramente se pensa, bastem para o exigido. Em geral, a etnopsicologia pouco se ocupa da maneira como se produz a requerida continuidade na vida psíquica das gerações que se sucedem. Uma parte da questão parece ser resolvida pela herança de disposições psíquicas, que, porém, necessitam de determinados ensejos na vida individual para se tornarem efetivas. Tal pode ser o significado do poeta: “Aquilo que herdaste dos teus ancestrais, conquista-o para que o possuas”. (grifos nossos)

Para Figueiredo (2000), a violação da *Lei do Interdito* ganha significados amplos que conferem ao sujeito efeitos dessubjetivantes: quando a Lei é violada, o *self* também o é. Essas consequências estariam para além de extravios no desenvolvimento da criança, e acarretariam graves comprometimentos ao funcionamento psíquico. A partir de noções winnicottianas sobre a presença ou a ausência de um tipo de comunicação silenciosa que se dá entre bebê e mãe, quando esta cuida dele, e apoiado no texto de Freud (1912-1913), Figueiredo desenvolveu a ideia de que a *Lei do Interdito*, quando bem comunicada e assimilada, garantiria um tipo de “*reserva psíquica*” ao sujeito.

A vida em sociedade só se torna possível na medida em que haja um *pacto social* regulado por uma *lei primordial* baseada na compreensão e aceitação da *lei do interdito* – “um

poder silencioso, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 1998, apud JUNQUEIRA, 2002). A comunicação silenciosa entre mãe e bebê, como proposta por Winnicott, concederia à criança, através de um jogo paradoxal e silencioso, a inscrição dos símbolos da *Lei do interdito*. Isso garante a sobrevivência de um *potente instrumental da ilusão* que, em uma situação pós abuso, não estará mais disponível.

A partir deste lugar de reserva protegido e resguardado, o nascente ser humano se desenvolveria espontaneamente, no tempo e no espaço reservados que permitiriam a temporalização de uma existência e a historicização de um corpo. Winnicott (1975[1971], p. 127) afirma: “*A baby can be fed without love, but lovelessness or impersonal management cannot succeed in producing a new autonomous human child*<sup>54</sup>”.

Assim, a inscrição da *Lei do Interdito*, quando bem-sucedida, sempre transmitida de forma enigmática e silenciosa pela função materna, promove um bem-estar psíquico fonte de um funcionamento mental ativo e criativo ao sujeito, que pode perceber o valor do viver em seu grupo, como nos fala Winnicott (1975[1971]). Ao contrário, a violação dessa *lei* – decorrente de um abuso sexual e posterior desmentido – representa o esfacelamento de um alicerce primordial para o sentimento de pertencimento do sujeito dentro da cultura. Pertencer significa fazer parte, ser protegido, ter direitos e deveres, e principalmente ser amado, ter valor. Assim, nos parece que a vítima de um abuso sexual não se sente existindo em seu pleno direito.

A criança, dentro de sua própria casa, não sabe de antemão o que está prestes a acontecer no desenrolar da cena excessiva/sexual. Podem suceder desde abordagens lúdicas sensualizadas, até formas mais coercitivas de abuso. A sedução perversa comporta elementos altamente antagônicos que confundem a criança, como bem avaliou Ferenczi (1933). Ela se vê impossibilitada de corrigir o erro, e tenta se proteger aderindo ao complô do silêncio que produz o desmentido.

A criança entra em contato com algo que lhe é *conhecido* de algum lugar longínquo e que parece dizer respeito aos mitos endopsíquicos que habitam em silêncio o seu mundo interno. Freud esclarece a Fliess em 12 de dezembro de 1987:

---

<sup>54</sup> Um bebê pode ser alimentado sem amor, mas a ausência de amor ou um tipo de cuidado impessoal não obterá qualquer sucesso em produzir um ser humano autônomo. (tradução nossa)

Você consegue imaginar o que sejam mitos endopsíquicos? São o último produto de meu esforço mental. A tênue percepção interna do nosso próprio aparelho psíquico estimula ilusões do pensamento que naturalmente soa projetadas para o exterior e, tipicamente, para o futuro e o além. A imortalidade, a recompensa, e todo o além, tudo são reflexos de nosso mundo psíquico interno. (FREUD, 1897, *apud* MASSON, 1986, p. 287)

Vimos no capítulo 1.1 que a obscura percepção interna da qual suspeitava Freud ganhou novos significados pelo estudo dos povos primitivos. Freud conceituou as pulsões inconscientes inspirado na noção de mitos endopsíquicos que habitam o mundo interior na forma de fantasia. Um tipo de realidade psíquica que dispensa vivências no exterior para produzir medos e angústia, estados afetivos que na abordagem de Winnicott podem ser compartilhados por um tipo de comunicação silenciosa.

Em “*Comunicação e falta de comunicação ao estudo de certos opostos*”, Winnicott (1963b) nos fala da sensação de ser devorado e engolido, da fantasia de ser descoberto. O núcleo do *self* deflagrado precisa reagir. O paradoxo winnicottiano do objeto criado-encontrado não pode ser revelado, a ilusão precisa se manter em enigma.

A manutenção do estado de onipotência possibilita que a criança mantenha o fluxo do seu gesto espontâneo. O postulado winnicottiano de potencialidade herdada nos permite inferir que haveria algo de nativo no núcleo do psiquismo que só se desenvolve e desabrocha se “ervas daninhas” se mantiverem a uma distância adequada; caso contrário ocorreria um retraimento psíquico. Essa metáfora sobre o espontâneo/nativo parece traduzir o que Winnicott nomeia como expressão do *self verdadeiro*, um núcleo que se forma a partir de uma relação paradoxal com a mãe: a mãe-ambiente e a mãe-objeto.

Figueiredo (2000, p. 54) complementa o pensamento winnicottiano quando nos diz:

A interdição do incesto (a colocação de certos membros da família em *reserva*) seria apenas uma das manifestações de um mecanismo mais fundamental que é o de *colocar em reserva* algo de valioso. Mais propriamente falando: trata-se de dar valor a algo pela operação de *reservá-lo*, pois o alvo do tabu ao mesmo tempo que é interdito adquire certos direitos a um tratamento especial, compatível com seu valor. O mundo ganha relevo, seus objetos ganham valores e o *self* ganha uma posição e um eixo.

As memórias conceituais ou disposições potenciais (herdadas) são agenciadas pelos cuidados maternos. Quando bem-sucedido, esse processo dá origem ao *ser* e ao *relacionar-se* do *self verdadeiro*, que se tornam posteriormente processos do ego. À medida que se relaciona com seus pais, a criança vai aprimorando e se apropriando dos processos do ego, e pode cultivar as expressões de seu *self verdadeiro* quando se sente autorizada a fazê-lo. A ideia de espaço

reservado surge na compreensão de que o *self* verdadeiro atravessaria um período intermediário, quando, a partir da recusa do objeto *não-eu*, poderia recriá-lo após tê-lo destruído, e sua sobrevivência paradoxal nutriria o *espaço potencial*, fonte e matriz da criatividade, essa sim, imprescindível e necessária para lidar com as frustrações e excessos advindos da realidade.

A comunicação silenciosa entre o *self* verdadeiro e o objeto subjetivo (a mãe) é enigmática e sensorial. Quando sustentada pelo sentimento de onipotência, fruto da presença de uma *mãe suficientemente boa*, tal comunicação pode se tornar condição para o pleno desenvolvimento do *self* e de um posterior engajamento do sujeito em seu projeto emancipatório pelo livre exercício de sua pulsionalidade. Por outro lado, a situação se complexifica quando a criança se percebe contaminada, e teme a contaminação do mal proveniente da violação do *tabu*. Como contar para a mãe sobre o abuso sexual quando isso pode significar infectá-la e ao mesmo tempo perdê-la? A criança teme a punição do infrator de quem é dependente. Uma outra ordem simbólica passa a condicionar a trama familiar, que fica então habitada por sentimentos mortíferos, e nos faz lembrar do ditado popular: “*se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*”.

Em uma nota de rodapé, Freud (1912, p. 112-113), comenta:

A consciência de culpa do tabu não é minimizada quando a infração ocorre inadvertidamente; há um interessante paralelo no mito grego em que a culpa de Édipo não é eliminada pelo fato de haver sido adquirida sem que ele soubesse e quisesse e mesmo à sua revelia.

No mito de Édipo Rei, a violação do tabu do incesto por parte de Édipo provoca o seu exílio. É uma transgressão da ordem interna e externa, e que poderá ser atravessada somente pela metamorfose, falsificação, punição ou morte. Sagrado e profano se confundem causando uma crise identificatória. Nesse sentido, a violação da *Lei do Interdito* seria da ordem do indizível e do impensável<sup>55</sup> por compreender uma ameaça de aniquilamento do sujeito em seus direitos de existir, de pertencer ao grupo e de ser protegido por ele. “A aniquilação significa

---

<sup>55</sup> O indizível supõe um saber, saber abolido ou saber em segredo, ao qual apenas o Outro tem acesso. Mais radical, o impensável tem por função preservar o desconhecido como tal. O desconhecido que toma o caráter de sagrado não convém ser nomeado nem representado, uma vez que é o desconhecido ideal, aquele que mantém longe o erro, a ignorância, a falha. O não-dito serve como um tabu para preservar o divino da força mágica destrutiva que têm as palavras. O impensável tem potência de idealização; refere-se à Deus, à sorte. Indizível e impensável não se confundem; sexo é indizível, morte é impensável. (Rosolato, 1981, apud Debieux Rosa, M, 2009)

ausência de esperança; a catexia define porque nenhum resultado completa o reflexo a produzir um condicionamento”. (WINNICOTT, 1975[1971], p. 130)

O sujeito se percebe excluído de seu território, abandonado à própria sorte, pois não é mais digno de receber qualquer proteção de seu condado. É obrigado a exilar-se e exilar-se de si mesmo. A transgressão do tabu produz uma ferida narcísica e, conseqüentemente, um terrível mal-estar. A criança vítima de um abuso sexual e posterior desmentido tem seu *eu* ameaçado de morte por um sentimento punitivo autoimposto. É o seu próprio corpo que está envenenado.

O corpo, como território da mente, é então vivido com desprezo e vergonha. A criança se sente habitada por um objeto contaminado e seu direito à proteção está ameaçado. Isso a coloca em contato com angústias muito primitivas, da ordem do desamparo constitutivo. A criança compactua com o segredo para proteger-se, e no silêncio extingue-se a ‘área cultural intermediária’ fonte do viver criativo. (WINNICOTT, 197, p. 139)

Winnicott (1990, p. 78) nos fala:

A criança saudável não consegue tolerar inteiramente os conflitos e ansiedade que atingem seu ponto máximo no auge da experiência instintiva. A solução para os problemas da ambivalência inerente surge através da elaboração imaginativa de todas as funções; sem a fantasia, as expressões de apetite, sexualidade e ódio em sua forma bruta seriam a regra. A fantasia prova, deste modo, ser a característica do humano, a matéria prima da socialização, e da própria civilização.

O desmentido entre mãe e criança representa o extermínio da experiência compartilhada; ele representa o reverso do trabalho do espelhamento. É como se a experiência do brincar perdesse sua realidade quando não recebe o olhar da mãe para lhe conferir externalidade. E a fantasia, matéria prima da brincadeira, se torna fútil. A espera por uma aferição de realidade sobre a vivência de abuso sexual retira da criança a noção de realidade sobre si mesma. Para se proteger, ela entra em movimentos regressivos (dissociações) que levam à despersonalização. A cada minuto de espera há um aumento da aflição porque a mãe, como função objetalizante, se retira. A despersonalização é a própria sensação de enlouquecimento e significa uma “ruptura na continuidade de si na existência”. (WINNICOTT, 1975[1971], p. 125-126).

Winnicott (1982[1964, p. 181) confirma Freud:

Não faltam provas, na Sociologia e na tradição popular, nos mitos e nas lendas dos povos primitivos, da existência de um pênis paternal ou ancestral, venerado em forma simbólica e exercendo uma imensa influência. No lar moderno, tais coisas são tão importantes como sempre foram, embora se escondam; mas sua importância aparece quando o lar de uma criança se desfaz e ela perde, subitamente, os símbolos em que se habituara a confiar, de modo que se encontra lançada no mar sem bússola e em risco de naufrágio.

Tal como Freud afirma em “Totem e Tabu” (1912-1913, p. 119), a violação do tabu está para além de um sentimento de ambivalência moral que teria como consequência um represamento dos instintos e depois uma *recusa psíquica*: “No tabu, o contato proibido tem, claramente, não apenas sentido sexual, mas sobretudo o significado mais geral de ataque, de apoderamento, de afirmação da própria pessoa”. (FREUD, 1912-1913, p. 119)

A violação da *Lei do Interdito* e o desmentido, portanto, comprometem o sentimento de identidade psíquica, não apenas no sentido intrapsíquico, mas também em seus canais supridores, que uma vez interrompidos, tem efeitos dessubjetivantes. Quando se existe, existe-se para alguém que lhe reconhece e compreende, no seio de um grupo. Existir é um ato contínuo e intersubjetivo, nunca solitário. Winnicott utilizava a expressão no gerúndio para dar destaque a esta ideia de continuar existindo: “*keep on being*”.

## Capítulo 3 Efeitos do desmentido: Da autorização à desautorização perceptiva

### 3.1 A aquisição das funções intersubjetivas

No meu ponto de vista pessoal o trabalho de Klein possibilitou à teoria psicanalítica começar a incluir a ideia de um valor no indivíduo, enquanto que na psicanálise anterior este conceito era exposto em termos de saúde ou má saúde neurótica. Valor está intimamente ligado à capacidade para o sentimento de culpa. [...] Sem dúvida em parte das pessoas há uma falta da capacidade para o senso de culpa. (WINNICOTT, 1958, p. 28)

Na introdução da presente pesquisa, anunciamos que daríamos centralidade ao estudo das relações da díade em situações de abuso sexual infantil, visto que, concordando com Ferenczi, atribuímos à função materna um papel fundamental tanto para a configuração do traumático, como para a possibilidade de sua simbolização e elaboração psíquica. Nesse capítulo, pretendemos demonstrar que os danos causados pelo desmentido materno têm efeitos dessubjetivantes que afetam a integridade egoica do sujeito e interrompem seus processos psíquicos. Nesse sentido, estamos diante de uma problemática egoica em face ao trauma do abuso sexual, o que amplia a circunscrição do trauma para além do território da sexualidade, sem, no entanto, excluir esta última.

Na tentativa de encontrarmos estratégias clínicas viáveis para a vítima desse tipo de trauma, apresentamos as concepções metapsicológicas de dois autores que se completam, Ferenczi e Winnicott. Ambos priorizam o trauma referente às vivências de passividade total e dependência absoluta durante os primórdios da vida psíquica (fase pré-edípica). As falhas e insuficiências da função materna deixam o bebê à mercê de suas pulsões e excitações, bem como de estímulos externos excessivos sem qualquer continência ou tradução. Pensamos que o descrédito materno, como sinônimo do desmentido, evidencia falhas na capacidade empática da mãe com seu bebê e estaria na base da construção de vínculos frágeis e incapacitantes ao ego.

Quando pensamos em abuso sexual infantil e desmentido, a primeira coisa que sentimos é um profundo mal-estar. Como nos elucidou Freud (1930), são acontecimentos que evidenciam nossa falha, enquanto grupo social, em cumprir um pacto coletivo de cuidado, abandonando à mercê da força bruta o desamparado que há em todos nós. Talvez por isso seja tão difícil falar sobre casos de abuso sexual, principalmente quando os envolvidos são conhecidos. Aprendemos com Freud (1912-1913) que o primeiro desmentido da civilização foi “a negação extrema do grande delito com que teve início a sociedade e a consciência de culpa” (p. 229), fundando os tabus do incesto e parricídio, o sagrado e o profano.

Em “*O mal-estar na civilização*” (1930), Freud argumenta que o grande mal-estar é provocado pelo sentimento de culpa suscitado por um ato ou intenção que nos ameace de perder o amor de quem se é dependente, porque assim deixamos de ser protegidos de uma série de outros perigos. (p. 128). Para o autor, *Eros e Ananke* [Amor e Necessidade] são os pais da civilização humana e razão para todas as renúncias e infortúnios, podemos dizer traumas. (p. 106). Nesse sentido, parece que Ferenczi e Winnicott foram bastante freudianos ao trilharem suas teorias.

A questão da autoridade tem um papel fundamental no que concerne à crença nos mitos e sentimento de culpa: afinal, o mais forte mostra sua superioridade sob forma de punição. (FREUD, 1930, p. 128). Ferenczi é um autor que deu ao traumático uma dimensão social, pois pensava que as assimetrias de poder nas relações entre professores e alunos, pais e filhos, médicos e pacientes, entre outros exemplos, poderiam resultar em submissões e comprometimentos psíquicos. Vimos no capítulo 1.2 que sua obra concede uma atenção

especial para as condições de que uma criança necessita para uma edificação psíquica sólida – ou seja, para aprender a lidar com o desprazer, ou com a “malícia das coisas”, como apelidou a realidade. O autor postulou que era a família que deveria se adaptar à criança, um pensamento pioneiro para a época, e talvez até para os nossos dias.

Assim como Ferenczi, Winnicott concedia ao bom ambiente, ou mãe-ambiente, a tarefa de não atrapalhar os processos de maturação do lactente. A mãe suficientemente boa winnicottiana se coloca em presença de ego-auxiliar e interage com seu bebê em termos de mutualidade, um tipo de manejo que deve excluir qualquer assimetria de poder. Para o psicanalista inglês, um *eu* autônomo e apto a rumar em direção à independência é resultado de consecutivos investimentos de amor que supram suas necessidades. É interessante notar que a noção de ‘necessidade’ [Ananke] mencionada por Freud em 1930 foi retomada por Winnicott para pensar que o trabalho de integração do *eu* começa no *soma* e se torna viável pelo cuidado materno não-intrusivo e adaptativo. Como vimos no capítulo 2.1, o autor pensa que um ambiente suficientemente bom é aquele que sustenta no bebê a sensação de ‘*continuar existindo*’ sem muita interferência.

Entre os temas levantados até aqui – a *Lei do interdito*, o sagrado e profano, a autoridade, o sentimento de culpa, a relação da díade e o desenvolvimento de um ego apto a lidar com situações traumáticas ou suscetível a elas –, gostaríamos de apresentar o pensamento de um autor que parece dialogar muito bem com as nossas reflexões. Com essa inclusão, pretendemos explorar mais profundamente as bases da transmissão do sentimento de autoridade à criança. Autoridade, aqui, deve ser entendida não no sentido de uma hierarquia de poder, mas sim no sentido de uma autorização perceptiva que instigue a curiosidade da criança e a incentive a investigar o mundo ao seu redor. Ela estará apta a pensar e processar ideias ao ponto de desenvolver o próprio juízo de valor em termos superegoicos.

Hans Loewald (1906-1993), psicanalista pós-freudiano, erradicado nos EUA e de importante trânsito nas produções winnicottianas, retomou a problemática da ultrapassagem da autoridade parental dando ênfase às relações pré-edípicas. No artigo intitulado “The waning of the Oedipus Complex<sup>56</sup>” (1980 [1978]) o autor antecipa a vivência de formas angustiadas ainda antes do complexo de Édipo. O autor aponta para a relevância da relação da díade mãe-bebê

---

<sup>56</sup> “O declínio do Complexo de Édipo” (tradução nossa).

como motriz para a constituição de um aparato psíquico apto a tolerar culpas, assumir responsabilidades e pensar.

Loewald (1980 [1978], p. 390) não retira da vivência edípica sua centralidade, pelo contrário, ele aprofunda sua compreensão a partir do estudo do período pré-edípico:

É importante ressaltar que ao desenvolver a própria autonomia, nosso próprio superego, e manter relações de objeto não-incestuosas, estamos matando nossos pais. Estamos usurpando o poder deles, a competência, a responsabilidade deles por nós, e estamos abnegando, rejeitando-os como objetos a serem investidos libidinalmente. Em resumo, nós os destruimos apesar de algumas de suas qualidades serem vitais a nós. De modo não menos ambivalente que os filhos, os pais resistem ao mesmo tempo que promovem o processo dessa destruição. Se tudo vai bem, o que resta é carinho, confiança mútua, e respeito – sinais de igualdade. E disso depende, mais que tudo, a predominância do domínio do Complexo de Édipo. (tradução<sup>57</sup> e grifos nossos)

Desde Freud, sabe-se que nenhuma relação de amor é pura, mas sim permeada por sentimentos ambivalentes de amor e ódio. A ambivalência tem várias origens e sua compreensão foi ganhando corpo à medida que o pensamento psicanalítico foi se ampliando, até culminar na conceituação da segunda teoria pulsional, em 1920.

Winnicott comenta no texto “*Psicanálise do sentimento de culpa*” (1958, p. 24):

Foi possível ter uma compreensão intuitiva da culpa inexplicável e das doenças obsessivas e melancólicas fora da psicanálise. Provavelmente é verdade que somente através do instrumento de Freud, da psicanálise e seus derivados, se tornou possível para nós auxiliar indivíduos que são sobrecarregados pelo sentimento de culpa e descobrir a verdadeira origem desse sentimento em nossa própria natureza. O sentimento de culpa, visto deste modo, é uma forma especial de ansiedade associada à ambivalência, ou da coexistência de amor com ódio. Mas a ambivalência e a tolerância dela pelo indivíduo implicam considerável grau de crescimento e normalidade.

A evolução da psicanálise nos mostra que novas descobertas não anulam as anteriores: pelo contrário, elas podem mesmo se complementar, tamanha a riqueza e a complexidade do inconsciente humano descoberto por Freud. Não por acaso, há hipóteses e teorias freudianas ainda em processo de significação por parte de psicanalistas pós-freudianos. Entre algumas

---

<sup>57</sup> In an important sense, by evolving our own autonomy, our own superego, and by engaging in non-incestuous object relations, we are killing our parents. We are usurping their power, their competence, their responsibility for us, and we are abnegating, rejecting them as libidinal objects. In short, we destroy them in regard to some of their qualities hitherto most vital to us. Parents resist as well as promote such destruction no less ambivalently than children carry it out. What will be left if things go well, is tenders, mutual trust, and respect, the signs of equality. This depends, more than anything else, on the predominant form of mastery of the Oedipus complex.

discordâncias aqui e ali, o debate entre fantasia (fator endógeno) e realidade (fator exógeno) no que se refere ao traumatismo sexual rendeu descobertas importantes ao arcabouço psicanalítico. Entre elas, podemos mencionar: a realidade psíquica erguida sobre mitos, fantasias e relações precoces é um fato; somos movidos por um psiquismo regido por pulsões; o sentimento de culpa está na base dos adoecimentos psíquicos; somos todos ontologicamente desamparados e dependentes dos vínculos de amor e formas de cuidado.

Freud (1926) nos diz que o estado de dependência do bebê frente aos perigos do mundo externo o coloca em um estado de desamparo absoluto que caracterizaria o fator biológico na causação das neuroses. A mãe, entendida como um objeto primordial capaz de proteger seu bebê contra as ameaças externas, estabelece com ele uma relação de total dependência, o que eleva seu estatuto a alguém insubstituível, de extremo valor. Esse laço de dependência “*cria a necessidade de ser amado, que jamais abandona o ser humano*”. (p. 101).

Alguns anos mais tarde, em “*Novas conferências introdutórias à Psicanálise*” (1933 [1932]), o autor, então empenhado em esclarecer as vicissitudes da angústia, compara a castração masculina (ou seja, a separação e perda de uma parte vital do corpo) com a “*angústia da perda do amor materno, como uma continuação da angústia do lactente, ao sentir a falta da mãe*”. E segue: “*quando a mãe está ausente ou subtraiu ao filho seu amor, este já não está seguro da satisfação de suas necessidades, acha-se provavelmente exposto a dolorosos sentimentos de tensão*” (p. 232).

Freud problematiza a insegurança proveniente dessa relação com o objeto primordial quando apresenta características de instabilidade que podem provocar no *infans* toda a sorte de angústias. Apesar de a angústia do desamparo se ajustar ao estágio de imaturidade do *eu*, Freud afirma que muitos indivíduos nunca irão superar a perda do amor, ficando presos em um comportamento que ele chamou de ‘infantil’: jamais se tornam independentes o bastante do amor dos outros. Essa dependência em relação ao amor dos outros criaria os impasses para a aquisição do sentimento de alteridade e de autonomia.

Os primórdios da vida psíquica têm sido amplamente estudados como responsáveis pela aquisição de processos psíquicos saudáveis, e como responsáveis por extravios que desembocam no que chamamos de acometimentos psíquicos. As características da díade mãe-bebê modulam as pulsões da criança, sua confiança no ambiente, suas habilidades reparatórias,

bem como a possibilidade de conquista de um sentimento de alteridade, fundamental para as experiências de emancipação.

O estado de dependência absoluta do *infans* aos seus progenitores é uma realidade que pode ser traumatizante. O ser humano, como substância viva e sensível desde o seu nascimento, é afetável por toda sorte de estímulos externos e internos. Mediadas por relações objetais que se estabelecem ao longo da vida, vão se formando estruturas, reservas e habilidades psíquicas capazes de enfrentar ou não os riscos do traumatismo. Esse tempo que chamamos “ao longo da vida” tem um começo que a psicanálise nomeia como o período pré-edípico ou primórdios da vida psíquica.

O período pré-edípico consiste justamente nessa fase que temos contemplado ao longo da dissertação pelas lentes de Ferenczi e Winnicott. Os processos de separação e diferenciação entre o *eu* e o mundo externo (o outro) ganham o palco da relação da díade mãe-bebê e colocam o objeto primordial em destaque tanto na sua função objetalizante da pulsão, como tantalizante. Com os autores escolhidos, vimos que a forma com que a função materna vai absorver e metabolizar expressões de cólera projetadas nela pode fazer com que a experiência de separação *eu e não-eu* seja sentida como ‘risco à própria vida’, ou ameaça de morte. O medo de abandono pode conduzir à prevalência da libido passivo-masoquista, acarretando aprisionamentos psíquicos, fugas ou desvios.

Nos diz Winnicott (1963, p. 73):

Há uma confiança crescente de que haverá oportunidade para contribuir, para dar à mãe-ambiente uma confiança que torna o lactente capaz de tolerar a ansiedade. A ansiedade tolerada deste modo se torna alterada em sua qualidade e se torna sentimento de culpa.

A conquista de uma posição de alteridade foi por muito tempo pensada a partir da “dissolução do complexo de Édipo”, pedra angular da construção do sujeito psicanalítico freudiano. Porém, os estudiosos dos chamados sofrimentos narcísico-identitários, que tem como pioneiro Sándor Ferenczi, ao privilegiar a libido do ego em detrimento da libido sexual, voltaram seu interesse para os momentos da constituição dos laços com o objeto primordial, e entenderam tais laços como determinantes para a conquista de uma posição de alteridade pela criança.

O aparelho mental, seu funcionamento e a aquisição de habilidades psíquicas ganharam melhor compreensão a partir de observações da relação da díade: no agenciamento da pulsionalidade do bebê (fusão da motilidade aos impulsos eróticos), na apresentação dos objetos da realidade, na provisão de um ambiente seguro e provedor das necessidades e, principalmente, na oferta de continência aos impulsos destrutivos da criança. Falhas, extravios, insuficiências ou retaliações nessas funções passaram a ser consideradas produtoras de um sentimento de culpa paralisante na criança, e conseqüentes tendências autopunitivas<sup>58</sup> como forma de ela tentar dominar o mal-estar.

Winnicott (1963, p. 73) acrescenta de modo bastante claro:

Os impulsos instintivos levam ao uso impiedoso dos objetos, e daí a um sentimento de culpa que é retido e mitigado pela contribuição à mãe-ambiente que o lactente pode fazer no decurso de algumas horas. Além disso, a oportunidade para se doar e fazer reparação que a mãe-ambiental oferece por sua presença consistente capacita o bebê a se tornar cada vez mais audaz ao experimentar seus impulsos instintivos; ou, dito de outro modo, libera a vida instintiva do mesmo. Deste modo a culpa não é sentida, mas permanece dormente, ou em potencial, e aparece (como tristeza ou estado de ânimo deprimido) somente se não surge a oportunidade de reparação.

A passagem de Winnicott grifada acima está na base da teoria em que se apóia Loewald para redigir seu artigo de 1978. Tolerar a culpa, em seu estado potencial, significa confiar em um ciclo benigno entre o eu e o outro, e para que isso ocorra, é imprescindível a sobrevivência do objeto. A noção de um sentimento de culpa “potencial” que nos fala Winnicott faz relação com as ideias presentes em “*Totem e Tabu*”, e também com o postulado de uma ambivalência de base teorizado por Freud a partir de 1920.

Para Loewald (1978), o desejo de autopunição é inextinguível e retroalimenta o sentimento de culpa. A autopunição pode levar o sujeito a acumular rancor aos objetos, desenvolvendo assim uma baixa autoestima, e promovendo um ciclo vicioso de confronto permeado por sentimentos persecutórios. Além disso, como Freud afirma, o desejo de punição estaria a serviço do trabalho infundável da repressão. Desse modo, Loewald sugere que a

---

<sup>58</sup> “Essa luta defensiva secundária nos mostra duas facetas – de expressão contraditória. De um lado, a natureza do Eu o obriga a fazer algo que temos de ver como tentativa de recuperação ou conciliação. O Eu é uma organização, baseia-se no livre intercâmbio e na possibilidade de influência recíproca das partes que o compõem, sua energia dessexualizada revela ainda sua origem no empenho por ligação e união, e essa compulsão à síntese aumenta à medida que o Eu busque eliminar a estranheza e o isolamento do sintoma, utilizando todas as possibilidades de vinculá-lo a si de alguma forma e de incorporá-lo à sua organização mediante esses vínculos. Sabemos que tal empenho já influencia o ato da formação de sintoma. Exemplo clássico disso são os sintomas histéricos, que claramente se nos revelaram como compromissos entre a necessidade de satisfação e a necessidade de castigo. (p. 28-29)

capacidade para lidar com a culpa dependeria de uma habilidade psíquica para tolerar a angústia que a acompanha. Essa habilidade seria alcançada no exercício das reconciliações e reparações que se dão no contexto da díade mãe-bebê.

O autor (1978) aponta para o caráter insubstituível de devaneios autorizados do desejo parricida e posterior elaboração simbólica do trabalho de luto da autoridade parental, habilitando a introjeção de algumas das qualidades dos sujeitos da soberania. Essas qualidades, depois de sofrerem um processo de transmutação, podem vir a constituir áreas especializadas no aparelho psíquico, dotando-o de habilidades para o enfrentamento da vida, competências e responsabilidade<sup>59</sup>. (p. 390)

Na visão de Loewald (1978), quando o desejo do parricídio não precisa ser reprimido, e pode ser vivenciado de forma saudável pelo ambiente (materno), afetos e pensamentos hostis provenientes dos desejos criminosos podem entrar em harmonia com os sentimentos de amor. Para que isso ocorra, é condição uma postura parental não autoritária, adaptativa e apta a oferecer a sustentação necessária aos estados desorganizados do psiquismo do bebê. Assim, é a mãe quem promove o trabalho de reconciliação (atone= at one; entrar em harmonia) ao suportar e sobreviver à sua própria destruição<sup>60</sup>. O ambiente que pode sustentar os desejos e impulsos da criança por um período suficiente e sem retaliações favorece a elaboração, a internalização e a transformação deles em identificações que irão, *a posteriori*, compor a instância superegógica. Nessa perspectiva, o que ocorre estaria para além de um apressado mecanismo de repressão ou punição (p. 391).

Para Loewald (1978), arcar com o sentimento de culpa significa poder reconhecer e tolerar a existência ativa de desejos ambivalentes, impulsos sagrados e profanos que coabitam seu mundo interno como forças independentes e causadoras de conflitos tanto internos como externos. Winnicott nos fornece um exemplo de quando a mãe falha justamente por corresponder em excesso ao bebê:

---

<sup>59</sup> Parece importante ressaltar que, no texto de 1924 “A dissolução do complexo de Édipo”, Freud afirma sobre a possibilidade de destruição do complexo de Édipo, e que ela representaria mais do que uma repressão. Ele nos diz: “Os investimentos objetivos são abandonados e substituídos pela identificação (...) As tendências libidinais próprias do complexo de Édipo são dessexualizadas e sublimadas em parte, o que provavelmente ocorre em toda transformação em identificação, e em parte inibidas na meta e mudadas em impulsos ternos...dando início o período de latência”. (p. 208-209)

<sup>60</sup> Essa ideia tem origem na teoria das relações objetivos descritas por Donald Winnicott (1971, p. 121- 131).

Pode-se ver então que esta adaptação sensível às necessidades do ego da criança dura pouco tempo. Logo a criança começa a gostar de espernear, e adquire gosto em estrilar com o que poderia ser chamado de falhas menores de adaptação. (...) Uma criança que não tem razão para estrilar, mas que naturalmente tem em si a quantidade usual de quaisquer ingredientes de agressividade, está em uma dificuldade especial, uma dificuldade em fundir a agressão com o amor” (WINNICOTT, 1963, p. 83).

À medida que o ambiente pode dar vazão e sustentação a essas forças, e assim ir aliviando sua pressão, o indivíduo pode se apropriar de afetos hostis e responsabilizar-se por eles através de um tipo de reconciliação intrapsíquica. No trabalho de reconciliação, destruição e restituição ocorrem simultaneamente e transformam afetos relacionados ao parricídio (enfrentamento da autoridade parental) em elementos motivacionais, porque são passíveis de reparação (LOEWALD, 1978, p. 393). Isso leva o sujeito a não temer sua pulsionalidade:

Gradativamente, em circunstância favoráveis, a capacidade do sentimento de culpa se constrói no indivíduo com respeito à sua mãe, e isso está intimamente relacionado com a oportunidade de reparação. Quando se estabelece a capacidade de preocupação, o indivíduo começa a se situar na posição de experimentar o complexo de Édipo, de tolerar a ambivalência que é inerente ao estágio posterior em que a criança, se madura, está envolvida em relacionamentos triangulares entre pessoas humanas plenamente desenvolvidas. (WINNICOTT, 1958, p. 28)

Nesse sentido, o ciclo benigno na relação mãe-criança teria o papel de impedir a formação de angústias primitivas. A integração de impulsos destrutivos aos impulsos eróticos atenua os sentimentos de culpa originários, desmistificando o campo *sagrado* da díade, e afastando o terror ao *profano*. Loewald (1978) afirma: “*without the guilt deed of parricide there is no autonomous self*”<sup>61</sup>(p. 393). Pensar a gênese da aquisição da autonomia vinculada às vivências da díade de separação e individuação e posterior diferenciação sujeito-objeto ganha relevo clínico e aponta para novas estratégias de cura que estariam relacionadas ao papel de testemunho do analista em conceder autoridade perceptiva e subjetiva ao sujeito.

Apesar de Loewald não citar Winnicott no texto que apresentamos, ele utiliza um termo importante que perpassa toda a sua obra: *holding environment*, traduzido aqui como ambiente acolhedor. Em “*O uso de um objeto e relacionamento através de identificações*” (1975[1971]) Winnicott descreve de forma poética o que parece se relacionar com o que Loewald teoriza:

---

<sup>61</sup> “sem um acordo de culpa pelo parricídio não existe um self autônomo”. (tradução nossa)

(...) depois de ‘*o sujeito relaciona-se com o objeto*’, temos ‘*o sujeito destrói o objeto*’ (quando se torna externo), e, então, podemos ter ‘*o objeto sobrevive à destruição pelo sujeito*’. Porque pode haver ou não sobrevivência. Surge assim um novo aspecto na teoria da relação de objeto: ‘Eu te destruí’, e o objeto ali está, recebendo a comunicação. Daí por diante, o sujeito diz: ‘Eu te destruí. Eu te amo. Tua sobrevivência à destruição que te fiz sofrer confere valor à tua existência, para mim.’ Enquanto estou te amando, estou permanentemente te destruindo na fantasia (inconsciente). Aqui começa a fantasia para o indivíduo. (Winnicott, 1975[1971], p. 126)

O uso do objeto, por parte da criança, e a sobrevivência dele (que depende da continência do ambiente são propulsores das potencialidades espontâneas que nutrem o devaneio e a capacidade de fantasiar. Mas acima de tudo, parece ser a aquisição, pela criança, da confiança extraída das relações objetais, tanto no mundo externo como em si mesma, que coloca em marcha seu “potencial emancipatório” ou “força vital”.

Por outro lado, quando as vivências precoces, nos tempos de dependência absoluta, desautorizam a expressão da agressividade da criança, criam-se impasses profundos para os trabalhos de individuação e valorização do *eu*. A supressão dos canais perceptivos e associativos comprometem a formação da condição de alteridade, de um juízo de valor próprio, causando impasses para a instalação de uma libido ativa apta a enfrentar situações desafiadoras com potencial traumático. Esse é um postulado que justifica a nossa hipótese de pesquisa sobre o papel relevante da função materna para a clínica da vítima de um abuso sexual infantil.

### 3.2 A desautorização perceptiva

A criança que não é reconhecida em sua dor torna-se vítima duas vezes: ela é vítima de um ato sexual abusivo que a desconsidera como um sujeito dotado de valor e direitos, como também é vítima de uma desapropriação subjetiva por parte de seu cuidador. Ao não ser reconhecida sobre o ato abusivo e a dor física e psíquica que lhe foi infligida, a criança acaba por desconfiar de suas próprias capacidades perceptivas, a ponto de sentir-se desautorizada a realizar qualquer pensamento crítico.

O termo *Verleugnung* é um conceito freudiano que designa o mecanismo de defesa da negação. Nas patologias psíquicas do fetichismo e da psicose, ele é utilizado como forma de proteção contra a angústia; ao longo da infância, lança-se mão desta defesa para disfarçar a realidade e afastar o desprazer. O conceito alemão ganhou diversas traduções, sendo que, em português, as mais comuns são ‘desmentido’ e ‘recusa’. Luís Claudio Figueiredo (2008), no

entanto, propôs uma tradução original que se adequa muito bem ao quadro psicopatológico investigado da vítima do abuso sexual infantil: a desautorização perceptiva.

Esse novo significado foi contemplado no livro “*Psicanálise: elementos para uma clínica contemporânea*” (2008). Figueiredo amplia o conceito ao enfatizar que a *Verleugnung* estaria para além de uma negação pura e simples de elementos da realidade, sendo da ordem de uma *recusa em ligar percepções e lembranças* (p. 57-75). O autor introduz à *Verleugnung* um aspecto processual e uma dimensão temporal que estão ausentes na definição freudiana, mas que são fundamentais na compreensão do sofrimento da criança vítima de abuso sexual.

O traumático se cristaliza pelas formas de “desmentido”, quando a criança não encontra um olhar ou escuta que lhe assegure da veracidade de uma ocorrência abusiva da qual foi vítima. O desmentido referente ao abuso sexual pode ocorrer em diferentes contextos: no ambiente familiar, em espaços educacionais, em centros esportivos. Ocorre também quando uma possível testemunha desvia seu olhar do objeto abusado e permite que a situação de abuso se perpetue. Abusos contra a criança incluem maus-tratos, negligências, erotização e violência.

Ferenczi (1932, p. 187) comenta o sonho de sua paciente C:

C. relata o sonho dessa noite: alguém (sua mãe) pronuncia estas palavras: “seria preciso que esse homem fosse louco para fazer semelhante coisa”. Interpretação: o trauma causado pelo homem é verdadeiro: a dúvida da mãe leva a criança a desmentir-se conscientemente. Aprende assim a sugestibilidade, não tem confiança em mim, nem em seu próprio julgamento, nem em seus amigos. (p. 187)

Diante do *desmentido* a criança perde a possibilidade de afiançar sua percepção da realidade junto ao olhar de um terceiro. De uma hora para outra, ela se vê numa terra que geograficamente parece a mesma, mas que soa estrangeira, pois nela se fala um idioma intraduzível; e as leis outrora vigentes não vigoram mais. Freud (1896) nomeou essa experiência de *fueros*<sup>62</sup>, leis de um outro território desconhecido que não têm qualquer correspondência com o que se estava habituado. Ocorre uma falha na capacidade tradutiva que bloqueia o pensamento, e Freud (1896, *apud* MASSON, 1986, P 209) afirma: “estamos na presença de

---

<sup>62</sup> Em carta a Fliess, datada de 6 de dezembro de 1896, Freud comenta: “Quando falta uma transcrição posterior, a excitação é tratada de acordo com as leis psicológicas vigentes no período precedente e seguindo as vias abertas naquela época. Assim persiste um anacronismo: numa determinada província, ainda vigoram os fueros; estamos na presença de sobrevivências.” (p. 209).

*sobrevivências*; ou seja, vivências que se sobrepõem sem qualquer lógica ou tradução. E Freud tinha razão: a vítima de um abuso sexual incestuoso é uma “sobre-vivente”.

Os sentimentos inconscientes de culpa e vergonha acarretam o desligamento dos processos de introjeção e posterior anestesia da afetividade. O indivíduo entrega sua subjetividade aos imperativos de um outro de forma automatizada, rebaixando os recursos intelectuais e restando destituído “das tarefas de auto-observação e autocrítica”. (FERENCZI, 1932, p. 89).

A desautorização leva ao interdito do pensamento e serve para disfarçar a existência do interdito ao incesto<sup>63</sup>. Assim, na visão de Ferenczi (1933), o psiquismo de uma criança vítima de um abuso sexual sofre uma cisão para se proteger do horror imposto pela realidade, e proteger o *self* da desproteção materna frente ao desmentido. O autor sugere que uma relação pouco íntima com a mãe resultaria no fracasso de “tênuas tentativas” da criança em ser acolhida. Nesta cisão psíquica a criança sente-se “ao mesmo tempo inocente e culpada, e sua confiança no testemunho de seus próprios sentidos está desfeita.” (p. 117). Assim uma parte do ego “tudo sabe mas nada sente, e a outra parte tudo sente mas nada sabe.” (FERENCZI, 1933, p. 117).

No texto “A adaptação da família à criança” (1928) Ferenczi chama atenção para situações em que a curiosidade sobre o valor erótico dos órgãos sexuais é suprimido por respostas científicas. As crianças acabam se sentindo desautorizadas em suas sensações libidinais e se sentem culpadas diante de “*adultos puros e imaculados*” (p.10), inatingíveis e de quem dependem totalmente. O autor afirma que o uso desmedido da autoridade parental pode provocar inibições na criança quando os pais mentem para os filhos “à despeito das próprias experiências físicas e psíquicas” (p.10).

Observamos que Ferenczi retoma uma ideia já problematizada por Freud e apresentada no texto “Sobre as teorias sexuais infantis” (1908b) sobre o impulso de saber das crianças. Essas, quando são defrontadas com a chegada de um irmãozinho, não se contentam com a história da cegonha que sabem não ser a verdadeira, e que essa versão falsificada levaria a criança a nutrir desconfiança dos adultos.

---

<sup>63</sup> Freud (1912-1013) sugere que a ‘recusa em saber’ sobre a violação, sobre o delito, estaria na base do sentimento de culpa originário. Ele nos diz em passagem sobre o parricídio: “Eis a negação extrema do grande delito com que teve início a sociedade e a consciência de culpa” (p. 229).

Freud (1908b, pp. 396-397) então afirma:

Mas nisso elas também têm a primeira ocasião de viver um “conflito psíquico”, pois certas opiniões pelas quais sentem uma predileção instintual, mas que não são “corretas” para os adultos, entram em choque com outras que são sustentadas pela autoridade dos “grandes” e não são aceitáveis para elas. Logo esse “conflito psíquico” pode se tornar uma “disposição psíquica”; a opinião que está ligada a “ser uma boa criança”, mas também à suspensão da reflexão, torna-se dominante e consciente; a outra, para a qual o trabalho de investigação trouxe novas provas no meio-tempo, que não devem contar, torna-se suprimida, inconsciente.

A dependência absoluta em relação a estes sujeitos da soberania, como as ideias e ideais pregados por eles, acabam levando a criança a mentir (dependendo de sua vivência agradável ou desagradável) para se sentir amada, ou melhor, para sustentar seu valor mediante os pais. Acontecimentos dessa ordem levam a criança a suspender seus processos reflexivos (como disse Freud) para adequar-se ao código permitido, distanciando-se da possibilidade de formar suas próprias opiniões como uma disposição psíquica.

Ferenczi (1928) seu pensamento dizendo que “a Psicanálise só interdita a autoridade quando esta é injustificada”, e portanto, não postula que os pais devem deixar-se agredir fisicamente, apenas em pensamento. A autorização para discordar e pensar com uma mente própria leva a criança a expandir seu mundo interno e conseqüentemente sua capacidade para imaginar e fantasiar. Sobre um incidente com um de seus sobrinhos que lhe atormentava, Ferenczi (1928, p. 15) relembra:

Tomei-o em meus braços e, segurando-o com firmeza para impedi-lo de se mexer, disse-lhe: “Bata em mim agora se conseguir”. Ele tentou, mas não o conseguindo, pôs-se a injuriar-me, dizendo que me detestava. Respondi-lhe: “Muito bem, continue, tudo isso você pode pensar e dizer, mas não tem o direito de me bater”. Finalmente, reconhecendo a minha superioridade e o seu direito de me agredir unicamente em imaginação. Após o que nos separamos como bons amigos. Tal maneira de aprender a controlar-se nada tem a ver, evidentemente, com o recalçamento, nem é, por certo, nociva.

A proposta teórica de Ferenczi complexifica a noção da dependência da criança ao amor parental. A criança necessita sentir-se aceita apesar do que pensa, sabe ou sente. Punições consecutivas e em tom brusco, ou na forma de ameaças ou corretivos, como nos fala o autor em seu “*Diário Clínico*” (1932, p.120) levariam a criança a uma “tomada de consciência traumática do caráter ilusório da presumida relação de amor de objeto”, causando efeitos psiquicamente paralisantes.

No texto “*Confusão de língua entre os adultos e a criança*” (1933), Ferenczi destaca a assimetria entre adultos e crianças e problematiza os possíveis conflitos entre a linguagem da

ternura (de menor valor e dessexualizada) e a linguagem da paixão (de autoridade e sexualizada). Para o autor, essa assimetria causa mal-entendidos, modelos de submissão e controle. Ferenczi utiliza o exemplo de um abuso sexual para tratar do tema, mas na realidade a assimetria da qual ele trata é encontrada em toda parte e engendra o mecanismo da desautorização perceptiva (FIGUEIREDO, 2008).

Sobre o estado emocional das crianças que sofreram um abuso sexual, Ferenczi (1933, p.117) diz o seguinte:

Essas crianças se sentem física e moralmente desamparadas, suas personalidades não estão consolidadas suficientemente para protestar, mesmo em pensamento, contra a força e autoridade esmagadora dos adultos que as emudecem podendo até fazê-las perder a consciência.

Leonard Shengold (1989) problematiza de forma radical o abuso sexual contra crianças e destaca suas consequências destrutivas e patogênicas ao desenvolvimento psíquico. Ele usa o termo dramático “assassinato de alma<sup>64</sup>” (*soul murder*) ao designar os efeitos profundos desse tipo de violência; e chama a atenção para a diferença entre a violência experimentada com o objeto externo e real, daquela da fantasia com o objeto interno. Shengold retoma o polêmico debate sobre a natureza do trauma – fantasia ou realidade? –, e não economiza adjetivos para qualificar a vivência de terror que um abuso sexual significa para uma criança. O trauma real se torna um trauma psíquico capaz de aniquilar a capacidade de sonhar e fantasiar do sujeito, subtraindo o psiquismo de funções que são fundamentais para dar conta da realidade.

Segundo Figueiredo (2008), a criança vítima do *soul murder* perdeu a capacidade de brincar e sonhar pois o espaço potencial no qual subjetivo e objetivo se encontram foi destruído. “O uso das formas mais primitivas de comunicação emocional fica interdito”. (p.147). Interrompe-se o trânsito de informações entre a percepção do objeto e seu significado, não é possível metaforizar e talvez por isso a brincadeira perca a graça. Como brincar de faz-de-conta, por exemplo? A vida já se tornou um faz-de-conta fixo, um roteiro programado, daí a compulsão à repetição. Assim fazia a paciente Laura (caso clínico apresentado), encenando sempre as mesmas cenas.

A vítima de um abuso sexual infantil passa a temer seu próprio comportamento e o contato com o mundo externo se torna ameaçador. A sedução é o mecanismo de *Eros* por

---

<sup>64</sup> Termo conhecido para os leitores de Freud, pois foi usado pelo paranoico Daniel Paul Schreber em seu *Memoirs* (1903) e citado por Freud em seu artigo de 1911, “O caso Schreber”.

excelência, e é a própria que se torna uma ameaça. Interrompem-se todas as atividades de introjeção, que é um dos mecanismos importantes nos processos de diferenciação. Figueiredo (2008, p. 73) nos diz:

Como afirmação do próprio e defesa contra a diferença, uma certa ‘patologia da realidade’ é intrínseca à vida mental. Nos nossos termos, a desautorização é justamente o que interrompe os processos transitivos e as diferenciações em curso. Nessa medida, entendida como um exercício do pro-cesso de indiferenciação, como um retro-cesso da diferença, a *Verleugnung* revela sua profunda ligação com o traumático e com a chamada pulsão de morte e seus movimentos de desobjetalização (Green, 2000) e aniquilamento.

Ferenczi (1934, p. 129) relata detalhadamente o processo psíquico numa situação de choque traumático:

Um choque inesperado, não preparado e esmagador, age por assim dizer como um anestésico. Mas como é que isso se produz? Segundo parece, pela suspensão de toda espécie de atividade psíquica, somada à instauração de um estado de passividade desprovido de toda e qualquer resistência. A paralisia total da motilidade inclui também a suspensão da percepção, simultaneamente com a do pensamento. A consequência dessa desconexão da percepção é que a personalidade fica sem nenhuma proteção. Contra uma impressão que não é percebida não há defesa possível. Essa paralisia total tem por consequência: 1) que o curso da paralisia sensorial será, e ficará duradouradamente interrompido; 2) que durante a mesma aceitar-se-á sem resistência toda impressão mecânica e psíquica; 3) que nenhum traço mnêmico subsistirá dessas impressões, mesmo no inconsciente, de sorte que as origens da comoção são inacessíveis pela memória.

Ele descreve a sequência do processo de desconexão psíquica. O aparelho sensório desconecta-se do aparelho motor, e assim não ocorre a inscrição de qualquer traço mnêmico da experiência. Esse dado confirma os processos de desenvolvimento do sentido de realidade explicitados por Ferenczi (1913), e a importância dos processos autossimbólicos, ou seja, a referência corporal é condição para a capacidade de simbolização. Winnicott também nos esclarece sobre o processo de ligação psicossoma aliado às etapas de diferenciação *eu* e *não-eu*, que precisam estar apoiados na onipotência, esta sustentada pela função materna, para não se tornarem traumáticos.

Assim, a *Verleugnung* vêm acompanhada das cisões que bloqueiam os processos transitivos entre mente e corpo, impossibilitando a tradução das vivências pelo funcionamento das funções autossimbólicas, ou seja, mente e corpo se desconectam.

Figueiredo (2008, p. 75) nos diz, inspirado em Alan Bass:

A sexualidade e a experiência da diferença coincidem. Trata-se de uma diferença que está aquém da diferença entre os sexos, pois a delimitação dos gêneros – masculino e feminino – já decorre de uma recusa da realidade enquanto diferença e de um movimento na direção de identidades. É a própria sexualidade que se mostra (...) associada em sua essência à diferença em

prol de uma unidade narcisista – o que está em jogo na *Verleugnung* – revela-se como sendo uma defesa contra a sexualidade.

Ferenczi (1913), citando Freud, comenta que o período da latência funciona como um grande impulso de recalçamento individual, quando a criança protege o enigma colocando em ação a *Ichspaltung*, mantendo algo conhecido em reserva. Nesse sentido, o abuso sexual infantil força o fechamento dos órgãos dos sentidos porque se torna uma invasão do real e que o desmentido impede de ser mediado. A criança é tomada pela desautorização perceptiva como defesa narcísica frente a exigência de ter que lidar com a dimensão erótica sem qualquer preparo físico ou psíquico. (FIGUEIREDO, 2008, p. 73). A ilustração dos macaquinhos de olhos, ouvidos e boca tapados pelas mãos se encaixa perfeitamente. Fica muito difícil manter uma coesão narcísica, daí a necessidade de promover uma desintegração psíquica como forma de defesa ao caos.

E sobre a desintegração Winnicott (1962, p. 60) elucidada:

Usa-se o termo desintegração para descrever uma defesa sofisticada, uma defesa que é uma produção ativa do caos contra a não-integração na ausência de auxílio ao ego da parte mãe, isto é, contra a ansiedade inimaginável ou arcaica resultante da falta de segurança no estágio da dependência absoluta. O caos da desintegração pode ser tão ruim como a instabilidade do meio, mas tem a vantagem de ser produzido pelo bebê e por isso de ser não-ambiental. Está dentro do campo de onipotência do bebê.

Figueiredo (2008) comenta que a interrupção ou a perda dos processos perceptivos podem ser autogeradas como um mecanismo de sobrevivência em face de uma ameaça inimaginável. Se os processos de diferenciação trabalham no sentido de uma integração egóica, a desintegração autogerada evoca a despersonalização e a separação psico-soma, interrompendo não apenas a continuidade de ser, mas a continuidade de todos os processos psíquicos.

A aceitação das ambivalências – sagrado e profano, dor e prazer, amor e ódio etc. – é uma expressão da aceitação da diferença, e significa a prevalência das forças de *eros* em detrimento de *tánatos*. Nesse sentido, uma constituição subjetiva saudável é aquela capaz de aceitar a presença de impulsos agressivos e da culpa, e apta a arcar com responsabilidades, porque essa é a fórmula para uma autorização perceptiva. Daí o trabalho analítico precisar contar com a sensibilidade e tolerância para lidar com as forças de desligamento que agem no paciente em estudo, criando a área da experiência compartilhada onde os afetos poderão ser vividos em conjunto e suportados.

### 3.3. A identificação melancólica

A *sedução [ativa]*<sup>65</sup> de um adulto sobre a criança compromete o próprio uso que esta pode fazer do ato de seduzir, vital para o trabalho das introjeções e identificações. A sedução, ato de *Eros* e fonte de ligação, fica então circunscrita ao sexual pelo despertar prematuro da genitalidade. Nessa cilada, o *eu* pode ficar enredado em fixações, inibições e sempre tomado por angústias paralisantes e apassivantes. O mundo se torna um lugar hostil e pouco confiável. Sem o mecanismo da introjeção, o aparelho de sonhar e fantasiar fica paralisado, restando um *eu* em solidão. A criança vítima desta sedução perversa fica susceptível a um estado de melancolia. Para entender melhor essa condição, recorreremos a alguns conceitos e processos que a psicanálise nos disponibiliza acerca dos casos difíceis ligados às patologias narcísicas do psiquismo. Mas como viver sem o investimento libidinal contido no exercício da sedução?

No texto “Confusão de línguas entre adultos e criança” (1933), Ferenczi faz alusão às posturas passivas de seus pacientes atuadas em uma espécie de mimetismo, submetidos à autoridade do médico. Ferenczi chamou de identificação esse comportamento no qual a docilidade prevalece sem qualquer manifestação de cólera em relação ao método ou ao analista:

Os pais e os adultos deveriam aprender a reconhecer, como nós analistas, por trás do amor de transferência, submissão ou adoração de nossos filhos, pacientes, alunos, o desejo nostálgico de libertação desse amor opressivo. Se ajudarmos a criança, o paciente, ou o aluno a abandonar essa identificação e a defender-se dessa transferência tirânica, pode-se dizer que fomos bem-sucedidos em promover o acesso da personalidade a um nível mais elevado. (FERENCZI, 1933, p. 119)

Ferenczi explica que a criança, em consequência do choque causado pelo abuso sexual, e não encontrando uma pessoa de confiança que lhe assegure o ocorrido, entraria em comoção psíquica. Sem possibilidades de se defender, já que possui um ego ainda muito incipiente, a criança regressaria ao infantil por um processo de clivagem da personalidade, na tentativa de reaver a paz anterior. A falta de proteção materna para uma criança que todavia não atingiu seu pleno desenvolvimento é vivida como uma quebra na relação de confiança, e leva a criança a romper todos os vínculos fundamentais aos processos de identificação. Após a vivência do

---

<sup>65</sup> Em prefácio ao volume IV das Obras Completas de Ferenczi (1928-1933), Pierre Sabourin marca a diferença etimológica (nas traduções) entre a *sedução ativa* como inflexão, desvio do desejo da criança pelo adulto, e a *sedução como atrativo*, como charme ou atributo da pessoa que visa ser o objeto de desejo de alguém.

desmentido a criança não se reconhece mais, e não reconhece quem um dia a reconheceu: “fica suspensa no vazio da fragmentação identitária, não tendo quem eleger como objeto de amor” (FRANÇA, 2010, p. 13).

A regressão psíquica é um dos tipos mais arcaicos de mecanismo de defesa contra estados de desprazer; é um recurso de ajuste às imposições da realidade e aos próprios limites do *eu*, e nem sempre ganha estatuto patológico. Em Thalassa (1924), Ferenczi retoma um pensamento<sup>66</sup> já anunciado em 1913: o protótipo da regressão a um estágio anterior como recurso de restituição de estados menos aflitivos, pelo retorno a situações arcaicas de dependência e passividade absolutas. Diferentemente de Freud, para Ferenczi a trajetória da vida humana é marcada por impasses e descontinuidades que podem ser superados pela regressão como um recurso de busca pelo impulso para a vida, e não para a morte.

A identificação com o agressor tem sido muito estudada pela psicanálise como um mecanismo de defesa psíquica. Ao recorrer à introjeção (ou incorporação) do agressor, a criança conseguiria escapar de uma posição passiva para assumir uma posição ativa e onipotente frente ao caos. A identificação com o agressor poderia, eventualmente, levar a vítima a reproduzir no futuro os mesmos atos nefastos um dia perpetrados contra ela. Porém, nem sempre esse é o desdobramento, especialmente entre vítimas do sexo feminino.

As pesquisas indicam que meninas tendem a voltar-se com destrutividade contra si mesmas, assumindo um modelo passivo-masoquista de comportamento, como afirma Joshua Durban (2016, p. 10), psicanalista israelense. Ferenczi (1933) também nos fala que a criança introjetaria o sentimento de culpa do adulto, transferindo para si mesma, de maneira alucinatória, a responsabilidade pelo ato. A criança passa a acreditar que seduziu o perpetrador, fazendo com que a agressão deixe de existir enquanto realidade exterior. Sentindo-se inconscientemente culpada, a criança se torna merecedora de punição e, pelo mecanismo da clivagem, inocula parte de sua personalidade enquanto a outra parte passa a se identificar totalmente como agressor. (p. 117)

---

<sup>66</sup> Ferenczi (1924) comenta: “Em “O desenvolvimento do sentido de realidade e suas fases” descrevi o primeiro sono do recém-nascido como uma reprodução da existência intrauterina, favorecida ainda pelo isolamento (...) A criança que grita angustiada, transtornada pelo trauma do nascimento, acalma-se rapidamente nessa situação que lhe propicia o sentimento meio real, meio alucinatório, isto é, fantasístico, de que esse grande trauma nunca ocorreu”. (p. 338)

Ferenczi (1933) afirma, ainda, que a identificação ansiosa se torna condição de sobrevivência diante da ameaça de desintegração narcísica provocada pelo abuso sexual e pelo desmentido. Desse modo, o autor amplia as consequências desse trauma atribuindo-lhe um significado que ultrapassa o trauma sexual, para se tornar um trauma de ordem narcísica.

O recurso da identificação ansiosa resultaria de uma regressão psíquica temporal aos tempos do narcisismo, na busca pela beatitude pré-traumática, para tornar o choque inexistente. Ferenczi (1933) relembra o postulado de 1914, de “*Uma introdução ao narcisismo*”, em que Freud teoriza sobre o estágio de identificação do amor objetal passivo como predecessor de todos os investimentos libidinais da criança. Naquele tempo da diáde pré-edípica, o ego em constituição vive a passividade radical (devido à sua incompletude psicossomática) que precisa ser sustentada por um tipo de identificação que Freud chamou de amor de transferência. Nesta modalidade de identificação, neste estágio da vida, o ego não se diferencia do objeto.

A ‘regressão psíquica’ aos tempos do amor passivo busca um acolhimento próprio dos tempos de dependência absoluta. Contudo, como vimos com Ferenczi (1933, p. 115), nem sempre o objeto está apto e disponível, o que torna os movimentos regressivos um tanto arriscados. A ausência da benevolência materna, especialmente em sua função tradutiva, faz com que o acontecimento traumático se torne indizível e então comparável às situações traumáticas de um tempo pré-verbal, quando as angústias arcaicas produzidas pelo desamparo ganham estatuto de agonia primitiva pela ameaça que representam à integridade do Eu Sou<sup>67</sup>. A criança não tem capacidades egóicas para lidar como o choque sem compartilhá-lo, apenas registrá-lo como cicatrizes sem endereço – que persistem em doer.

A identificação com a mãe buscaria um tipo de transferência que aliviasse primeiramente o sentimento de responsabilidade<sup>68</sup>, dado que é uma relação marcada pela passividade e total dependência. Reestabelecer a beatitude pré-traumática inclui ter em si introjetado o primeiro amor objetal, porém o desmentido leva o processo regressivo ao fracasso. O desmentido produz uma ferida na base do *eu ideal* do narcisismo, do amor primordial,

---

<sup>67</sup> Em Winnicott (1962): O estabelecimento do estágio EU SOU, a par da conquista da inserção e coesão psicossomática, constitui um estado de coisas que se acompanha de um afeto ansioso específico que tem uma expectativa de perseguição. Esta reação persecutória é inerente à ideia do repúdio do “não-eu”, que acompanha a delimitação da unidade do self dentro do corpo, com a pele como membrana limitante. (p. 60)

<sup>68</sup> Ferenczi (1908) nos fala da atenuação do sentimento de culpa pela transferência com o médico que se torna responsável por tudo que se passa com o paciente. (p. 93)

esmagando o valor sagrado dessa relação. A perda é inconfessável tanto para si mesmo, como para assumi-la diante do outro. Tal condição conduz a criança a viver um estado de melancolia, já que não tem como mensurar o que foi perdido de si mesma e de seus outros primordiais. Através de uma reparação narcísica a criança precisaria recorrer a uma vivência de retorno à díade, um tipo de identificação melancólica como única forma de sobrevivência ao ego.

Desviar nosso olhar da relação abusador-criança não significa subtrairmos as profundas marcas devastadoras que o abuso sexual, enquanto sexualidade, deixa na subjetividade da criança em pleno desenvolvimento. O foco na relação mãe-criança se dá pela compreensão de que o abuso sexual infantil e seu posterior desmentido levariam a criança a experimentar angústias de morte pelo efeito dos movimentos de desligamento dos laços afetivos constituídos a partir da relação com o objeto primordial (mãe).

Nossa intenção não é esgotar o tema, mas tomar como ponto de partida a constatação de que, em alguns casos, a figura de quem desacredita a criança abusada se sobrepõe à figura do abusador. O trauma não irá se configurar em três pessoas, como propõem Ferenczi, mas apenas em duas: o *desacreditado* e o que *desacredita*.

Essa proposta foi elaborada pela autora Tereza Pinheiro (2018), psicanalista de tradição ferencziana, que comenta os casos em que o paciente adulto chega na clínica trazendo consigo enterrada por anos uma experiência de abuso sexual na infância. São situações em que “a agressão/violência fica inteiramente concentrada naquela figura que opera o descrédito” (p. 50). Essa ideia leva às últimas consequências os efeitos do desmentido pensado por Ferenczi, e nos fornece elementos para pensar em um tipo de identificação narcísica que faz sintonia com a observação do autor sobre um abandono dos investimentos das relações objetais em relações narcísicas. “A fala de descrédito aparece com toda a força de uma injunção superegóica que passa, então, a ditar verdades sobre o sujeito, à qual mais que alienado ele se torna refém. (PINHEIRO, 2018, p. 51).

O desmentido vivenciado em uma situação de abuso sexual infantil faz com que sentimentos contraditórios não possam ser assimilados pela falta de tradução, continência e reconhecimento por parte de um adulto de confiança. A ausência da figura que representa proteção e cuidado é vivida como abandono, uma retirada do amor por parte daquele de quem se depende completamente e que detém muito poder sobre a constituição do aparelho psíquico.

Uma vez derrubados os muros da infância, o sujeito abusado, maltratado, negligenciado e, portanto, confrontado com seu desamparo absoluto, parece perder sua força vital.

Esse dado nos leva a pensar em formas de descrédito materno que permearam a relação mãe-criança desde os seus primórdios, acarretando ruídos na comunicação e não assegurando à criança um sentimento de si dotado de autoridade para protestar e tolerar sentimentos ambivalentes. Pretendemos, assim, dar relevo ao estudo da formação da díade mãe-bebê, apontando para possíveis falhas que possam gerar incongruências na percepção da realidade por parte da criança, pela falta de uma mediação materna previsível e doadora de significados.

Como podemos observar ao longo deste trabalho, a realidade psíquica é composta por símbolos que integram o que foi nomeado por Freud como “memórias conceituais”. A sedução da criança de forma sexualizada e intencional coloca em confusão as noções de cuidado e proteção esperadas. A criança não entende o que se passa e a situação se complexifica com o desmentido. As imagos parentais se esmaecem e, sem elas, base do narcisismo primário da criança, o *eu* se desmantela num enorme empobrecimento libidinal, modificando a qualidade de seus elos de ligação. Ferenczi (1934, p. 134) comenta que ocorreria uma disjunção dos instintos levando a uma “brusca transformação da relação de objeto, que se tornou impossível, numa relação narcísica”.

Na melancolia, segundo Freud (1917[1915]), o sujeito está impossibilitado de realizar o trabalho de desligamento da libido do objeto perdido, próprio dos processos de luto, porque não sabe discernir exatamente o que se perdeu. Pode-se até saber *quem* foi perdido, mas não se sabe o *que* se perdeu nesse alguém ou na experiência. O acontecimento tem significados impossíveis de serem traduzidos e o sujeito volta-se para si mesmo como consequência da impossibilidade de investimento no mundo externo:

O doente descreve seu *eu* como indigno, incapaz e desprezível... degrada-se diante dos outros; e tem pena de seus familiares por serem ligados a alguém tão indigno... Não julga que lhe sucedeu uma mudança[...]. O quadro desse delírio de pequenez – predominantemente moral – é completado com insônia, recusa de alimentação e uma psicologicamente notável superação do instinto que faz todo vivente se apegar à vida. (FREUD, 1917[1915], p. 176)

A vítima de um abuso sexual sente tudo isso, mas não como fonte de um delírio, ou fantasia, afinal o horror realmente ocorreu. Na impossibilidade de desfazer o ocorrido, a criança idealiza um mundo e forja-se um sujeito dotado de uma certeza de si pejorativa, e ao

mesmo tempo corajosa. Ela se crê merecedora de todos os infortúnios devido à sua necessidade autopunitiva. Assim, em um movimento adaptativo regido por cisões, dissociações e desligamentos que implicam uma grande perda das experiências da vida, a criança transforma-se a si mesma. Alvarez (1992) sugere que as experiências de abuso e violência que atravessam o sujeito na infância e pré-adolescência fornecem um colorido especial à personalidade do indivíduo, afetando todo processo de desenvolvimento, memória, cognição e aprendizado.

Miller (1979) nomeou essa criança como “*gifted child*” e a descreve como alguém que precisou “satisfazer as necessidades alheias e reprimir as próprias<sup>69</sup>” (p. 19, tradução nossa). Ou seja, a criança mataria a si mesma, extinguindo suas necessidades/desejos frente a pais que gratificam somente a si próprios.

Miller (1979, p. 9) comenta:

Uma das consequências seria a inabilidade para a pessoa experimentar alguns sentimentos de forma consciente e autônoma (tais como ciúme, inveja, raiva, solidão, ou ansiedade), tanto na infância como na fase adulta. Isso se torna ainda mais trágico quando estamos lidando com pessoas que parecem alegres e capazes de sentimentos profundos. Fica mais fácil notar o que se passa quando descrevem suas infâncias sem qualquer lembrança de medo ou dor. Eles puderam aproveitar a vida, por exemplo, sem nunca ferirem os sentimentos da mãe ou a deixarem inseguras por algum motivo. Nunca fizeram algo que reduzisse seu poder ou colocasse em risco seu equilíbrio. (tradução<sup>70</sup> nossa)

Ferenczi (1919-1926) fez referência ao “sonho do bebê sábio” para explicar a personalidade da criança que se encontra repetidamente em situações de desamparo e deseja “*vir a ser um sábio e suplantar os grandes em sabedoria e conhecimento*”, invertendo a situação em que se encontra. (p. 223). A progressão traumática descrita por Ferenczi (1933) ilustra uma criança que tem a capacidade de se identificar com o outro, adivinhar e realizar seus desejos para pacificar sua cólera e que acaba cedendo a pactos masoquistas para fugir do horror ao desamparo.

A repressão de sentimentos tais como raiva, inveja, ciúmes, solidão e vazio só se torna possível pelo mecanismo da cisão psíquica, ou *splitting* da personalidade nas palavras de Donald Winnicott. Através desse mecanismo a personalidade inaugura um falso *self*, com as

---

<sup>69</sup> “He probably used to fulfill other’s people’s needs and to repress his own.” (MILLER, 1979, p. 19)

<sup>70</sup> One such consequence is the person’s inability to experience consciously certain feelings of his own (such as jealousy, envy, anger, loneliness, or anxiety), either in childhood or later in adulthood. This is all the more tragic in that we are concerned here with lively people who are often capable of deep feelings. It is more noticeable when they describe childhood experiences that were free of pain and fear. They could enjoy their encounters with nature, for example, without hurting the mother or making her feel insecure, reducing her power, or endangering her equilibrium.

mesmas características do ‘bebê sábio’ ou da ‘criança superdotada’ citadas acima, como forma de proteger o ‘verdadeiro *self*’ e evitar uma desintegração psíquica. O conceito do falso *self* winnicottiano trata de uma personalidade que se assemelha a essa apresentada por Miller e cuja formação está intimamente relacionada à qualidade do vínculo materno. Winnicott (1960, p. 133) afirma:

A mãe que não é suficientemente boa não é capaz de complementar a onipotência do lactente, e assim falha repetidamente em satisfazer o gesto do lactente; ao invés, ela o substitui por seu próprio gesto, que deve ser validado pela submissão do lactente. Essa submissão é o estágio inicial do falso *self*, e resulta da inabilidade da mãe de sentir as necessidades do lactente. (grifos nossos)

Winnicott nos diz que a mãe substitui o gesto do bebê por seu próprio e que não sente as necessidades dele. Ambas as atitudes relembram o enfoque ferencziano sobre a confusão de línguas entre o adulto e a criança e o desmentido. O adulto coloca seu desejo em primeiro lugar e pela atitude submissa da criança ele trata com naturalidade qualquer mal-estar, pois está disfarçado. Essa posição submissa do lactente frente à falha materna aponta para a formação de um modelo de funcionamento psíquico de característica passivo-masoquista que se torna hábil em mimetizar gestos e sensações. A criança não pode decepcionar a mãe, ela não pode dissintonizar-se do ambiente. Ocorre o crescimento excessivo da função mental que precisa assumir o funcionamento do psicossoma, uma função que na saúde pertence aos cuidados do ambiente suficientemente bom. (WINNICOTT, 1949, p.336)

Anos antes de Winnicott, Ferenczi (1913) estava atento à qualidade das relações precoces e enfatizava a sustentação do sentimento de onipotência no bebê como fundamental para o desenvolvimento autônomo da criança. Em seu “*Diário Clínico*” (1932) o autor atribui efeito traumático às primeiras decepções amorosas relacionadas ao asseio pessoal. Ele aponta que dependendo da postura materna as frustrações podem levar a novas formações psíquicas, mais ou menos patológicas. Ferenczi, no entanto, problematiza as situações em que a criança vive estados de abandono que deflagram “a tomada de consciência traumática do caráter ilusório da presumida relação de amor de objeto”. (p. 120)

Para Ferenczi (*idem*), ser amado, ser o centro do mundo seria o estado natural do bebê. Porém as decepções fazem parte do script humano e exigem recursos. Vimos anteriormente que toda regressão adaptativa seria acompanhada de algum tipo de desintegração psíquica e na visão do autor este seria um desses recursos a viabilizar novas formações psíquicas. (p.120).

A alternância entre integração e desintegração se torna uma ameaça quando algo traumático ataca justamente a confiança que sustenta o fluxo proveniente dos cuidados maternos. Desse modo, entendemos que o *desmentido* perante uma situação de abuso significa a ausência de auxílio ao ego por parte da mãe e representa o abandono. O caos se forma e vai requerer o acionamento de defesas esquizoides ligadas aos processos de cisão e fragmentação. A ameaça é de colapso do *self*, do *verdadeiro self*, o que pode levar à insanidade, pois são acionadas angústias muito primitivas.

Partindo do pressuposto de que o trauma se configura sobre um corpo já traumatizado, nosso interesse sobre as dinâmicas relacionais precoces se justifica para pensarmos nos processos de constituição psíquica de um indivíduo aflito desde cedo pela ameaça do desamparo, resultado de um ambiente ora insuficiente, ora abusivo e instável. Será que a criança selecionada pelo sujeito perverso para ser abusada apresentaria um corpo/psiquismo já traumatizado e, portanto, suscetível a ser tomado como objeto de forma passiva e submissa, em um pacto masoquista para sobreviver?

Cromberg (2010) relata um caso de investigação de pedofilia na Argentina em que o perpetrador, ao ser preso, explicou como encontrava suas vítimas potenciais. O alvo eram rapazes de 14 a 16 anos que expressavam seus sentimentos, intimidades e fraquezas nas redes sociais, apresentavam problemas familiares e de autoestima (p. 31). Vivências de desamor e negligência decorrentes do fracasso materno podem conduzir a criança a se defender pelo uso da negação, mascarando a realidade e modulando suas habilidades psíquicas. A descrição de Alvarez (1992) sobre as múltiplas reações das crianças aos abusos parece servir de exemplo, especialmente aquela em que a criança diz perceber o abuso como demonstração de amor e atenção. Relatos sobre abuso sexual infantil contém frases do tipo – “você é especial, eu te escolhi”.

James Rhodes, pianista famoso e autor do livro “Instrumental”, nos revela sua própria história de abuso quando criança. O autor nos descreve sua personalidade e seu comportamento demasiado cooperativos aos 5 anos de idade, e como a atenção que seu professor de educação física lhe ofertava o fazia se sentir importante. A forma como Rhodes faz seus relatos pode levar o leitor a crer que ele teria seduzido o professor, e não o contrário. Teria o professor confundido a linguagem da criança? Mas não seria essa a versão encobridora na qual a vítima se apega? James clamava por atenção, por ternura, enquanto sua mãe se

entorpeceria com *valium* em casa. O que James recebeu em troca de sua simpatia, disposição e ternura foi um estupro violento que durou por anos a fio, causando feridas físicas e psíquicas presentes até os dias atuais.

No texto “O inquietante” (1919), Freud afirma que o sentimento de estranheza em relação a si mesmo, a pessoas ou a situações pode despertar terror e angústia. O autor investiga o modo pelo qual algo antes familiar pode se tornar, de uma hora para outra, assustador – situação que se assemelha à vivência de um abuso sexual infantil. Freud explica algumas razões que justificam a identificação maciça em resposta ao choque, ou invasão de um sentimento inquietante:

(...) a identificação com uma outra pessoa, de modo a equivocar-se quanto ao próprio *eu* ou colocar um outro *eu* no lugar dele, ou seja, duplicação, divisão, e permutação do *eu* (...) Pois o duplo foi uma garantia contra o desaparecimento do eu, um enérgico desmentido ao poder da morte (Rank). (FREUD, 1919, p. 351)

A proposta de Ferenczi (1933) de que a personalidade regrediria a uma situação pré-traumática, acompanhada de uma identificação ansiosa, parece ganhar o respaldo de Freud (1919) na seguinte afirmação: “O caráter do inquietante pode proceder apenas do fato de o duplo ser criação de um tempo remoto e superado, em que tinha um significado mais amigo” (p. 353)

Pensar a clínica do abuso sexual infantil sob o escopo da relação mãe-criança se justifica quando nos apoiamos na teorização ferencziana sobre o traumático e encaramos o psiquismo da criança violentada como tão incipiente quanto seu modelo arcaico dos primórdios da vida psíquica. Ferenczi nos fala de um aparelho psíquico que tem seu ego massacrado, e praticamente inexistente, o que parece coincidir com as falhas do narcisismo materno quando este retira seu investimento de amor precocemente. A criança vivencia estados angustiados que clamam por continência e apoio próprios da função materna para evitar a desintegração psíquica.

“Há pessoas que pensam que muito do prazer na experiência da arte, sob qualquer de suas formas, advém da proximidade da não-integração, para a qual a criação do artista seguramente pode conduzir o público. Portanto, onde a realização do artista é potencialmente grande, o fracasso intimamente ligado a esse aspecto da realização pode causar grande dor ao público, por trazê-lo para perto da desintegração, ou da memória da desintegração, e abandoná-lo aí. Assim a apreciação da arte mantém as pessoas no fio da navalha, pois a realização está intimamente ligada ao fracasso doloroso. Essa experiência precisa ser computada como parte da saúde. (WINNICOTT, 1986, p. 12 - nota de rodapé)

Pensamos que objetos da cultura exercem um papel importante na construção identitária do sujeito, assim como, pelo sentido contrário, a experiência humana se faz fonte de inspiração para as produções culturais – afinal a arte imita a vida e a vida imita a arte. A ideia de recorrermos a uma obra de arte como possibilidade narrativa do abuso sexual incestuoso, e não ao relato de um caso clínico, se aproveita da noção de temporalidade que a arte oferece. Há coisas que ficam fora do tempo, insistem e não passam. Tal como as marcas psíquicas de um trauma do passado que se reatualizam no presente, a obra de arte, por seu caráter atemporal, possibilita a representação dessa *temporalidade humana* de maneira inesgotável, permitindo a ampliação de uma narrativa e de sua escuta. O que é o aqui e agora de uma sessão?

A obra de arte pode ser porta-voz de realidades mantidas afastadas, como no caso do abuso sexual infantil, especialmente o incestuoso. A arte tem o poder de provocar o espectador, convidá-lo a refletir e, por isso, muitas vezes, tem um efeito inaugural sobre os processos do sonho e do pensamento. A arte, como narrativa sensorial, realiza o trabalho de espelhamento tão necessário aos processos de integração e, nesse sentido, pode se oferecer como possibilidade de testemunho às vítimas de brutalidades. A arte, como esta obra que será apresentada prosaicamente, tem o poder de coletar o que está fora da experiência do indivíduo e colocar para dentro dele, facilitando processos de integração. Pensamos que a Ópera PRISM poderá inspirar analistas a sonhar a mente da vítima de um abuso sexual.

A Psicanálise, em sua constituição como um campo de saber, se serviu tanto de posicionamentos teóricos e empíricos das Ciências Humanas, como se apropriou do simbólico contido nas produções artísticas, especialmente da literatura, para fazer associações importantes sobre os desdobramentos do traumático. O próprio estudo da *Interpretação dos sonhos* parece

tratar o sonho traumático como a obra-prima natural do humano; o sonho fala através de imagens e insiste em simbolizar, através da repetição, aquilo que não se torna palavra.

São variadas as formas artísticas, mas em todas elas encontramos um apelo sensorial muito potente. Uma obra de arte pode ser suave para revelar algo extremamente cortante; ao mesmo tempo, pode conter um tipo de intensidade que somente pode ser assimilada porque a obra retira invólucros protetores do preconceito. O sentimento da dor é assim, impossível de ser apreendido senão pelos sentidos do corpo – afinal, quando sofremos, o corpo é o primeiro receptor e é nele que a arte toca. É inegável a dificuldade que existe em ler ou ouvir relatos de abuso sexual, e tal dificuldade se torna um obstáculo a sua profunda compreensão. Até mesmo para as vítimas essa vivência é sentida como extracorpórea, nunca é plenamente assimilada pelo corpo e isso impede sua historicização.

Nosso objetivo em aproximar arte e psicanálise não é a interpretação da obra, mas um desafio de *interpenetração*, muito presente na obra freudiana, como sugere Tania Rivera (2002). O processo de criação da obra de arte obedece ao princípio do *fantasiar* e serve de modelo para a natureza ficcional da *atividade do Eu*, como afirma Freud em “O escritor e a fantasia” (1907). A intenção é de tomar a obra ficcional como um modelo de atividade psíquica, para então ampliá-la através da emergência de nossos próprios devaneios provocados pela travessia dramática. Esse encontro nos pareceu muito proveitoso para a elucidação e aprofundamento do tema de estudo; à mesma moda, Freud utilizou a tragédia grega Édipo Rei para confirmar a universalidade do conceito do Complexo de Édipo que formulava.

A constatação de Freud de que o complexo de Édipo é a condição da educação e da cultura, ou seja, do domínio do símbolo, esperamos que ele também tenha permitido entender porque o reconhecimento das fantasias edípicas foi tão árduo para Freud e continua sendo a coisa mais difícil para os pacientes nas análises, para o etnólogos e os historiadores das religiões em seus trabalhos, e até para os psicanalistas em seus colóquios: a vivência edípica só é formulável para a consciência através da sua refração analógica na obra de arte, no conto ou no rito, isto é, por um modo de linguagem que é propriamente o do mito. (ANZIEU, 2000/2006, p. 58)

A ópera Prism representa o espaço mental elaborativo desta pesquisa. Ela gerou um espaço transicional ofertando conexões teóricas importantes ao nosso objeto psicanalítico: *a clínica do paciente vítima de abuso sexual infantil*. O enredo da peça gira em torno do retorno à diáde, levando-o às últimas consequências, e nos serviu de inspiração para pensarmos um tipo de identificação melancólica como consequência de um abuso sexual.

Prism é uma ópera americana apresentada pela primeira vez em agosto de 2018 em Nova York. Apesar de não ser autobiográfica, sua composição foi realizada por duas mulheres vítimas de abuso sexual e que buscam ecoar a narrativa de seus próprios sofrimentos. A peça conta com emoção e detalhes estéticos o trabalho da memória psíquica de uma menina que, aos 12 anos, foi vítima de um abuso sexual quando levada pela mãe a uma boate noturna. A falta de proteção e cuidado parental produz o encontro com excessos que são vivenciados com muito medo e angústia pela menina, culminando no desmentido materno que impede qualquer significação do abuso.

A experiência estética tem o poder de provocar a percepção de algo singular que se torna inevitável aos olhos e sentimentos do espectador. John Dwey (1912/2010) relaciona o campo da experiência humana com o campo das artes, pois que o último oferece complexidade e volume ao sofrimento humano em suas variadas formas estéticas, que refinam e intensificam a experiência, e podem tornar-se material de investigação tanto para a psicanálise como para as formações da cultura.

Foi assim que a peça nos tocou: ao nos fazer vivenciar o sofrimento psíquico da menina que habita em todos nós, em nosso desamparo e clemência por amor. Porém há algo a mais: Prism nos marcou porque, diferentemente das óperas que tem um final trágico para seu personagem principal, esta obra oferece um novo prisma, um novo olhar, uma saída para a menina que, ao final, bate a porta sem olhar para trás.

Na peça, a vivência da díade ilustrada dentro de uma caixa de vidro hermeticamente fechada a oito chaves possibilitou ao espectador experimentar a sensorialidade do horror e da dor dessa vivência, o fio da navalha, como nos fala Winnicott na epígrafe acima que abre o presente capítulo. Por meio dos diversos recursos de uma obra dramática – tais como figurino, cenário, jogos de luz e uma composição musical envolvente –, as cenas nos ofereceram uma gama de elementos simbólicos que serviram de inspiração à nossa escuta psicanalítica.

A ópera tornou possível o trabalho de “realização psíquica” da vivência traumática em seu antes, durante e depois; permitiu-nos, através do “sentir com”, fazer novas suposições sobre os mecanismos de defesa da vítima, seu sentimento de culpa e o funcionamento passivo do psiquismo. Os três atos da peça – “O santuário como deveria ser”, “O santuário como era”, “O

santuário como é” – nos permitiram historicizar a vivência da menina, e também a da mãe, de uma díade sagrada dentro de um falso santuário idealizado.

O título da ópera, Prism, faz referência a um sólido prismático que tem a função de separar a luz, refleti-la e propagá-la em vários componentes. A imagem do prisma remete-nos ao trabalho analítico que, ao mesmo tempo, busca refletir a vida psíquica do paciente para ele e trabalha para ajudá-lo a se tornar um ser reflexivo em sua própria condição. Ao longo da leitura da ópera, nos deteremos na ausência de elementos de alteridade na experiência simbiótica entre mãe e filha.

Extravios na vivência da díade podem se tornar um impasse para a conquista do sentimento de alteridade, muitas vezes impossibilitando uma vivência triangular, o que compromete os processos de emancipação da criança. São situações que ferem diretamente a fonte da agressividade e criatividade. Uma vivência pré-edípica simbiótica, pouco ou nada reflexiva e confusa, especialmente quando é marcada pela ambiguidade, gera dificuldades para o indivíduo no enfrentamento do imenso choque da perda da onipotência e pode até mesmo comprometer o sentimento posterior de que a vida vale a pena. Winnicott (1975[1971], p.103) comenta:

Descobrimos que os indivíduos vivem criativamente e sentem que a vida merece ser vivida ou, então, que não podem viver criativamente e têm dúvidas sobre o valor do viver. Essa variável nos seres humanos está diretamente relacionada à qualidade e à quantidade das provisões ambientais no começo ou nas fases primitivas da experiência de vida de cada bebê.

A presença de Bibi na vida da mãe parecia ser um estorvo, não apenas por sustentá-la sozinha física e psiquicamente (aqui podemos ampliar para a noção de *holding* winnicottiana), mas também por representar um entrave em sua vida mundana. A ausência do sentimento de alteridade predispõe o sujeito a entrar na relação com um funcionamento defensivo predominantemente masoquista. Essa condição defensiva, por sua vez e paradoxalmente, o inabilita para se proteger diante do encontro com o traumático, quando os sentimentos de culpa são elevados a níveis insuportáveis.

Prism conta a história da memória de Bibi, uma memória que está inacessível na vivência de uma relação simbiótica da díade marcada pela recusa em acessar qualquer lembrança. A falta de qualquer reconhecimento sobre ter sido vítima de uma violação sexual com consequências físicas e psíquicas faz com que a menina se aliene em seu mundo interno,

que passa a ser habitado pelo vazio. Para evitar uma fragmentação psíquica – isto é, garantir alguma integridade do psiquismo e proteger o núcleo do *self* – entram em ação mecanismos de defesa que a fazem sofrer um processo de cisão (*split*).

O apelo estético das luzes aquece a percepção do espectador da ópera, envolvendo-nos profundamente em uma musicalidade que, por vezes, atinge intensidades insuportáveis. O formato “ópera” e seu recurso dramático fazem o relato da história alcançar níveis impulsivos de emoção, fazendo o espectador participar da atividade psíquica da menina que está constantemente sendo ameaçada de desintegração à medida que sua memória vai se integrando. Ferenczi pontua sobre a importância do trabalho analítico capaz de *sentir com* o paciente, sentir seus terrores, seus conflitos aflitivos, e o espectador de Prism é colocado justamente nessa posição.

## Capítulo 5 A Ópera Prism

**Sinopse:** Prism conta a história de uma garota doente, Bibi, e sua mãe amorosa, Lumee, que vivem em um santuário ascético em completo isolamento do mundo exterior, a fim de se manterem a salvo dos perigos que espreitam do lado de fora.

### PERSONAGENS:

**Bibi:** Filha de Lumee. As pernas de Bibi parecem não funcionar. Ela vive sua vida imóvel em uma cadeira semelhante a um trono – a não ser quando levantada e carregada por Lumee. Bibi tem vinte anos, mas se apresenta e comporta como se tivesse doze. [Soprano].

**Lumee:** Mãe de Bibi. Trinta e cinco anos de idade. Lumee alternadamente tem aparência e o comportamento de alguém com metade e duas vezes sua idade real. [Alto].

**Chroma:** Chroma é dublada por um coro SATB<sup>71</sup> que não é visto durante a peça. Nas poucas vezes em que Chroma é vista fisicamente, é representada por um coro de dançarinos de idades, habilidades físicas, gêneros e raças variadas.

**TEMPO:** Para o resto da sua vida.

**COR:** A cor é usada como gatilho/memória em toda peça. Azul ameaça de fora e traz medo e insegurança no início, mas aos poucos desperta curiosidade. Amarelo é a cor do conluio, da fusão mãe/filha; tende a aplacar o medo, mas também a força de Bibi. Manchas de luz percorrem ciclicamente o Santuário. Laranja é a cor do excessivo, do sexual, da brutalidade.

---

<sup>71</sup> Classificação do coro segundo composição de vozes: SOPRANO, CONTRATTO, TENOR, BAIXO;

## 5.1 O retorno à díade

### **O SANTUÁRIO COMO DEVERIA SER**

“Contado do ponto de vista de Bibi, o Ato I se passa em um santuário mágico e sem cores, no qual Bibi e Lumee vivem a rotina diária de cuidar das pernas paralisadas de Bibi e se divertir com jogos e histórias de sua vida fantasmática, antes de ingressar no Santuário – um passado do qual Bibi não se lembra. No entanto, seu lar feliz é constantemente interrompido por um monstro misterioso que elas chamam de Azul, que se esconde do lado de fora de sua porta e é interpretado por um coro invisível, Chroma. Apesar das advertências de Lumee para ficar longe de Azul e da porta, uma noite a curiosidade de Bibi traz à tona o melhor dela. Bibi encontra a voz e a cor de Azul pela primeira vez – abrindo sua mente em um caos prismático e enviando-a de volta a fragmentos de memória há muito esquecidos.” (Resenha)

O primeiro ato da ópera Prism nos apresenta mãe e filha vivendo uma aliança simbiótica, regredidas psicologicamente ao período pré-edípico, uma relação supostamente sagrada. Num primeiro momento escutamos a linguagem da ternura, moças em camisolas brancas e imaculadamente limpas, tudo em seu lugar. Lumee e Bibi tem cabelos muitos longos, pelos pelo corpo, estão descalças, parecem quase primitivas. Lumee escova os cabelos da filha com zelo e demonstra preocupação quanto à sua saúde porque Bibi não caminha, suas pernas não a sustentam há 8 anos, desde quando retornaram ao Claro Santuário – esse é o nome do lar onde tudo é branco e sem vida. Manchas de Luz e Escuridão percorrem o ambiente dia e noite, o que fornece uma magia no ar, e passa a sensação de que nada é real.

Não se tem qualquer perspectiva de saída, elas estão fechadas a oito chaves que lacram oito estacas na porta; cada estaca corresponde a cada ano que lá estão. As chaves estão guardadas num gancho que fica no alto. Tudo é meticulosamente limpo e austero, o que combina com as camisolas conservadoras, mas luxuosamente decadentes. O santuário está suspenso no vazio escuro, onde Chroma se esconde despercebida em silêncio.

A regressão à vivência da díade seria uma defesa psíquica a um passado pré-traumático. Ferenczi postula que o retorno a um estado de passividade é um recurso que faz parte do processo de desenvolvimento do ego para se ajustar aos impulsos de recalçamento causados pela frustração e que exigem a adaptação. A precocidade do trauma pode diminuir consideravelmente a vontade de viver nesses indivíduos. Ferenczi nos fala que a regressão ao infantil pode ser um recurso terapêutico viável no qual o analista permite ao paciente viver

situações espontâneas pela primeira vez através de um vínculo de confiança estabelecido pela transferência materna. (FERENCZI, 1928, p. 59).

Winnicott compreende esses movimentos de regressão de forma orgânica e descreve que, ao longo do processo de integração egóica, o sujeito realizaria idas e vindas entre estados integrados e não-integrados, como também as dissociações na busca de crescimento e expansão em termos egóicos e pulsionais. Esse vai e vem precisaria ser vivenciado no espaço potencial intermediário entre mãe e criança. Porém, o autor ressalta que o encontro com os excessos ou escassez de investimentos levaria a uma sensação de “morte em desafio ao saudável”, e ao acionamento de defesas paralisantes, características dos sofrimentos narcísicos. (FIGUEIREDO, 2014, p. 22)

Prism nos causa um mal-estar de saída, pois deflagra a consumação de dores psíquicas e agonias próprias de situações que desafiam o saudável. Não estamos acostumados a ver situações de vínculo perverso entre mãe e filha, especialmente em se tratando do tema do abuso sexual infantil, quando os holofotes estão normalmente sobre a dupla abusador-abusada. Essa é inclusive uma das razões pela qual essa ópera foi escolhida. Prism desconstrói a familiaridade do fenômeno e propõe uma reorganização perceptiva. Figueiredo (2014, p. 37) inspirado nos textos de Dewey, acrescenta:

O objeto estético rompe na exata medida em que dá à experiência uma nitidez radical, ao oferecer à dimensão estética de toda experiência sua plena expansão, seu pleno desdobramento, sua plena articulação: o acontecimento artístico. (...) Na experiência estética, a integração e a ruptura são suplementares, uma em relação à outra, e não polos antagônicos.

Estamos habituados, mesmo no campo psicanalítico, a pensar a identificação com o agressor como o desdobramento desse tipo de trauma, o sexual. Mas o foco da nossa pesquisa preferiu olhar a cena por um novo prisma ofertado por essa obra de arte fantástica. A peça tem uma montagem que diminui a importância de quem cometeu o abuso, se foi o pai, o tio, o amigo da mãe, o padrasto, porque o que importa é o ‘desmentido’ realizado pela mãe – assim como postula Ferenczi (1933).

O retorno à díade ilustrado na peça faz alusão a uma reconciliação com um estado de passividade absoluta para a qual a menina recorreu como prótese psíquica. Se Bibi buscava um retorno a uma beatitude pré-traumática, como propõe Ferenczi (1933), constatamos que o

recurso se tornou uma passivação traumatizante. Pelo desdobramento do segundo ato, tudo leva a crer que a história da construção do vínculo primitivo da dupla foi permeada por desencontros e extravios, o que se reflete nas manifestações patológicas da vivência regressiva. São os casos em que “a morte vai habitar o bojo do que se mantém parcialmente vivo: é o que Winnicott chamou de morte dentro”. (FIGUEIREDO, 2018, p. 67)

Vimos com Winnicott (1975[1971]) que o trabalho do espelhamento materno oferece uma experiência complexa ao bebê: ao mesmo tempo que o olhar materno reflete seu próprio estado emocional (do bebê), também são compartilhados os estados afetivos da mãe. O que pressupõe que ela possa ser vivenciada como um objeto vivo e distinto da criança. Mães deprimidas ou que não alcançam sintonia com seu bebê, ou aquelas que oscilam frequentemente de humor, podem levar o bebê a viver estados angustiados. O rosto fixo da mãe substitui a apercepção, que produz uma troca significativa como o mundo, pela percepção (p. 153-162).

Winnicott (1975[1971], p. 155) acrescenta:

Alguns bebês, tantalizados por esse tipo de relativo fracasso materno, estudam as variáveis feições maternas, numa tentativa de predizer o humor da mãe, exatamente como todos nós estudamos o tempo. O bebê rapidamente aprende a fazer uma previsão: Por enquanto, posso ficar seguro, esquecer o humor da mãe e ser espontâneo, mas, a qualquer momento, o rosto dela se fixará ou seu humor dominará; minhas próprias necessidades pessoais devem então ser afastadas, pois de outra maneira, meu eu (self) central poderá ser afrontado.

A falta de reflexividade no olhar materno pode ganhar uma leitura na clave da melancolia. São situações em que o espelhamento materno devolve o vazio e o silêncio em resposta aos apelos da criança. Essa cena, para a criança que já recebeu alguma resposta materna, é vivida como frustração e decepção em relação ao objeto, e o cenário ainda se agrava quando a dependência entre eles é total. Sem alteridade, sem espaço de separação entre o *eu* e o *outro*, o sujeito precisa anestesiá-lo, e perde parte de si pelo processo de cisão psíquica. A sombra do objeto é então incorporada: caracteriza-se um modelo adesivo de identidade, o mundo interno da criança é preenchido de opacidade e interrompem-se todas as catexias de objeto. (WINNICOTT, 1975[1971], p. 153-162)

O conceito de alteridade ganha significado no que Winnicott (1958) chama de “a capacidade de estar só”. O autor, famoso pelo uso de paradoxos, nos diz: “a base da capacidade de ficar só é um paradoxo; é a capacidade de ficar só quando mais alguém está presente.” (p. 32). Para Winnicott a capacidade de ficar só se constrói na relação da díade suficientemente boa, em que a mãe, atenta às necessidades do ego da criança, se coloca no lugar de ambiente

protetor, permitindo a ela realizar o ‘agir por impulso’ (espontâneo) e não o ‘agir-reativo’. Para que isso ocorra, a mãe deve funcionar como um ego auxiliar, sem ser um objeto sedutor (tantalizante<sup>72</sup>). Ela deve se sentir identificada com seu bebê e estabelecer com ele um tipo de ‘*relacionamento com o ego*’. Para o autor, a criança que conquista uma posição de alteridade pode tolerar a cena primária e experimentar a ambivalência dos sentimentos sem se sentir ameaçada, porque a mãe-ambiente foi capaz de dar-lhe o holding necessário mesmo em estados desorganizados. Winnicott chega a dizer que o modelo que chama de ‘*relacionamento com o ego*’ se tornaria a matriz da transferência.

Freud (1917[1915]) nos diz que, na melancolia, o sujeito está impossibilitado de realizar o trabalho de desligamento da libido do objeto perdido, próprio dos processos de luto, porque não sabe discernir exatamente o que se perdeu. Pode-se até saber *quem* foi perdido, mas não se sabe o *que* se perdeu nesse alguém ou na experiência. Roussillon (2004), autor de linhagem winnicottiana, faz um cruzamento entre os postulados de Freud e Winnicott que se relaciona com a teoria que acabamos de ver sobre a capacidade de estar só. Para o autor, o enclausuramento narcísico próprio das patologias de fundo melancólico teria suas raízes na questão da dependência na ‘construção do vínculo primitivo’ (p.423). Ou seja, o vínculo com esse objeto perdido da melancolia não foi vivenciado com a confiança fornecida pela experiência compartilhada do objeto criado-encontrado, fruto do trabalho do espelhamento materno, sobrevivência do objeto e consistência de humor.

Winnicott (1945, p. 224) nos diz que a desintegração regressiva pressupõe um estado primário ao qual a regressão conduz:

A desintegração da personalidade é um fenômeno psiquiátrico bem conhecido, e sua psicopatologia é muitíssimo complexa. O exame desses fenômenos na análise, todavia, mostra que o estado não-integrado primário fornece a base da desintegração, e que o atraso ou a falha na integração primária predispõe à desintegração quando a regressão se dá, ou quando fracassa algum outro tipo de defesa.

Nessa vivência de regressão, Bibi é entronada pela mãe como um objeto a ser venerado, o que nos remete à expressão ‘sua majestade o bebê’, utilizada por Freud (1914) para significar o objeto ideal e onipotente do nascer subjetivo. O objeto amado não precisa ser assediado, ele sente que o é. Por outro lado, Bibi é castigada diariamente pelo uso de um remédio amargo e fedorento que a faz recordar sobre o delito, sua culpa. A absolvição da mãe é alcançada pela

---

<sup>72</sup> Winnicott (1949) diz que a “maternagem tantalizante nos estágios iniciais é que o funcionamento mental passa a existir por si mesmo, praticamente substituindo a mãe boa e tornando-a desnecessária”. (p. 336)

Lei de Talião, “onde um assassinato pode ser expiado apenas pelo sacrifício de outra vida” (FREUD, 1912-13, p. 234). A mãe imola a filha ao prendê-la naquele quarto trancado a oito chaves, submetendo-a a um ‘pacto de cumplicidade perverso’. Bibi vive uma total anulação subjetiva, suportando mais do que poderia, pois essa é sua única saída contra um desmoronamento psíquico.

Freud (1914) nos apresenta o conceito de *Ideal do Eu*: uma área separada do ego e especializada em funções reguladoras de exigências (juízo de valor) e pretensões (ideais de si mesmo). Freud aponta para uma formação masoquista da libido naqueles sujeitos que sofrem da ansiedade de se sentirem amados e buscam ser e agir tal como aquele que possuía as excelências que lhe faltam. Esse pressuposto demonstra que o sujeito se sente culpado por não ter qualidades que suscitem o amor aspirado; assim, persegue incansavelmente a cura de suas neuroses em um tipo de amor opressivo a que se entrega como forma de expiar a culpa que sente pelo desamor que experimentou um dia. Bibi parece nunca ter sido amada de fato.

Freud (1914) nos diz: “A percepção da impotência, da própria incapacidade para amar, devido a distúrbios psíquicos ou físicos, tem efeito altamente rebaixador no amor-próprio” (p. 46). Poderíamos inferir que crianças que se sentem desvalorizadas pelos pais experimentam esse sentimento? E Freud (1914, p. 46) continua:

Aí devemos encontrar, na minha avaliação, uma das fontes do sentimento de inferioridade relatados espontaneamente pelos que sofrem de neurose de transferência. Mas a fonte principal desse sentimento é o empobrecimento do Eu que resulta dos enormes investimentos libidinais dele retirados, ou seja, o dano trazido ao Eu por tendências sexuais não mais sujeitas a controle.

Tereza Pinheiro (2018) chama a atenção sobre a necessidade de “ser uma outra”, não no sentido floreado da histeria, mas uma outra possível a despeito de uma enorme vulnerabilidade psíquica. O caso Dora (1905) é um bom exemplo dessas confusões possíveis. Sua melancolia, e não sua histeria, a levavam a buscar em outras mulheres o que nela se perdeu enigmaticamente.

Bibi não tinha a quem recorrer, a vida de mãe e filha se limitava a um composto de duas pessoas. Sem ser reconhecida em seu sofrimento, restou a ela ser a filha doente – a única versão possível –, a culpada. Transformou-se num sujeito submisso e aderente ao discurso do outro

num funcionamento de cunho passivo-masoquista (PINHEIRO, 2018). Essa dinâmica tem a prevalência das cores da melancolia, pois algo se perdeu pelo caminho e desta perda a menina não tem lembrança.

O abuso sexual incestuoso rompe as paredes psíquicas e bases identificatórias recém estabelecidas do sujeito, destruindo seu *potencial criativo*, sede da capacidade da *construção imaginária*. Sem o imaginário, perde-se a ideia de futuro, e a vida fica presa no presente, pois do passado não se pode mais lembrar. Se a promessa do *ideal do eu* é dependente do projetar-se no futuro através do deslocamento do desejo e dos processos de introjeção, parece que a única saída para sobreviver após uma situação de abuso é anestesiarse e submeter-se. (PINHEIRO, 2004)

Ferenczi (1930, p. 277) nos diz:

(...) a parte não destruída do ego apressa-se em construir com os fragmentos preservados uma nova personalidade, mas que contém em si os vestígios da luta, cujo desfecho foi vitorioso embora com pesadas perdas.

Bibi não pode andar e esses são os vestígios de sua luta – sem suas pernas, ela perdeu a autonomia. Frequentemente sente fortes dores abdominais e aceita o remédio amargo que a mãe lhe impõe. Ferenczi (1930, p. 277) elucida:

Toda performance de adaptação seria, portanto, um processo de destruição interrompido em seu desdobramento. Em certos casos de fragmentação e atomização, em consequência de um choque, o prazer em sua própria derrota se manifesta.

Em seu Diário Clínico (1932) Ferenczi comenta sobre uma paciente que fantasiava que seus quadris precisavam de bandagens rígidas para que fossem mantidos no lugar. O analista conclui que, no momento do trauma, não houvera alguém que lhe desse o suporte e a proteção que precisara. E chama atenção para a importância “do amor e da força do analista que agem como o amplexo de uma mãe amorosa e de um pai protetor”. (p. 104)

A identificação adesiva ou melancólica pressupõe a clivagem narcísica, resultado da incapacidade para adaptar-se à situação de extremo desprazer. O sujeito retira-se de si mesmo quando a esperança de ser resgatado está excluída; é uma forma de anestesiarse. E Ferenczi (1932, p. 65) se pergunta para onde iriam:

Mas então, estar onde? Aprende-se algo como: eles partiram para longe do universo (...) lá onde estão não existe tempo; passado, presente e futuro estão presentes para eles ao mesmo tempo (...) vista dessa gigantesca perspectiva a importância do próprio sofrimento desaparece.

Assim se passou com Bibi: sua memória está desligada e com ela sua pulsão de vida. Não há reminiscências nem mesmo de que um dia esteve em uma casa noturna com sua mãe. O esquecimento é alimentado por uma versão falsificada de um passado remoto e feliz. Ocorre um trabalho de negação contínuo que é embalado numa canção entoada pela dupla, como uma *folie du doute*, uma aliança marcada pelo rigor excessivo na evitação a tudo que é sexual. (Masson, 1896, p. 79). A mãe, assombrada pela culpa, está também regredida em um funcionamento esquizoparanoide e aliena Bibi em identificações projetivas. Lumee sente-se constantemente perturbada por um sentimento persecutório em relação a algo que brilha do lado de fora, ameaça quebrar o Santuário e roubar Bibi para sempre. Esse algo é representado por uma luz Azul. Chama-se Azul.

Tal como num sonho traumático que repetidamente desloca os representantes da vivência traumática, a canção que mãe e filha entonam diariamente codifica os símbolos e o sentido sobre o ocorrido, evitando a verdade. Ferenczi (1934, p. 130) explica a função traumatológica do sonho:

Caso consiga estabelecer o vínculo entre essa passividade total e o sentimento de ser capaz de viver o traumatismo até o fim, então uma nova espécie de resolução do trauma, mais vantajosa, e até mais duradoura também pode produzir-se. (...) na condição de uma falsificação otimista, o trauma será admitido na consciência.

Como no sonho não existe o passado, e tampouco o futuro, elas se encontram suspensas em um presente fictício que é denominado “*para o resto da vida*”. Assim as autoras escolheram descrever o tempo em que a peça se passa.

O tempo é o tecido da vida. Ele é a *espera* por satisfação, e é nessa espera que a vida ganha sentido. O tempo é a *esfera* da representação. A ideia de esfera advém de seu caráter cíclico, oferece a possibilidade de repetição, de um dentro e um fora que são passíveis de alternâncias. O tempo suspenso, como nos conta a ópera, nos remete à impossibilidade representativa e de deslocamentos. Somente o tempo possibilita o ‘*depois*’, o tempo de avaliação que permite o trabalho da repressão. O tempo permite a sensação de continuidade, de se perceber existindo; entre o antes e o depois se produz memória. A possibilidade de vislumbrar o futuro permite o imaginar, o fantasiar – transformar a experiência. Bibi não tem qualquer perspectiva de futuro, assim como o melancólico que faz do passado seu presente estático e não consegue se imaginar em nenhum outro lugar. Sem perspectiva de futuro o

presente se encurta, fica vazio – o vazio vantapreto – e segue se esvaziando à medida que o relógio trabalha, e Bibi já está com vinte anos.

Lumee cantarola a canção que faz um trocadilho com cada palavra que relembra a fatídica noite. Elas têm um jogo preferido que se chama Resgate, e por ele “repetem impressões sensíveis traumáticas, não resolvidas que aspiram a resolução”. (FERENCZI, 1934, p. 130) Na versão falsificada as duas donzelas estão em um castelo e um monstro Azul ameaça comer os ossos de Bibi, erodi-la em uma pilha de puro pó, mas dessa vez Lumee se levanta e luta com o invisível monstro. Bibi gosta da encenação, em especial porque a mãe se mostra forte e protetora empunhada em sua espada. Mas em meio às risadas de Bibi, assim que Lumee mata o monstro seu semblante muda repentinamente. Ela grita e empurra a menina, fazendo ameaças: se no dia seguinte a menina cuspir o remédio, como acabara de fazer, seus ossos iriam virar puro pó. Lumee enreda Bibi num tipo de hipnose materna, que leva a menina a acreditar que está realmente doente.

Sobre a hipnose materna, Ferenczi (1913, p. 37) nos dá uma contribuição no “*Fé, incredulidade e convicção*”:

Conforme Freud sublinhou várias vezes, nem todas as crianças são capazes dessa renúncia parcial ao julgamento autônomo e algumas reagem com uma inibição intelectual geral – poderíamos falar de inibição afetiva. Aquelas que se detêm nesse estágio fornecem o contingente de indivíduos que sucumbirão, ao longo da vida, à ascendência de todas as personalidades fortes, sejam elas quais forem, ou a certas sugestões particularmente poderosas, sem se aventurarem jamais fora dos estreitos limites dessas influências. Os indivíduos facilmente hipnotizáveis devem apresentar traços dessa disposição, pois a hipnose nada mais é do que uma regressão transitória à fase de submissão, de credulidade e de abandono infantis.

Lumee age com Bibi fazendo uso do que Ferenczi (1933) conceituou como terrorismo do sofrimento, aprisionando Bibi no sentimento de culpa. Bibi se sente responsável pelas oscilações de humor da mãe e diz que vai fazer melhor no dia seguinte. Elas se deitam para dormir, Lumee beija a filha na testa e o quarto é preenchido por uma Luz Amarela que derrete o medo de Bibi. O autor nos fala:

As crianças são obrigadas a resolver toda espécie de conflitos familiares, carregam sobre seus frágeis ombros o fardo de todos os outros membros da família. Não o fazem, afinal de contas, por desinteresse puro, mas para poder desfrutar de novo a paz desaparecida e a ternura que daí decorre. (FERENCZI, 1933, p. 121)

De modo grosseiro, Lumee checa as pernas de Bibi em um exame diário e, apesar da pressão dos dedos da mãe sobre suas coxas flácidas pelo desuso, suas pernas murchas e encolhidas nada sentem. Pelo fenômeno da *desagregação psíquica* descrito por Ferenczi (1934) Bibi não impõe qualquer resistência e, em *reação aloplástica*, afasta a causa do distúrbio

tornando-se capaz de suportar o desprazer (p. 126). Lumeo abre a lata e enfia na boca da filha uma colherada do remédio marrom, fedorento e gosmento, e repete para a menina: “será fácil”. Involuntariamente, Bibi cospe o remédio em náusea frenética e se sente muito envergonhada.

Bibi tem vinte anos, mas a clivagem de sua personalidade a conduziu a uma regressão ao infantil que a deixa submissa e passiva diante da autoridade e severidade maternas. Ferenczi (1933, p. 117) completa:

Quase sempre o agressor comporta-se como se nada tivesse acontecido (...) não é raro ver o sedutor aderir estreitamente a uma rígida moral ou princípios religiosos, esforçando-se por meio dessa severidade em salvar a alma da criança.

Tentando segurar as lágrimas, Bibi observa Lumeo enquanto dorme no escuro do Santuário. Bibi chama pela mãe e, certificada que ela não vai acordar, tem um acesso de raiva batendo nas próprias pernas em *autodestruição*, o que ajuda a libertar a angústia. Bibi vê a Luz Azul que começa a brilhar por debaixo da porta e culpa-a por todos os seus infortúnios, inclusive pelos pesadelos da mãe que a assustam. Bibi sente uma raiva crescer em fúria; um afeto deslocado e que cresce dentro de seu ventre, algo quase maternal, ironicamente. De algum lugar muito inconsciente, parece que Bibi sabe que nunca existiu amor realmente.

Sobre a autodestruição Ferenczi (1934, p. 127) esclarece:

O desprazer cresce e exige uma válvula de escape. Tal possibilidade é oferecida pela autodestruição, a qual, enquanto fator que liberta da angústia, será preferida ao sofrimento mudo. O mais fácil de destruir em nós é consciência, a coesão das formações psíquicas (...)

Arrastando-se pelo chão Bibi consegue abrir uma das gavetas, de onde retira uma lata de medicamento e luta com a náusea para provar para a Luz Azul que vai vencê-la. Mas Luz Azul se fortalece a cada instante, e pulsa sob a porta. A insistência da Luz Azul nos dá notícia de um terceiro que entra em cena, quebrando a adesão alienante à qual se submetia Bibi. Seria Azul o analista? À medida que a Luz Azul se fortalecia o terror de Bibi se transformava: ela estava maravilhada, era o azul mais belo que já teria visto.

O medo de Bibi começa a derreter, permitindo que as vozes de Chroma deslizem por todos os seus poros como um convite cristalino. Confusa pela sensação que lhe causa Chroma, Bibi lambuzava seus dedos na lata de remédio quando, num sobressalto, Lumeo desperta em pânico notando a presença de Azul. Bibi está perdida em pensamentos e estranhamente calma. Enquanto a mãe limpa seus dedos com agressividade, Bibi diz: “*Eu toquei em Azul, e é tão*

*diferente do que você sempre disse. Eu posso sentir meus ossos, acho que Azul me consertou, sinto como se pudesse ficar em pé!”*

Bibi diz se lembrar de Azul, o que deixa Lumee furiosa. Em meio a acusações, a mãe pega no colo a menina, que esfrega agressivamente o medicamento em sua pele, e a carrega nos braços até a cadeira. Essa ideia de um corpo-esqueleto que vira pó metaforiza o esfacelamento do *Eu* após o choque de um abuso sexual, seguido de oito anos do desmentido materno. Bibi vinha totalmente desligada do mundo externo e pela primeira vez consegue sentir pulsar algum desejo. Ainda muito debilitada, se entrega ao exame corporal que sua mãe executa com urgência, e avisa em tom de ameaça que seus ossos estão prestes a erodir em puro pó. É um constante terrorismo do sofrimento ao qual a menina está submetida há tanto tempo. Mas o desejo de Bibi foi despertado pela presença de Azul, e é o que mantém os chamados de Chroma audíveis. Enquanto Bibi entona a canção forjada do jogo Resgate ao lado da mãe, Chroma repete de forma insistente: “Azul...Azul...Azul..” “Lembre...lembre...lembre...”

Chroma é o *self* de Bibi. A presença de Azul na função de um terceiro, mesmo que na forma de ameaça que representou no início, permitiu que Bibi recuperasse a comunicação com alguma parte do eu (*self*), o ego observante. A lata de medicamento se tornou um símbolo de separação e união entre elas. Ao travar uma conversa com Azul, Bibi se sentiu observada pela Luz Azul, tendo uma interação com o não-Eu do mundo externo, da realidade compartilhada. E por que não pensar na função do analista que, a partir da adoção de uma posição de cuidado e espelhamento materno, pode servir de suporte para que, no tempo e no espaço, elementos sensoriais e motores possam se integrar constituindo uma personalidade (personalização) no padrão da continuidade existencial. (WINNICOTT, 1962, p. 59).

O objeto constitui um símbolo da união do bebê e da mãe (ou parte desta). Esse símbolo pode ser localizado. Encontra-se no lugar, no espaço e no tempo, onde e quando a mãe se acha em transição de (na mente do bebê) ser fundida ao bebê e, alternativamente, ser experimentada como um objeto a ser percebido, de preferência a concebido. O uso de um objeto simboliza a união de duas coisas agora separadas, bebê e mãe, no ponto, no tempo e no espaço, do início de seu estado de separação. (WINNICOTT, 1975[1971], p. 135)

Mesmo assim, Bibi oscila diante das investidas de Lumee. Bibi precisa entrar em contato com a raiva que sente da mãe, precisa se autorizar ao parricídio para sentir-se livre. Mas como nunca foi possível, para a menina, vivenciar e se apropriar da fase em que a criança pode fazer “*uso de um objeto*” (WINNICOTT, 1975[1971]), Bibi sente que a mãe não sobrevive aos seus ataques. Suplicante, ela tenta chamar pela mãe, que está irritada após arrancar a lata de remédio

da mão da filha. Com medo, Bibi a convida para jogar Resgate; ela se sente envergonhada. Ela espera que Lumee a pegue no colo “como deveria ser”, porém não é isso que acontece; a mãe se mostra em luto profundo e demonstra desistência. Em tom de ameaça, diz que Azul virá sugar a menina e que já não há esperança.

Bibi ainda encontra forças para questionar e diz para a mãe que se sente igual mesmo com ossos em Puro Pó. Lumee, embotada em seu luto mortífero, o tal “silêncio de morte” de que nos fala Ferenczi (1934), pune a menina agindo com enorme injustiça frente ao seu desamparo, e dela exige “um grau de heroísmo de que ela não é capaz”. (p. 127). Lumee abre uma gaveta e retira um rolo de gaze e renda, com o qual prepara seu próprio ninho e onde se deita. Bibi observa que a mãe beija os próprios dedos tocando a testa, um gesto que antes era realizado entre elas. A Luz Amarela que antes emanava sobre as duas, agora está concentrada apenas sobre Lumee. Bibi sente estremecer seu ventre enquanto percebe o amor sendo retirado de si. A menina vive novamente o desamparo extremo, o abandono, e é tomada por uma agonia mortífera, enquanto Lumee parece mais feliz que nunca.

Winnicott (1975[1971], p.42) nos diz que a ambivalência com o objeto produz a dúvida sobre o que eles realmente simbolizam. “Isso equivale a dizer que, se eram simbólicos da devoção e fidedignidade da mãe, permaneciam sendo reais em si próprios, mas aquilo que representavam não era real. A devoção e fidedignidade maternas eram irreais”.

Bibi alterna estados afetivos: ora em negação, ora em autopunição, e vergonha. Até que um estado provocante de raiva começa a emergir em seu corpo e, furiosa, dirige acusações para a mãe que dorme: “*de quem será a culpa quando você acordar sozinha?*”. Somente quando começa a se autorizar a sentir raiva da mãe, Bibi pode se dar conta de que não é culpada pelo que aconteceu ou acontece. Enfurecida, ela se arrasta pelo chão em direção à cômoda e dezenas de latas se esparramam pelo chão. Os planos de Lumee de aprisioná-la em cativeiro eram ambiciosos. Bibi implora para que Azul a sugue para fora e que a ajude a quebrar o coração de Lumee.

Bibi se aproxima da porta rastejando e sente florescer imenso desejo de dentro de seu ventre. De modo sedutor ela diz que está pronta, que venha Azul! Mas nada de Azul aparecer. Impulsivamente ela abre uma lata e, ignorando o cheiro forte que lhe dava náusea, despeja sobre seu corpo a gosma molhada e pegajosa, enchendo-se do mais estranho prazer. Azul surge suave

na fenda da porta e “Bibi vira-se para a porta para encarar seu destino”. (Libreto, p. 113). A sensação é hipnotizante e Bibi anseia em ser sugada para fora. “Bibi não pode mais esperar e enfia a mão na poça de umidade entre suas coxas e quer apressar sua fuga”. (Libreto, p. 115). Bibi está em devaneio e sente Chroma um tanto instável, porém florescendo mais do que nunca em ânsia por prazer.

Sem que Bibi percebesse, Lumee fala de dentro de seu pesadelo. Diz que vê a menina girando perdida no mar! Lumee parece sedada e, em voz cambaleante, como que profetizando, diz que Bibi não lhe pode escutar e que não há meios de trazê-la de volta. Enquanto isso, Bibi está seduzida por Azul e acaricia seu próprio corpo deitada no chão, próximo à porta. Lumee acorda e grita em ódio: “Afaste-se dela, porra!”. Mas, ao invés de se afastar, Azul resiste e quebra o feitiço que tomava conta de Bibi, que logo consegue ficar de pé. Mas basta Lumee fixar-lhe com o olhar que suas pernas se dobram novamente, e a menina cai no chão.

Lentamente Chroma retorna do lado de fora. Sua voz soa familiar, suave, adorável, mas logo se une em uma multiplicidade de vozes que se tornam um fragmento ameaçador. Seus milhares de braços quebram a porta e Bibi flutua no ar, bem acima do alcance de Lumee, suspensa no caos Laranja. Bibi despenca no chão do Santuário e no silencioso molhado do vazio Vantapreto. A visão que temos de Chroma<sup>73</sup>, com seus múltiplos braços e vozes, nos remete aos ‘mitos endopsíquicos’ mencionados por Freud a Fliess. Um *self* portador de ‘memórias conceituais’ de um passado a-histórico e mítico. A “raiz do verdadeiro self dotado de espontaneidade permanece relacionada onipotentemente ao mundo subjetivo, incomunicável.” (WINNICOTT, 1990, p. 158)

Os fragmentos de vozes de Chroma nos remetem ao estado de transe no qual fragmentos do passado podem ser revividos em manifestações catárticas. Em “Princípio de relaxamento e neocatarse”, Ferenczi (1930) sugeriu a postura de amabilidade do médico para ser hábil a promover lembranças significativas desses estados de transe. Ele acreditava ser o médico a única ponte entre paciente e realidade, fazendo perguntas a partes dissociadas da personalidade. (p. 72)

---

<sup>73</sup> A multiplicidade de Chroma se complementa com a visão de Bion sobre os mitos etnológicos, históricos e endopsíquicos. É interessante notar que, na descrição desse personagem no libreto, ele tem como característica representar várias etnias.

Bibi se encontrava em estado de transe ao final do primeiro ato. Podemos acompanhar um acúmulo de sensações físicas que se presentificavam na tentativa de travar alguma comunicação com um passado sem memória. Sua entrega passiva à mãe, a música codificada, o remédio que lhe causava náusea acessando seu aparelho sensorio motor dormente. Apesar de a ópera tratar de uma experiência que nada teria a ver com um processo analítico, o segundo ato nos fornece elementos que nos ajudam a enxergá-lo.

## 5.2 O trabalho de rememoração

### O SANTUÁRIO COMO ERA

“Passado 8 anos antes de o Ato I começar – investiga as memórias reprimidas que Bibi tem de sua vida antes do “Santuário”. Em uma boate contemporânea e barulhenta, Bibi redescobre a verdade sobre seu passado e conhece a versão mais jovem e festeira de Lumee, que costumava arrastar Bibi junto com ela para boates para não ter que abrir mão de seu estilo de vida imprudente. No mundo da boate Luz Negra Azul, Bibi começa a compreender a conexão que sentiu com a cor e o som de Azul no Ato I. Logo Chroma chega na forma de quatro dançarinos e Bibi percebe que o coro não é a voz de Azul, monstro que Lumee a levou a acreditar que era, mas na verdade representa fragmentos de suas próprias memórias e *self* interior reprimido. Chroma ajuda a levar Bibi de volta a essas memórias de sua vida antes do “Santuário”, revelando que, quando deixada sozinha na pista de dança, enquanto Lumee entrava na sala VIP da boate, Bibi foi abusada sexualmente por um estranho. Vivenciar esse trauma congelou Bibi em um estado infantil e destruiu sua memória, deixando-a apenas com uma lembrança visual da Luz Azul da boate brilhando sob a porta do banheiro onde foi agredida.” (Resenha)

Bibi se aproxima lentamente no vazio e no silêncio. Não existe mais Santuário. Lumee sumiu, e Chroma também. Bibi está fraca e chama por Azul; depois pela mãe. De algum lugar distante, Bibi escuta uma batida eletrônica que se agita dentro de seu ventre. A menina se sente atraída pelo som e segue se arrastando em sua direção. Bibi chama “mamãe” em meio a uma multidão, como se estivesse perdida. Lumee se irrita de ter sido chamada assim, pois já haviam escolhidos outros nomes. Não deveria ser permitido levar crianças a boates, afinal.

Lumee quer entrar na área VIP e culpa Bibi por não conseguirem entrar, depois de já terem frequentado esse local por tantas vezes. Lumee está bêbada e quase irreconhecível. O desamparo de Bibi é comovente: está suspensa no ar como se estivesse assistindo a uma memória de outro tempo e lugar. Ela se encontra dentro de uma bolha que a protege do desconhecido. Ao escutar as batidas da música, sente-se atraída para ver do que se trata. Está interessada e com medo ao mesmo tempo. Mas assim é no processo analítico.

Ainda flutuando, Bibi observa sua mãe dançando a versão vulgar de seu dramático jogo Resgate. A menina fica nauseada ao ver a mãe dançando com o Cubo de Luz Laranja como se fosse uma pessoa. Bibi escuta Chroma, como se suas vozes estivessem saindo de dentro de sua cabeça. Chroma nomeia detalhes do corpo do Cubo Laranja que dança com a mãe. Fala de um pescoço gordo, do hálito, do cheiro, do quente molhado doce e azedo. A mãe enxerga a menina lá no alto e, de repente, Bibi está dentro da memória e pode ficar de pé. Lumee a leva para dentro da dança e, movendo-se como se fossem uma só, a menina aprende a dançar a versão original de Resgate. Os cabelos de Lumee reluzem um azul ofuscante, ela usa uma roupa bastante vulgar. Rodopiando ao embalo da música, deixa Bibi sozinha na pista.

Bibi incomoda-se com o que viu: não gostou de ver sua mãe dançando descontrolada. A forma pela qual chamou “mamãe” demonstra seu estado de ‘conversão infantil’ aos oito anos de idade, quando tudo aconteceu. Sucessivas experiências clínicas de Ferenczi mostravam que era possível ao analista fazer uma ideia do processo psíquico em curso durante o recalçamento traumático ou clivagem psicótica. O autor explica:

(...) na amnésia infantil corrente, poderia tratar-se de uma clivagem psicótica da personalidade sob efeito de um choque, mas essa parte clivada sobrevive em segredo e esforça-se constantemente por manifestar-se, sem encontrar outra saída senão, por exemplo, os sintomas neuróticos. (FERENCZI, 1930, p. 74)

Como pudemos ver, no primeiro ato a parte clivada de Bibi manifestava-se em conversões somáticas próprias dos sintomas histéricos, tais como as dores abdominais, a fraqueza nas pernas e as náuseas. Seu estado de total passividade em relação à mãe e a regressão aos tempos da dependência absoluta confirmam que havia sofrido uma clivagem da personalidade. Agora, num transe catártico, Bibi iria reviver a experiência traumática.

O Cubo Laranja aproxima-se de Bibi por trás e Lumee não percebe. Unidas, Chroma e Bibi pedem que a deixem e que ele se afaste. Elas estão esmagadas debaixo de seu corpo: “*Doente...doente...*” e o Cubo Laranja se afasta. Lumee coloca a mão sobre o ombro da filha e diz que aquilo não foi nada, era apenas um elogio. Lumee limpa os lábios da menina, avisando que tudo vai ficar bem e a deixa. Bibi está em pânico. Agarra-se nas pernas da mãe, que a puxa violentamente e a alerta que não estrague sua noite. Diz que já retornaria e que a menina deveria aproveitar: “*Aproveite, dance, pense em coisas felizes*”. A menina responde em ar de tristeza: “*eu não consigo pensar em coisas felizes*”.

Além de demonstrar um comportamento com características maníacas, Lumee executa um desmentido em relação às investidas de Cubo Laranja sobre sua filha de apenas oito anos. A mão sobre o ombro revela aquela solidariedade dos enlutados e conformados, como quem diz: “*é assim mesmo*”. Limpa os lábios da filha, como se a limpeza indicasse que tudo ficaria bem. A mensagem fica ainda mais truncada quando afasta a filha com rudeza. Lumee parece ser aquela mãe que reflete apenas os próprios estados emocionais. Ela olha a filha, mas vê através, ou vê apenas a si mesma.

Winnicott (1949, p. 336) nos diz:

Certos aspectos da falha materna, principalmente o comportamento errático, levam a uma hiperatividade do funcionamento mental. Aqui, no crescimento excessivo da função mental em reação a uma maternagem errática, percebemos que surge uma oposição entre a mente e o psicossoma, pois em reação a esse ambiente anormal o pensamento do indivíduo assume o poder e passa a cuidar do psicossoma, enquanto na saúde, é o ambiente que se encarrega de fazê-lo. Na saúde a mente não usurpa as funções do ambiente. Ela permite que ocorra a compreensão e por vezes até mesmo a utilização de suas falhas relativas.

Este pensamento de Winnicott vai ao encontro do conceito de progressão traumática explicitado por Ferenczi (1933) para caracterizar o comportamento de uma criança que sofreu uma agressão sexual (esse é o seu exemplo). Para proteger-se da angústia de morte, ativa disposições latentes e passa a agir como um adulto maduro. Ele exemplifica: “*pensa-se nos frutos que ficam maduros e saborosos depressa demais, quando o bico de um pássaro os fere, e na maturidade apressada de um fruto bichado*” (p. 119).

Lumee abraça a filha e inclina-se para beijá-la. Bibi se sente realizada e percebe a Luz Amarela que emana das roupas da mãe sob a Luz Negra Azul. Sente-se em casa. Chroma sussurra o trocadilho de palavras que eram entoadas no Santuário, mas agora as verdadeiras. Lumee acende um cigarro e o brilho amarelo da fumaça faz mãe e filha girarem pela boate em câmera lenta. Vendo a boate pelos olhos de Lumee, Bibi cai sob o seu feitiço. Bibi estava sempre tomada por sombras de luzes ou névoas, um estado que foi observado por Figueiredo (2008, p. 64):

As “quase-coisas<sup>74</sup>” que retornam indigestas e fora de controle geram uma nebulosa de informações que, desligadas umas das outras, produzem, nos casos menos graves, uma espécie de ruído, uma névoa, um estado crônico de confusão em que muitos pacientes se confessam continuamente envolvidos.

---

<sup>74</sup> Figueiredo explica que a quase-coisa resultaria da incompletude da percepção de algo, quando um significado não ganha significância. (FIGUEIREDO, 2008, p. 61-62)

O ambiente em que cresceu Bibi é absolutamente instável. No início do segundo ato temos a demonstração de que mãe e filha estavam habituadas a frequentar aquele lugar, não era a primeira vez. Bibi haveria de ter aprendido a se virar por ali sozinha, mas o fato é que dessa vez algo violento aconteceu. A fumaça de cigarro é o próprio feitiço que se transformou na Luz Amarela do Santuário; esta, por sua vez, com sinais negativos, passou a significar amor e proteção. A dependência precisa criar mecanismo para sobreviver.

Winnicott (1949, p. 336) complementa:

A pessoa que se desenvolve desta maneira exibe um padrão distorcido que afeta todos os estágios seguintes do desenvolvimento. Por exemplo, é possível observar uma tendência à identificação muito fácil com aspectos ambientais de todos os relacionamentos que implicam dependência, e uma dificuldade em identificar-se com o indivíduo dependente.

Um caos tecnicolor preenche a atmosfera da boate e Bibi é tomada por uma emoção muito diferente de tudo que já havia sentido antes. Chroma segue insistindo para que a menina se lembre, mas tudo é rapidamente submerso na Luz Negra Azul. Lume e Bibi congelam com se estivessem presas numa bolha de ar em algum lugar muito distante.

Bibi já estava habituada ao caos, mas este parece lhe oferecer uma oportunidade de mudança. Um caos tecnicolor tem efeitos do prisma, metáfora dos vários pontos de vista que um processo analítico pode oferecer. Bibi sente uma nova emoção que pode ser compartilhada sensorialmente pela comunicação silenciosa estabelecida com Chroma. Elas estão em sintonia, Chroma se relaciona com as experiências corporais de Bibi. Quando uma congela, a outra também. (WINNICOTT, 1963, p. 167)

De dentro da bolha, suspensas no ar, Lume conta uma história para Bibi:

*“Eu tive meu sonho favorito na noite passada, aquele sobre nós.  
No sonho sou uma jovem, donzela dourada e seu cabelo é escuro como um corvo.  
Vivemos em um santuário de pedra no topo de uma colina, fora de nossa janela há um grande mar.  
Escura, escura água azul-escura. Azul escuro sem fundo.  
E eu os ouço do lado de fora esperando, querendo e sei o que devo fazer por você.  
Com cuidado para não te acordar eu me atiro pela janela.  
Eu sou cobre e pena cortando a noite e ninguém pode me ver.  
Eu afundo como eles querem que eu faça.  
Eu fico lá a noite toda.  
De madrugada eles acabam comigo.  
Exausta, eu puxo meu corpo pingando de volta para a nossa janela, onde eu vejo você dormir calmamente enquanto seco”.*

Nesse momento, nos perguntamos: qual é a história de Lume? O que ela traz em seu inconsciente que não lhe permite ter uma atitude mais cuidadosa e protetora com a filha?

No início desta pesquisa, falamos sobre as famílias ditas incestogênicas: são enredos nos quais a relação mãe-filha é quase sempre enigmática. Na passagem acima, Lumee expressa sua ambivalência de sentimentos em relação à filha – parece querer cuidar de Bibi, porque a cada madrugada retorna, porém, como pode uma jovem donzela dourada (Lumee) cuidar de um corvo (Bibi)? A cada noite a donzela partiria em voo, respondendo a um chamado enigmático de seu próprio passado primitivo? Lumee obedece a um superego severo que se sobrepõe a qualquer tentativa de expressão de um ego empático. Temos aí sinais de um inconsciente materno impedido de qualquer reflexividade para com a filha. São desmentidos seguidos, um atrás do outro. Seria uma contínua tentativa de não enxergar o corvo?

A bolha metaforiza um momento de devaneio de Bibi. Um dos papéis fundamentais da análise é recuperar no paciente a capacidade de sonhar, o que requer um ambiente seguro e de confiança. A analogia com a bolha nos faz pensar em uma pele psíquica em torno do campo analítico.

Lumee dá sua última tragada e, sem olhar para trás, deixa Bibi sozinha na boate. A menina sente o silêncio e o vazio à sua volta. O Cubo Laranja se aproxima e, seguindo as instruções da mãe, Bibi começa a dançar e se percebe uma criança de oito anos. A insistência do Cubo Laranja deixa a menina amedrontada. Tomada pelo pânico, ela começa a perder a linguagem, o tempo e o espaço. Lumee não aparece e Bibi fica repetindo as palavras da música do jogo Resgate. Pouco a pouco elas ganham seu significado verdadeiro. Congelada de medo, Bibi não consegue se mexer e, em tom de voz fraco, diz: “*Mãe, volte*”.

Bibi está em dissociação psíquica. Winnicott (1990, p. 159) esclarece esse fenômeno:

Dissociação é um termo que descreve uma condição da personalidade relativamente bem desenvolvida, na qual há uma excessiva falta de comunicação entre os diversos elementos. Por exemplo, pode ocorrer uma ausência da comunicação entre os estados de sono e vigília. Os sonhos, neste caso, não são lembrados. Existe uma dissociação normal (no tempo) entre a vida de uma criança de três anos e a vida dessa mesma criança após crescer alguns anos. A dissociação pode aparecer sob a forma de uma tendência a ausências, períodos de vida, ou comportamento fora do normal, e que não são lembrados posteriormente. O indivíduo torna-se então capaz de perder contato com as vastas estruturas associadas aos níveis primitivos da existência, e usufruir da consciência enriquecida, mas também atormentada, pelo inconsciente. Certos elementos do *self* permanecem de todo inaceitáveis, formando uma espécie de inconsciente – o inconsciente reprimido.

Bibi logo começa a ser sugada para dentro do Cubo Laranja, ofuscante, calcinante, neon. Num momento seguinte, o Cubo desaparece, Chroma aparece na borda do vazio e começa a

infiltrar em Bibi. Vista em sua totalidade pela primeira vez, Chroma é um milhão de versões do *self* interior de Bibi que resistiu além dos anos. Bibi sente que está fora do tempo, como se estivesse assistindo, no momento presente, a algo que se passara oito anos antes, ou no ‘nunca absoluto’. Detalhes complementam a imagem: copos, mesa de bilhar, tacos. Bibi tenta dar um passo para trás, mas Chroma, espelhando seus movimentos como em companhia, a ajuda a permanecer e insiste para que se lembre.

O Cubo de Luz Laranja reaparece e leva Bibi e Chroma. Bibi sente seu corpo se dividir ao meio: enquanto uma parte permanece presente na memória do ataque, a outra mente se desassocia do tempo, do espaço e da própria memória. Bibi só conseguia se lembrar dos pensamentos triviais que teve durante o ataque, para distanciar-se do que estava acontecendo. Várias imagens se sobrepõem e a violência atinge seu auge. Tudo que Bibi e Chroma conseguem ver são os muros Laranja ao redor delas sendo brutalmente golpeados. Os movimentos de Chroma voltam a entrar em uníssono e saem de dentro do Cubo Laranja.

A situação que verificamos no segundo ato se assemelha a um transe psíquico (como um estado de sonho) que se passa no processo analítico com pacientes muito traumatizados. Ferenczi descreve (1933, p. 133):

(...) uma espécie de repetição deformada do trauma, sem o menor sentimento de compreensão e uma vez mais, toda a convicção se dissipou, desfaz-se continuamente e o paciente oscila, como antes, entre o sintoma em que sente todo o desprazer sem compreender nada, e a construção em estado vígil, durante o qual compreende tudo mas nada sente, ou apenas muito poucas coisas.

Bibi atinge o chão e é abruptamente colocada em memória hiper-realista. Vê o Cubo Laranja como o que realmente foi: um banheiro masculino sujo de boate noturna. Tonta no chão, Bibi percebe que sua mão está coberta de algo grosso e molhado, velho e novo. De repente, Bibi arfa com o cheiro de seu próprio sangue misturado com o líquido viscoso e começa a vomitar.

### 5.3 Ética e confronto: o testemunho do analista

#### **O SANTUÁRIO COMO É.**

O Ato III nos catapulta de volta aos dias atuais do “Santuário” de Lume e Bibi. No entanto, agora armada com a verdadeira memória de seu passado, Bibi é capaz de ver a casa delas como realmente é. Ela não vê mais o mundo

mágico que Lumee projetava; em vez disso, Bibi vê o “Santuário” apenas como um apartamento precário e entulhado, onde elas estão trancadas há anos. Livre das mentiras que Lumee lhe disse, Bibi percebe que suas pernas nunca estiveram paralisadas e que Lumee apenas a convenceu de que não podia andar para tentar mantê-la trancada. Sem querer abrir mão de viverem juntas no “Santuário”, Lumee implora a Bibi que fique com ela em seu mundo de faz de conta, para que ela possa continuar a proteger Bibi dos perigos naquela noite na boate, anos antes. Bibi se recusa. Bibi finalmente se levanta com as próprias pernas e, armada com uma força que não sabia possuir, escolhe deixar a única vida que já conheceu e arriscar-se nos perigos do mundo exterior para finalmente se libertar. (LIBRETO)

Bibi está de volta no Santuário e dorme um sono agitado. Lumee está sentada ao seu lado observando seus movimentos. Ao despertar, Bibi não reconhece aquele lugar. Seu lar meticulosamente limpo e de Luz Clara agora é um pardieiro abarrotado de coisas. O local parece ter sido saqueado: todas as gavetas estão abertas, expondo roupas sujas e objetos antigos por todos os lados, como se fossem de uma vida passada. Latas de leite condensado estão espalhadas.

Em tom maníaco, Lumee diz que tem uma surpresa para a *“Bibizinha doente - é um novo medicamento!”* Bibi sente, como vindo de dentro de seu ventre, uma pergunta tomando conta de si, enquanto a mãe faz mistério com a surpresa que tem nas mãos: um Cigarro Fino de Cravo parcialmente fumado. Lumee sedutoramente tenta convencê-la a tragar, dizendo que bastaria uma tragada para resolver o problema dos ossos.

Bibi joga o cigarro longe e com esforço tenta ficar de pé. Suas pernas ainda estão muito frágeis, mas cambaleando consegue se sustentar e encarar Lumee. O olhar de Lumee para a filha é de desprezo, como se visse um estranho. Ela empurra a filha no chão. Elas começam a se debater, mas Bibi logo perde a energia sob a forte pressão de Lumee. Exaustas, elas se deitam lado a lado.

Bibi está vazia e exausta, mas também furiosa. Ela implora para a mãe parar de mentir porque já se lembra de tudo. Em meio a acusações, Lumee se defende em tom duro e sombrio, alertando sobre seu humor. Bibi já não cai nos truques da mãe e continua a se queixar de forma explosiva. Assumindo um tom amoroso e maternal, Lumee desarma a filha, que começa a chorar de forma inconsolável. Assim que Bibi se aconchega nos braços da mãe, contudo, ela subitamente muda de humor, e em tom maníaco propõe que escolham novos nomes – *“e dessa vez Bibi poderá escolher!”* Lumee está animada: *“Você vai esquecer de novo!”*

Ao escutar a palavra ‘esquecer’, Bibi começa a chorar mais e mais, como uma criança, o que deixa Lumee muito irritada. No limite da sanidade a mãe derruba Bibi no chão e começa a defender-se de forma paranoica:

*“o que eu deveria fazer?”*

*“você acha que eu queria isso?”*

*“você sabe a quão sortuda você é?”*

*“nem todo mundo consegue esquecer”.*

*“eu te deixei sozinha naquela noite, mas jurei que nunca faria isso de novo”*

Aos berros, Lumee agarra Bibi violentamente e sacode seus braços, querendo que a menina diga alguma coisa, que concorde. Bibi está desesperada e, para livrar-se da mãe, acena com a cabeça concordando com tudo. Lumee fica extremamente aliviada, toma Bibi em seu colo e a leva para a cama. Lumee a beija na testa e cai em sono profundo – dessa vez não há o brilho Amarelo irradiando delas.

O Cigarro Fino de Cravo aceso começa lentamente a soltar uma fumaça escura (não mais amarela). Bibi observa a fumaça sem medo enquanto escuta Chroma possuída de foco e poder – *“corra... corra... corra...”* Bibi sente uma nova força em seu corpo, com a ideia de que talvez essa não precise ser essa a sua vida. Lumee está deitada e parte de seu corpo pesa sobre o corpo da filha, que devagar tenta removê-la, temendo acordá-la. Mas Bibi parece determinada e age meticulosamente.

Bibi consegue se levantar com dificuldade. Rastejando e mancando, segue em direção à porta. Suas pernas tremem como as de um recém-nascido.

No prefácio ao “Diário Clínico de Ferenczi” (1932, p. 19), Judith Dupont comenta:

A vítima do trauma, a criança ou doente mental, devolve ao agressor uma imagem caricatural de si mesmo, exprimindo assim, simultaneamente, seu sofrimento, seu protesto, e as verdades que o outro se esforça por eludir. Depois, pouco a pouco, o traumatizado é colhido em seu próprio roteiro, até se ver com todas as saídas fechadas. Só uma intervenção terapêutica proveniente do exterior pode romper esse enclausuramento.

O Cigarro Fino de Cravo continuava a preencher o ambiente com a fumaça escura. Ao mesmo tempo em que a potente fumaça inundava o quarto, sua cor escura já não permitia que ali fosse o Claro Santuário. O roteiro de Bibi esmaecia frente ao caos que agora era evidente. Chroma aumenta o tom de sua voz, impulsionando Bibi a correr. Com muito esforço, Bibi se estica para alcançar o gancho onde estão as chaves. Chroma, em tom ainda mais forte, faz estremecer as paredes do quarto, que caem. Restam apenas a porta e muita fumaça no ar. Uma nova catástrofe está por vir, uma mudança. É preciso ter coragem.

Lumee acorda e diz não poder enxergar a filha. Ela começa a cantar e seu canto tem efeito de feitiço. Chroma e Bibi congelam. Lumee parece semimorta:

*“perdida no azul”*

*“ao menos eu sei que você está segura aqui”*

*“e apenas alguns metros de distância – se afoga também”*

Lumee parece ter mantido Bibi dentro do mar, a cem metros da areia por toda a sua vida. Traumas seguidos de traumas, donde erigiu um corpo fantasma, oco por dentro, a ser habitado por outro fantasma. À Bibi nunca foi concedido um lugar de valor em seu mundo, e para fugir da morte precisou refugiar-se num *self* forjado, quase patológico. O núcleo de seu *self*, Chroma, ficou então incomunicável por todos esses anos, recluso num tipo de comunicação sem saída. A única relação objetal que lhe restou para não enlouquecer foi a relação submissa com sua mãe; ela ficou totalmente aderida ao seu discurso. Bibi beirou a psicose, parece evidente.

Lumee manipulava Bibi de tal forma que, de algoz, se tornou uma vítima, uma desventurada. A autora do descrédito inverteu o enredo da narrativa, e a verdadeira vítima – não apenas de um estupro, mas de sucessivos descuidos e abusos – tornou-se a culpada. A mãe repetia inúmeras vezes “a culpa é sua”.

Agora, a ilusão estava quebrada e a possibilidade de Bibi realmente se afogar no mar era grande. A corda de seu barco havia se soltado do cais, e havia chances reais de seu barco se desprender à deriva, pois a corda na forma de uma identidade adesiva (retorno à díade) estava rompida. A presença do analista implicado e em posição de confronto se faz absoluta condição para impedir que Bibi se aliene em uma fuga patológica. Bibi precisa nascer de novo.

Sobre tais momentos críticos do tratamento, e refletindo também acerca da desafiante técnica psicanalítica, Ferenczi (1918, p. 412) escreve:

Quando nos importa mais apressar certas explicações do que exercitar as forças psíquicas do paciente, devemos exprimir simplesmente diante dele certas ideias que supomos serem suas, mas que ele não ousa comunicar, e levá-lo assim a reconhecê-las. A situação do médico no tratamento psicanalítico lembra, sob muitos aspectos, o do obstetra, que também deve, tanto quanto possível, comportar-se passivamente, limitar-se ao papel de espectador de um processo natural, mas que nos momentos críticos, terá o fórceps ao alcance da mão para terminar um nascimento que não progrida espontaneamente.

A entonação ameaçadora de Lumee deixa Chroma ansiosa e duvidosa, à beira do precipício. Com todo impulso do mundo sua voz repete determinada: “*corra...corra...corra...corra*”. Estamos nos momentos finais do último ato, e a plateia torce

para que Bibi consiga escapar. Assim acontece muitas vezes com o analista quando deseja que o paciente encontre uma porta.

Usando a força que desconhece, Bibi empurra a porta e arremessa seu corpo para o “Claro e Brilhante [ainda] Vazio” fora do apartamento escuro e cheio de fumaça. Bibi sente que toda a respiração foi arrancada dela. O ar frio queima sua pele enquanto ela cai livre no vazio claro.

Essa imagem nos remete a uma sala de parto: o bebê está sem ar em seus pulmões e precisa aprender a respirar sem o cordão umbilical. A simbiose do útero é o estado de dependência absoluta, no qual opera um modo de satisfação passiva; no caso de Bibi, de satisfação passivo-masquista. A pele de um bebê é tão sensível, afinal estava imersa no líquido amniótico; a claridade é tão forte, quase ameaçadora aos olhos. Bibi precisava nascer e, assim como o bebê que hesita em fazer a passagem, Bibi sentia medo. Transformar uma perturbação é sempre doloroso. São mudanças catastróficas.

Dentro do apartamento escuro todas as paredes chocam-se de volta ao lugar. Lume, da porta, assiste à filha cambalear e tropeçar sobre as próprias pernas. A menina segue em direção ao horizonte através do Vazio Claro.

Bibi nunca olha para trás. O luto se fez possível.

## Considerações Finais

Nosso percurso procurou demonstrar a relevância das experiências compartilhadas com a função materna tanto no que concerne às formações traumáticas, como para a instalação e viabilização de funções simbolizantes, ou intersubjetivas no psiquismo nascente. Vimos que a criança pequena entende o que a rodeia, e experimenta a realidade a partir de impressões internas adquiridas na relação íntima com o objeto primordial, e que se acumulam na elaboração de um mito. O mito<sup>75</sup> corresponde à fantasia compartilhada de onde se desprendem significantes que vão integrar a práxis simbolizante presente na linguagem, nos ritos, nos contos, nos códigos e nos acordos sociais. O mito somente existe se é compartilhado em um tipo de comunicação silenciosa e enigmática e mantido através de um pacto social. O mito inaugura a realidade psíquica do indivíduo e o insere na civilização.

Percorremos um caminho desde Freud para demonstrar o papel da realidade psíquica junto aos estímulos constantes provenientes do mundo externo e de potencial traumatizante. E prosseguimos nos apoiando nos pressupostos ferencianos que ampliam a noção de realidade psíquica atrelando-a às relações primordiais. Na visão de Ferenczi, o traumático se configura pela falta de tradução simbólica sobre uma vivência (excessiva ou faltante) não sintonizada às capacidades egóicas de metabolização do sujeito. Procuramos demonstrar que o susto e o terror provocados pela vivência do abuso sexual infantil podem conduzir o sujeito a um movimento psíquico regressivo em busca de decodificação e confirmação perceptiva dessa experiência. Para Donald Winnicott, em ressonância à Ferenczi, a ausência de uma figura de confiança, no caso a mãe, que possa se ofertar como fonte de proteção e espelhamento, produz um sentimento de decepção com o objeto primordial, ocasionando a interrupção dos processos maturacionais da criança.

O abuso sexual infantil e posterior desmentido rasgam o pergaminho que guarda o mito, fonte de sentido do “fazer-se humano”, e levam a criança a perder referências simbólicas recém

---

<sup>75</sup> Yuval Harari, autor do best seller “*Homo Sapiens*”, discorre sobre o fato de que nossos ancestrais, Homo Sapiens, somente conseguiram se organizar em grupos maiores que 150 indivíduos pelo uso da ficção, promovendo a cooperação entre seus membros. Esse pensamento corrobora a ideia apresentada por Freud em “*A civilização e seus descontentes*” (1930) sobre a necessidade de um acordo de proteção entre os homens a fim resguardar os membros mais frágeis da força bruta.

adquiridas. É uma perda que ameaça a integridade do *self* e a coesão egóica, conduzindo a personalidade a empreender mecanismos de defesa primitivos, tais como a cisão psíquica e a identificação maciça.

Como vimos no capítulo 1, foi por meio do estudo dos povos primitivos que Freud forjou e apresentou, em “*Totem e Tabu*” (1912-13), um mito originário capaz de dar conta da universalidade das fantasias sexuais infantis, para então confirmar a centralidade do Complexo de Édipo como pedra angular do constructo psíquico. O estudo dos sonhos ganhou corpo com a ênfase dada ao mito, que por sua vez ampliou a noção de ambivalência e dependência psíquica. O mito cedeu lugar às crenças mágicas, e essas incrementaram a noção de fantasia [onipotente] que passa a ser pensada tanto como recurso à saúde como produção patológica. Embora Freud tenha abandonado temporariamente sua “Teoria da sedução” (1897) ao refutar a causa exógena do trauma, a nova lógica então centrada na evidência de uma realidade intrapsíquica abriu o caminho para novas investigações centradas na dimensão egóica do trauma e de fator quantitativo.

A compreensão de uma representabilidade enigmática do totemismo como regulador da ordem social para além de um símbolo de autoridade e poder conduziu Freud (1912-13) a repensar o comportamento humano de respeito e renúncia frente às exigências morais. O autor conclui que a necessidade de pertencimento ao grupo e de sentir-se amado e protegido justificaria posturas de cooperação e de obediência a um pacto composto por leis que portam um caráter sagrado, e nomeadas por tabus.

Sempre apostando na hipótese de que o sofrimento psíquico repousa sobre a ambivalência dos afetos humanos frente às exigências do interjogo entre princípio de prazer e realidade, Freud assume que o conteúdo simbólico do tabu do incesto e do parricídio integram a matéria psíquica como forças potenciais de controle e renúncia frente ao ódio à dependência e o desejo por prazer e exclusividade, respectivamente.

A abordagem freudiana da constituição do psiquismo calcada nos pressupostos míticos inaugura a ideia de uma realidade psíquica dotada de uma ambivalência afetiva de base e original que remonta à presença ontológica de fantasias arcaicas de desamparo aliadas às fantasias sexuais infantis. Um tipo de patrimônio psíquico que abriga todos os ingredientes para as formações arcaicas, tanto do sentimento de culpa como de tendências à autopunição, ambos

sentimentos inconscientes que se moldam e atuam frente às cobranças morais da sociedade, trazendo consequências ao funcionamento psíquico.

A noção de dependência biológica e fisiológica se amplia para abarcar um tipo de dependência afetiva e leva Freud a inferir que os sentimentos de amor e medo estariam na base da formação do senso moral, colocando a afetividade no centro da dinâmica do funcionamento psíquico. Freud supõe que o nascer psíquico estaria então para além do resultado da ação de forças recalcadoras frente à busca por experiências de satisfação (alívio de tensão) *versus* as imposições da realidade, tal como postulado no texto “*Os dois princípios do funcionamento psíquico*” (1911). Assim, a engrenagem psíquica seria dependente da qualidade da mediação da função primordial frente ao encontro com a realidade externa. Não seria propriamente a interdição e posterior falta ou ausência de satisfação que colocaria o psiquismo em trabalho, mas a qualidade das relações arcaicas como organizadora pulsional e então produtora de alteridade.

A partir de 1920, com a formulação da segunda teoria pulsional, Freud conceitua a ambivalência de base regida pela pulsionalidade. Sem deixar de articular a noção de sexualidade e seu fator constitutivo pela vivência do Complexo de Édipo, coloca em relevo as questões econômicas pulsionais em torno das angústias arcaicas de desamparo para a organização do funcionamento psíquico. A relação pré-edípica recebe estatuto constitutivo e estruturante como moduladora das moções libidinais em decorrência do tipo de provisão ambiental e relações de cuidado. A qualidade da realidade psíquica resultaria do trabalho de codificações e decodificações realizadas pela relação primordial.

A problemática da coesão egóica e da instauração de habilidades psíquicas de defesa contra as ameaças dos mundos interno e externo (habitado por projeções sádicas<sup>76</sup>) inaugura o campo das patologias narcísicas, ou sofrimentos narcísicos e uma dimensão intersubjetiva e simbólica do trauma. Esse novo aporte sobre o sofrimento psíquico suscitou revisões sobre o

---

<sup>76</sup> Melanie Klein foi a autora que conceituou o “sadismo” como representante das pulsões destrutivas (de morte) na criança. No texto “*A importância da formação de símbolos*” (1930) Klein nos elucida: “O sadismo se torna fonte de perigo, também porque o sujeito acredita que as armas empregadas para destruir o objeto também se voltam contra si mesmo. O objeto do ataque se torna uma fonte de perigo porque o sujeito teme sofrer dele ataques semelhantes como retaliação. Assim, o ego em desenvolvimento se vê diante de uma tarefa que não está ao alcance de suas possibilidades nesse estágio: a de dominar a mais aguda ansiedade”. (p. 252)

modelo clínico psicanalítico, e foi com as experiências clínicas um tanto arrojadas de Sándor Ferenczi que a Psicanálise logrou um grande passo.

Nos capítulos 1.2 e 2.1 nos debruçamos sobre os processos de constituição do *self*, a edificação da realidade psíquica e funcionamento egóico sob a dimensão social do trauma e seu sistema cumulativo de impressões. A partir de perspectivas teóricas elaboradas por Sándor Ferenczi e Donald Winnicott tentamos demonstrar a formação de um sistema de disposições psíquicas que passam a integrar de forma silenciosa a experiência da criança através das trocas na relação primordial, que na visão de Winnicott se amplia para um estatuto de ambiente. O estado de desamparo humano eleva a importância do objeto mãe-ambiente como apaziguador de tensões, que, na visão do autor, surgiriam primeiramente devido às exigências advindas do campo da necessidade, ou sobrevivência, e não do campo da satisfação.

Para Ferenczi e Winnicott, as disposições psíquicas são integradas sensorialmente num modelo auto-simbólico. Uma ordem simbólica se organiza a partir do soma e torna-se matriz de sentido aos diversos estímulos do mundo externo e interno e posterior formações de ansiedades arcaicas. A capacidade de ligação e tolerância da ansiedade por parte do ego seria diretamente proporcional à qualidade da experiência ofertada à criança pela função materna, um engendramento que dá relevo à noção de tempo e espaço aos processos de elaboração simbólica.

O manejo materno pouco intrusivo, adaptado às necessidades do bebê e ao mesmo tempo reflexivo pela prática do compartilhamento da experiência, forneceria os alicerces para um funcionamento psíquico espontâneo e menos angustiado. Uma criança menos aflita em relação à garantia que possui de sentir-se amada pelo objeto primordial pode sustentar estados angustiadados por um período que favoreça sua ligação e transformação de uma vivência em experiência emocional, diminuindo seus possíveis efeitos traumáticos.

O desmentido frente a uma situação de abuso sexual infantil, tal como apresentado por Ferenczi, se situa para além de uma ausência de significado de uma percepção ou tradução de uma vivência. Ele cria uma lacuna entre evento e representação que não pode ser sustentada devido ao acionamento de fantasias de desamparo arcaicas que fazem irromper forte ansiedade. Ferenczi nos fala de uma confusão na comunicação entre adultos e criança, a qual inferimos localizar-se para além da confusão entre as linguagens da paixão adulta e da ternura infantil,

pensadas no campo do sexual. Seria, antes, uma confusão sobre o próprio valor de si mesmo frente ao ocorrido que desorganiza a ordem simbólica primeva, aquela que permite o ingresso e permanência do sujeito na civilização. A violação da “lei sagrada” e posterior ausência de protesto materno (ou insuficiência) deflagra para a criança o poder silencioso da assimetria que opera na relação de dependência inerente ao período da infância, um conhecimento que cria uma ferida narcísica. Se o ódio à dependência é um sentimento que pode ser apaziguado por uma troca objetal previsível e doadora de significados, o desmentido parece acionar a pulsionalidade destrutiva e o ataque aos vínculos.

Como um fruto ainda imaturo que é arrancado da árvore antes de atingir o pleno estado maturacional, a criança abusada sexualmente tem seu processo maturacional interrompido quando os limites de seu *self* são violados. Para Winnicott (1963) a violação do núcleo do self seria da ordem de um pecado. Tal como o tabu é uma lei enigmática que tanto melhor quando não mencionada, o que justifica a emergência de um totem; assim deveria ser quanto ao estatuto sagrado e vulnerável do núcleo da personalidade que na opinião do autor deve permanecer isolado. Assim, Winnicott atribui às falhas da mãe-ambiente a causa para o acionamento de mecanismos de defesa radicais que, à revelia de projeções defensivas, insiste no ocultamento ulterior do *self*, a qualquer preço. (p. 170). Essa ideia winnicottiana sobre a falha materna corrobora o postulado ferencziano sobre a importância da adaptação da família à criança e o pensamento de que o trauma se configura pelo efeito do desmentido.

O aporte de Figueiredo (2000) acerca da *lei* e seu efeito subjetivante, apresentado no capítulo 2.2, nos ajudou a sustentar a hipótese sobre a relevância da função materna nos casos de abuso sexual infantil e posterior desmentido, permitindo-nos inferir que a violação da *lei* (tabu do incesto) subtrai do sujeito seu lugar de valor e direito que um dia lhe foi reservado (ou prometido como ideias conceituais). O abuso sexual infantil desvelaria para o *eu* sua fragilidade, dependência biológica e afetiva, e sexualidade pulsante. “*A colocação de certos membros da família em reserva*”, ou do próprio *eu* em reserva, porta uma dimensão intersubjetiva que é fundamental à construção da subjetividade. Pelo mecanismo autosimbólico a criança será capaz de atribuir o mesmo valor que lhe é atribuído ao mundo e aos objetos que a rodeiam, podendo se interessar por eles, e promovendo ligações objetais enriquecedoras do mundo interno.

Vimos que nas famílias em que ocorre o abuso sexual infantil, muitas vezes, a dinâmica familiar não reserva à criança um padrão de cuidado e proteção que propicie a edificação de um sentimento de si dotado de valor e direitos, bem como uma estabilidade simbólica que permita a formação de uma matriz de sentido singular e autônoma. A ópera PRISM ilustra um contexto familiar instável, não por se tratar de uma unidade familiar composta apenas de mãe e filha, mas por ser uma relação mãe-filha marcada pela imprevisibilidade e pela confusão simbólica que corrompe a formação da matriz simbolizante da menina. A peça revela que a mãe não só realizou o desmentido sobre a violência sexual sofrida, mas sua forma de agir e se relacionar causava na filha sentimentos de incerteza e insegurança que impediam a instalação de uma função simbolizante. Um tipo de comunicação permeada de mensagens truncadas que surtiam efeito de consecutivos desmentidos, ou recusas psíquicas. A noção de que o desmentido é um *modus operandi* de comunicação nessas famílias, antes mesmo de se fazer o desmentido frente ao abuso sexual, é uma hipótese.

Quando tomamos o postulado freudiano (FREUD, 1912-13) de que a sociedade se ergue sob a negação do grande delito (p. 229), nos permitimos inferir que existe uma recusa perceptiva tanto em aceitar a frequência de abusos sexuais infantis como em aceitar a ocorrência dos respectivos desmentidos. As produções artísticas, na contramão da negação, exercem papel importante ao aproximar o sentimento humano de realidades que parecem longínquas. Parece ser o caso da ópera PRISM que deflagra o desmentido de forma escancarada ao colocar como ‘fato selecionado’<sup>77</sup> a relação da díade, considerada sagrada, encenada com características perversas e simbióticas. A escolha da obra buscou fornecer novos prismas a detalhes que habitam a marginalidade perceptiva, permanecendo como *fueros* psíquicos ao próprio campo da pesquisa psicanalítica. A arte na função de transpor os limites da defesa.

Sem a intenção de criminalizar as mães e suavizar a responsabilidade dos pais, o foco sobre uma identificação melancólica alienante com a mãe como desdobramento de um abuso sexual e posterior desmentido nos auxilia a deslocar o entendimento sobre uma identificação ansiosa com o agressor, para pensarmos sobre uma identificação com a pessoa que opera o

---

<sup>77</sup> O termo ‘fato selecionado’ é uma tradução da palavra em alemão “*Ansatzpunkt*” que significa “uma irradiação de sentido a partir da qual se recriam formas”. Esse termo foi adotado por Wilfred Bion para falar sobre algo que se cria dentro do campo transferencial, contratransferencial ou campo instalado pelas obras e promove a reorganização do que é disperso, ou marginal. O ‘fato selecionado’ produz estranheza e por isso pode abrir canais supridores da subjetividade, ajudando a ultrapassagem de uma apreensão da realidade já mecânica. (FIGUEIREDO, 2014, p. 87-88).

desmentido, no caso a mãe. Uma adesão narcísica que funciona como um outro modo de sobrevivência frente ao acionamento de fantasias arcaicas de desamparo. O retorno a uma vivência da díade pré-edípica parece se justificar por três motivos que não se excluem: uma tentativa de retorno a um tempo pré-traumático e de posição de total passividade frente ao outro cuidador, seguindo os pressupostos ferenczianos de uma regressão thalássica; a reabilitação de alguma força operatória pelo “processo de identificação como etapa preliminar da relação objetal” (FERENCZI, 1932, p. 189) mediante a impossibilidade de auto-proteção e defesa; e o estabelecimento de uma fusão primitiva<sup>78</sup> com a mãe na busca de reestabelecer uma relação afetiva com a mãe perdida pela vivência do desmentido.

A vivência de um retorno à díade aponta para uma posição libidinal incestuosa com a mãe, uma operação que, na visão de Loewald (1978), interrompe todo e qualquer processo emancipatório. Para o autor, assim como para Winnicott, a marcha rumo à independência ou autonomia se coloca em processo à medida que a criança se sente capaz de arcar com o desejo do parricídio (a agressividade), ou melhor, de superar a autoridade parental. Um engendramento que pressupõe a sobrevivência do objeto. O desmentido demarca o campo de insuficiência materna tanto no que se refere à sua capacidade protetiva e tradutiva, como à sua capacidade de sobrevivência, e desdobra-se no abandono da criança a um estado angustiado. A vivência de desamor torna-se intolerável e aciona, em defesa, sentimentos de culpa que por sua vez provocam o desejo de autopunição.

O desmentido opera no sentido inverso do reconhecimento e espelhamento materno, significando a ausência do compartilhamento da experiência. Vimos que a criança que não encontra alguém que possa lhe aferir a realidade do ocorrido, e vir em seu socorro, é incapaz de suportar a solidão e afirmar-se em situação de desprazer, como nos diz Ferenczi. A mãe, objeto fonte do narcisismo primário e de função objetalizante da pulsão, ao “nada” refletir ao sujeito, causa profunda decepção e aciona pulsões destrutivas coerentes com aquelas dos estados primitivos que utiliza modelos arcaicos de reação. Assim, o psiquismo da criança ingressa num urgente movimento expulsivo que acaba por esvaziar-se de todos os objetos bons

---

<sup>78</sup> É curiosa a passagem sobre a ‘neurose de abandono’ retirada do “Vocabulário de Psicanálise” (LAPLANCHE E PONTALIS, 1982/2008): “*A necessidade ilimitada de amor, manifestada de uma maneira polimorfa que frequentemente a torna irreconhecível, significaria uma procura da segurança perdida, cujo protótipo seria uma fusão primitiva da criança com a mãe. Não corresponderia a um abandono real pela mãe, abandono cujas consequências foram estudadas por Spitz [...], mas, quanto ao essencial, a uma atitude afetiva da mãe, sentida como recusa de amor (“falsa presença da mãe, por exemplo”).*” (p. 302)

que habitam seu psiquismo. Essa operação culmina num processo de cisão psíquica sobre o ego, restando-lhe uma personalidade composta apenas do *id* e *superego*. (FERENCZI, 1933, p. 118).

As ideias e impulsos agressivos e destrutivos, quando não metabolizados, geram um sentimento persecutório devido ao medo de retaliação. Quando uma vivência não ganha contornos, ela não pode ser percebida, reconhecida e significada pelo sujeito, causando a interrupção das atividades reparatórias, “fonte e vínculo entre o impulso criativo e a vida vivida”. (WINNICOTT, 1948, p. 156). Aquilo que é vivido em âmbito privado dá margem para distorções, e contribui para a formação de incertezas sobre o si mesmo, construções falsificadas e dúvidas sobre o próprio processo perceptivo. Winnicott (*idem*) nos diz que, clinicamente, é comum encontrarmos reparações falsas que aparecem “através da identificação do paciente com a mãe, e o fator dominante não é a culpa do próprio paciente, mas a defesa organizada da mãe contra a depressão e a culpa inconsciente.” (p. 157)<sup>79</sup>

Winnicott (1962) descreve a desintegração como uma defesa sofisticada contra o caos que se instala pela ausência materna como auxílio ao ego ainda incipiente (p. 60). Ele nos diz que é preferível à criança viver o caos da desintegração por ela provocado do que se deparar com ansiedades arcaicas de desamparo. Essa operação leva a criança a experimentar um sentimento de culpa<sup>80</sup> que evita “o medo de que o ódio seja maior que o amor” (WINNICOTT, 1958, p. 24). Quando a integração do ego é ameaçada, a renovação do contrato narcísico pela via da submissão se torna a única condição contra a angústia de morte. Assim, pela clivagem, o sujeito retira-se de si mesmo, como vimos em Ferenczi, e deixa-se invadir pela sombra do objeto assediante (persecutório) e inelutável. O quadro melancólico é uma resposta aos apelos relacionais que, como resposta, devolveram apenas vazio e silêncio.

Freud (1920) elucida que o quadro da neurose traumática apresenta pronunciado sofrimento subjetivo que evoca a sintomatologia da hipocondria ou da melancolia, ambas de

---

<sup>79</sup> A criança usa a depressão da mãe para fugir de sua própria; isto faz com que surjam restituições e reparações falsas em relação à mãe, o que prejudica o desenvolvimento da capacidade pessoal para restituir, pois nesse caso a restituição não se relaciona com os sentimentos de culpa pessoais da criança. (WINNICOTT, 1948, p.158).

<sup>80</sup> Winnicott (1958) nos diz: “*O sentimento de culpa, visto deste modo, é uma forma especial de ansiedade associada à ambivalência, ou da coexistência de amor com ódio. Mas a ambivalência e a tolerância dela pelo indivíduo implicam considerável grau de crescimento e normalidade*”. (p.24). Essa ideia corrobora com a proposta de Hans Loewald sobre a tolerância da ambivalência para a emergência de um sujeito dotado de autonomia.

caráter somático e psíquico. (LAPLANCHE & POTALIS, 1982/2008, p. 317). Winnicott nos fala de um “pavor sem nome”, pois se trata do encontro com uma situação perigosa para a qual o sujeito não está preparado. Mas seria possível estar preparado para tamanha violência? Parafraseando Freud (1939), poderíamos pensar que o efeito traumático estaria relacionado à um tipo de constituição psíquica que comporta impressões psíquicas do passado que não alcançaram resolução normal? Poderíamos pensar na produção de um sentimento de culpa intolerável, fruto de consecutivas desautorizações perceptivas que bloqueiam o fluxo da agressividade, desabilitando o sujeito no enfrentamento e posterior metabolização de demandas ou estímulos excessivos?

A capacidade que adquire o sujeito de entender o que o rodeia, ou seja, de simbolizar a experiência, estaria intimamente relacionada à possibilidade de tolerância de angústias primitivas. Vimos com Loewald que a conquista de autonomia é resultado da sobrevivência do desafiante embate entre conteúdos sagrados e profanos. São antagonismos que precisam ser tolerados pelo sujeito nascente para coexistirem no psiquismo, sem recusas. Para o autor, a vivência íntima com o objeto primordial fornece autoridade perceptiva ao infans, habilitando-o psiquicamente a liquidar tensões.

Falamos previamente do sentimento de inanição que habita as crianças abusadas sexualmente. Esse sentimento nos leva ao postulado winnicottiano sobre o sentimento de inutilidade formado a partir da condescendência da família ou sociedade com a construção de um *falso self* - erguido pelo sujeito na tentativa de proteger o *verdadeiro self* de uma intrusão. (WINNICOTT 1950-55, p. 297-298). Para Winnicott, a intrusão ambiental deveria acompanhar um certo padrão que permita ao sujeito apenas sentir-se existindo, sem precisar reagir às intrusões. A boa fusão do *quantum* de potencial de motilidade com o *quantum* de potencial erótico disponível promoveria uma vivência de paz interior que permite ao indivíduo desenvolver um padrão<sup>81</sup> próprio e singular para investigar e conhecer o mundo. O padrão de intrusão ambiental é vivenciado em um tipo de comunicação silenciosa, como acompanhamos com Winnicott (1963).

---

<sup>81</sup> Melanie Klein (1921) nos fornece as bases do pensamento winnicottiano quando relata uma passagem do famoso caso clínico de Fritz. Ela nos diz: “Essa tendência vinha se destacando desde o fim do segundo período, principalmente no seu esforço de indagar sobre a realidade e a existência de coisas que lhe eram há muito familiares, de atividades que já praticara e observara diversas vezes, de coisas que já conhecia há muito tempo. Dessa maneira, ele chaga a julgamentos independentes por si só, a partir dos quais pode fazer suas próprias deduções”. (p. 31)

O sentimento de inutilidade na criança, produzido pela falta de reconhecimento de seu sofrimento, parece ser um dos principais focos de uma estratégia analítica eficaz aos pacientes que foram vítimas de um abuso sexual infantil. Reconhecer que a criança ou adulto que chega à clínica se construiu numa personalidade falsificada não é tarefa fácil. Ferenczi (1933) mostrou grande sensibilidade clínica ao perceber o comportamento complacente de seus pacientes, e desconfiou de um funcionamento da libido de cunho passivo-masoquista. Winnicott (1950-55) chega a comentar que a falta de resistência no trabalho analítico deflagra um distúrbio nos padrões primitivos e leva ao fracasso do próprio tratamento quando o analista lida com a falsa premissa de que o paciente realmente existe (p. 299). Assim, o trabalho do analista de testemunho se torna condição para o tratamento: testemunho sobre a montagem de falsificação, testemunho da violação de que foi vítima e testemunho sobre o desmentido sofrido.

Torna-se interessante tentar compreender a identificação melancólica ou adesão narcísica pelo prisma da necessidade de fusão entre a agressividade (motilidade) e o potencial erótico produzido pelas relações. Winnicott (1950-55) nos fala que, quando a motilidade se torna matéria da experiência somente através da intrusão ambiental, o sujeito acaba por promover situações que suscitem oposição, despertando “tendências sádicas compulsivas que por vez ou outra transforma-se em masoquismo”. (p. 299). Assim, uma aliança sob os moldes de um masoquismo alienante se destinaria a um tipo de anestesia contra as agonias primitivas suscitadas do *quantum* de agressividade que resta sem ligação, sem destino que tornam-se pulsões destrutivas.

Nessa trajetória fizemos uma apreciação sobre a relevância da função materna nos casos de abuso sexual infantil a partir da compreensão de que o desmentido representaria uma falha do objeto materno em conter e modular estímulos internos e externos, extraviando a experiência erótica pela impossibilidade de fusão das forças destrutivas. Nesse sentido, o desmentido contribuiria para a emergência brutal de objetos aterrorizantes do inconsciente arcaico<sup>82</sup>, que causam forte ansiedade persecutória à medida que precisam ser excindidos. Porém, como acompanhamos com Figueiredo (2008), o desmentido ainda produz uma desautorização

---

<sup>82</sup> O superego arcaico se constitui para Melanie Klein a partir de uma reação de defesa intrapsíquica contra a ameaça das pulsões destrutivas (de morte) atuantes desde o início da vida psíquica e que sofrem oposição pela pulsão de vida (Eros). Klein (1933) nos diz: “*O perigo de ser destruído por essa pulsão de agressão estabelece [...] uma tensão excessiva dentro do ego, percebida como ansiedade. Desse modo, o ego enfrenta desde o início de seu desenvolvimento a tarefa de mobilizar a libido contra a pulsão de morte*”. (p. 288)

perceptiva e da transitividade perceptiva. A percepção nunca se completa em uma figura fechada, tampouco ganha significância, provocando uma sucessão de retornos de “quase-coisas” que, sem alcançar qualquer configuração ou diferenciação, acionam o pânico. (p. 65).

A montagem da ópera PRISM nos permitiu observar alguns efeitos do desmentido. A menina Bibi não pode se lembrar de nada, ela está sob o efeito de uma névoa (ilustrada pelo efeito da fumaça do “cigarro fino de cravo”) e que é continuamente mantida pela força da desautorização operada pela mãe. A administração diária do remédio corta diariamente os canais perceptivos da menina, fazendo-a crer que não pode ficar de pé pois seus ossos estão prestes a virar pó. Além disso, o gosto amargo do remédio provoca em Bibi uma raiva que não tem espaço para ser recebida pela mãe. Esta, ao invés de conter e metabolizar a agressividade não ligada da filha, ainda se comporta de maneira oscilante, ora carinhosa ora repulsiva. A menina experimenta constantes ameaças de abandono, que acionam pulsões destrutivas que se expressam em terríveis dores abdominais consumindo-a desde dentro.

Bibi, ao ser entronada numa cadeira, faz alusão a um tipo de compensação ofertada pela mãe em troca de sua passivação ao ceder ao conluio do desmentido. O fato de a menina não mais caminhar ilustra o fim de sua transitividade perceptiva, a paralisação do deslocamento de significantes em significados. Mãe e filha vivem em um mundo delirante onde todos os vínculos com a realidade foram rompidos pois “o símbolo como mediador inter e intrapsíquico está em crise”. (FIGUEIREDO, 2008, p. 151). Como tentamos demonstrar, a violação do tabu do incesto retira os referentes simbólicos do sujeito. Figueiredo (2008, p. 151) nos diz:

A crise na mediação simbólica, a crise da capacidade de ligação, seja na formação de laços sociais, seja na constituição de um aparelho psíquico capaz de mediação interna, de ligação e diferenciação, é o que vai caracterizar a operação do psiquismo em um regime além ou aquém do princípio de prazer[...]

O abuso sexual infantil gera um *quantum* de motilidade que não ganha ligação tanto pelo excesso de excitação promovido no corpo infantil e imaturo, como pelos efeitos do desmentido. Os objetos primários não interceptam essa pulsionalidade, promovendo a fusão de que nos fala Winnicott; disparam-se forças que buscam descarga. Sem o abrigo de angústias acionadas no encontro com determinadas realidades, o sujeito se vê à mercê de sua própria

pulsionalidade destrutiva. O pacto alienante em uma identificação melancólica pode ocorrer como consequência de uma massiva identificação projetiva<sup>83</sup>.

Para além de uma vivência de retorno à díade mãe-filha que retrata a ópera, o estado simbiótico de um contrato narcísico alienante pode ser ampliado para outras formações diádicas de cunho melancólico que se caracterizam pela desobjetalização. Se Ferenczi conceituou o mundo externo pelo que chamou a “objetalização das coisas” que se dá pelos processos introjetivos, o resultado da desobjetalização é a dissolução do *status quo* da realidade atual para uma dimensão pré-objetal. Configura-se um tipo de regressão que busca no reencontro com o objeto primário o apoio e a continência ao exercício das operações mais básicas de mediação, ligação e separação. (FIGUEIREDO, 2008, p. 152).

As formações diádicas marcadas pela exclusão da terceiridade – e, portanto, da alteridade –, operam do mesmo modo nas adições químicas, no vício do jogo, no vício à pornografia, e até mesmo em formatos mais aceitos pela sociedade, como a formação de um *falso self* dotado de uma habilidade específica. Os primeiros nos remetem ao mecanismo de regressão ao infantil e estado de passividade a um substituto do objeto primordial, e o último, do *falso self* (“*gifted child*”<sup>84</sup>), a um tipo de progressão traumática como apontado por Ferenczi (1933). Ambos estariam a serviço de ligar a pulsionalidade destrutiva (a qualquer preço) e promover alguma integração e coesão egóica, mesmo que falsificada.

Figueiredo (2008) propõe que o acionamento de funções de desligamento e desobjetalização tem as cores da pulsão de morte, e seriam acionadas pelo efeito de falhas do objeto primário em integrar os circuitos pulsionais, impossibilitando a internalização de funções simbólicas. A falha na aquisição dessas funções seria o que justamente faltaria aos pacientes que, diante de situações de potencial traumático, sucumbiriam em adoecimentos narcisistas ou esquizóides (p. 152). A compreensão ferencziana de que o trauma é o resultado da ação de um outro sobre um corpo já traumatizado nos fornece os pressupostos necessários que sustentam

---

<sup>83</sup> Figueiredo (2008) elucida: “*A identificação projetiva [...] é uma fantasia por meio da qual partes do psiquismo do paciente são expelidas e colocadas dentro de seus objetos [...] partes boas e ameaçadas de destruição no interior de um psiquismo muito perturbado pelo ódio, pela inveja e pela culpa. [...] forma-se uma confusão entre o sujeito e seus objetos de identificação projetiva, como os quais o sujeito estabelece relações narcisistas muito primitivas e resistentes à análise*”. (p. 141)

<sup>84</sup> Termo cunhado por Alice Miller (1997), que significa “superdotado”, como já mencionado por nós na apresentação. Ela nos diz: “*A pessoa grandiosa nunca se sente realmente livre; primeiro porque é excessivamente dependente da admiração dos outros, e segundo, porque seu auto-respeito é dependente de qualidades, habilidades e conquistas que sempre ameaçam em falhar*”. (p. 36)

nossa hipótese sobre a relevância das interações primárias da função materna para as vítimas de um abuso sexual infantil.

PRISM nos conta a história de uma menina que não experimentou as condições relacionais que viabilizassem o trabalho de diferenciação e individuação. Algumas cenas nos ajudam a identificar possíveis falhas do objeto primordial em sua construção psíquica, tal como quando Bibi busca pela mãe perdida em meio à multidão e tem como resposta: - “não me chame de mamãe”! O segundo ato da peça “*O santuário como era*”, revela o humor volátil da mãe, não apenas em relação à Bibi, mas em relação aos assédios que esta sentia do mundo à sua volta. Num momento estão dançando juntas e em seguida Bibi é rodopiada pela mãe e deixada num estado que nos remete à tontura, visão embaralhada, confusão mental, enfim em estado de subtração perceptiva. Lumee confunde os processos de construção simbólica de Bibi ao comunicar que o comportamento do personagem Cubo Laranja estaria autorizado por tratar-se de uma brincadeira ou elogio. O recurso de iluminação na peça nos ajuda a sentir as mudanças de humor e interação entre mãe e filha. São luzes oscilantes que colorem toda a cenas, assim como colorem o psiquismo e as relações. A “luz amarela” indica para a relação sagrada da diade, enquanto a “luz negra e laranja” indicando para o profano, o proibido.

A desautorização perceptiva e transitiva entre mãe e filha é sentida pelo espectador de maneira vívida quando a música entonada pela dupla é decodificada pela menina no segundo ato: “*Barabi*” é bacardi; “*Santuário*” é apenas o nome da boate; “*Linny Clove Simma Mets*” são cigarros. A desautorização perceptiva é dessubjetivante, e Bibi sente-se suspensa no tempo e habitando o vazio. Ou seja, tempo e espaço, noções vitais para as funções simbolizantes, estão corrompidos, restando a Bibi uma “hiper-realidade<sup>85</sup>” como consequência do desmentido e abuso sexual que se desdobram em recusa perceptiva e cisão psíquica simultaneamente. Figueiredo (2008) coloca que, na situação de “hiper-realidade”, não há lugar para a diferença, pois o sujeito vive a realidade em sua máxima concretude, obliterada de qualquer dúvida ou dor (p. 72). Vimos com Ferenczi (1926) e com Winnicott, com algumas variações, que o desenvolvimento do sentido de realidade ocorre a partir do sentimento de desprazer e do estado

---

<sup>85</sup> Figueiredo (2008) utiliza o termo “hiper-realidade” inspirado no conceito de “patologia da realidade” desenvolvido por Alan Bass (2000) no livro intitulado “*The trauma of Eros*”. A hiper-realidade significa uma condição subjetiva que condiciona o sujeito em total concretude em relação a vida como consequência da sobreposição dos mecanismos da recusa perceptiva e da cisão psíquica que operariam ao mesmo tempo. (p. 72)

de não-integração; logo, a recusa da dor impede o conhecimento da realidade, gerando impasses ao sujeito para se sentir existindo como real.

Chegamos então ao título de nosso trabalho: REXISTIR. A escolha de focar sobre o desmentido materno para pensar os sofrimentos psíquicos oriundos do abuso sexual infantil nos levou a trilhar um caminho que deságua no terreno da pulsão de morte. Temos forças de desligamento que se fundem a partir de dois vértices: elas operam desde o corpo como expressão somática do excessivo sexual sobre um corpo imaturo genitalmente, e se articulam com uma crise da dimensão simbólica da vida do sujeito, no que concerne tanto à sua exterioridade (no que fere os acordos sociais vigentes e conscientes), como aos fatores endógenos e de força inconsciente que agem sobre funcionamento psíquico e sua tópica. Assim, a dimensão traumática do abuso sexual infantil ataca diretamente as forças de Eros comprometendo a tolerância da ambivalência presente na experiência do viver que inevitavelmente comporta prazer e dor<sup>86</sup>.

O paciente vítima do abuso sexual infantil impõe desafios à clínica psicanalítica. O analista tem diante de si um sujeito que normalmente promove ataques ao vínculo, dificultando a instalação de uma franca transferência. Assim como a simultaneidade de ação das defesas de cisão e recusa faz com que as partes dissociadas da personalidade se desautorizem mutuamente. Ambas as situações têm efeitos no campo analítico. A anestesia e o isolamento das partes dissociadas podem levar o paciente a realizar encenações (*enactments*) que afetam negativamente a capacidade afetiva e cognitiva do terapeuta, cuja atenção flutuante deverá atuar para além das falhas no campo do sentido: “deixar-se tocar pelas incongruências, pelas incompatibilidades entre mensagens que circulam simultaneamente nos registros do que se diz, do que se mostra, do que se encena”. (FIGUEIREDO, 2008, p. 31-32).

Voltando ao caso Laura, apresentado no início desta pesquisa, podemos agora concluir que suas encenações estavam para além do retorno do recalado, eram evacuações de objetos tóxicos nunca compartilhados e que buscavam alguma continência para existir. Laura pedia por testemunho do que havia vivido. A ausência de reconhecimento e espelhamento da experiência traumática deixavam guarnecidas partes dissociadas do *self* pela cisão e desautorização perceptiva. Figueiredo (2008) elucida que, nessa medida, as encenações não transmitem

---

<sup>86</sup> “Eros é o portador da diferença, e isso comporta o prazer e a dor”. (FIGUEIREDO, 2008, p. 72)

“sentidos a serem interpretados”, mas clamam para que o analista possa autorizar o trabalho de “fazer sentido”. Assim, na mão inversa ao desmentido, caberá ao analista realizar um tipo de concessão de autoridade ao paciente que permita o reestabelecimento da transitividade de conteúdos isolados que poderão ser recebidos e compartilhados na cena analítica.

A regressão à dependência tem implicações benéficas para o trabalho de “fazer sentido” dentro de um “espaço transicional” que promova uma relação de confiança. O brincar vivenciado no tempo e espaço favorece a inclusão do corpo no trabalho analítico e permite equivalências simbólicas sobre o sentir, o trabalho de fusão da motilidade com as moções eróticas que podem ser acompanhados e significados pelo analista mesmo na ausência de “*um fio significante*”. São situações em que o analista deve abster-se de comunicar o que sabe, o que desafia sua capacidade negativa. (WINNICOTT, 1975[1971], p. 79-93).

O paciente pode agir como se estivesse sozinho, e não em companhia do analista. Esse era o caso da paciente Laura, que encenava cenas sexuais compulsivamente causando efeitos nefastos na contratransferência. Sua realidade psíquica estava imersa num filme pornô sem qualquer significado transitivo, retirando a esperança do trabalho analítico. Winnicott (1975[1971]) ressalta a importância do analista ser uma “presença viva”, o que exige dele refletir pormenores do que é vivenciado no setting para que o paciente possa ganhar realidade e importância. Assim, uma postura materna adotada na transferência concedeu à Laura sustentação psíquica aos seus disruptivos estados afetivos que, pelo testemunho e função tradutiva, puderam se tornar experiência emocional.

Escrevo essas últimas palavras prestes a concluir o mestrado e, graças ao longo percurso de pesquisa, tive um *insight* sobre o processo da análise de Laura que valida a insistência em utilizá-lo tantos anos depois. Acerca do processo analítico, concluí sobre a importância da concessão de autoridade ao sujeito que a análise viabiliza, e que permitiu à Laura se habilitar psiquicamente a integrar o sagrado e profano em seu mundo interno. A realidade psíquica que não comporta a ambivalência estará sempre fadada ao trabalho da recusa perceptiva, subtraindo ao sujeito a apreensão de símbolos e significados das experiências. O substrato simbólico, doado pela relação materna através da garantia de um lugar reservado de experimentação, equipa o sujeito a viver o “impulso ativo de se emancipar”<sup>87</sup>.

---

<sup>87</sup> Hans Loewald (1978, p. 389)

Porém o trabalho não é simples e reflito: o caso clínico de Laura inaugura esta pesquisa porque várias vezes pensei em desistir de atendê-la. Essa é uma clínica que clama pelo trabalho de resistência tanto do lado do analista como do paciente. Até os dias atuais, a imagem de seu rostinho sorrindo surge em minha prática clínica quando me sinto desanimada com o progresso de um paciente, e a experiência compartilhada neste caso clínico me nutre de esperança. A clínica é sempre um trabalho de resistência, daí o neologismo no título desta pesquisa – *Rexistir*. *Resistir* para *Existir*, eis o desafio, para ambos os lados.

## Referências Bibliográficas

ABRAM, J. (1996). *The Language of Winnicott. A dictionary of Winnicott's use of words.* London: Karnac, 2007.

ALEXANDER, J. (2004) *Toward a theory of cultural trauma* (pp. 1-30). In J.C. Alexander, R. Eyerman, B. Giesen, N.J. Smelser, & P. Sztompka, *Cultural Trauma and collective identity.* Berkley: University of California Press.

ALVAREZ, A. (1992). *Child sex abuse.* In: *Live Company.* London: Routledge, 2006

ANZIEU, D. (2000). *Psicanalisar.* Aparecida: Ideias & Letras. (2006)

ARIÈS, P. (1973). *História Social da Criança e da família.* Rio de Janeiro: LTC (1981)

AZEVEDO, M.A. (1989). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder – violência física e sexual contra crianças e adolescentes.* São Paulo: Editora IGLU.

BIRMAN, J. (2000). *Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação.* Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

BIRMAN, J. (1997). *Além daquele beijo.* In: *Da análise na infância ao infantil na análise.* In: SANTA ROZA, E. & SHEULER, E.R. (orgs.) Rio de Janeiro: Contracapa Livraria LTDA.

BIRMAN, J. (1999). *Prefácio.* In: *(org.) Fascínio e Servidão.* Belo Horizonte: Autêntica Editora.

BOURDIEU, P. (1998). *O poder simbólico.* Rio de Janeiro: Bertrand.

CROMBERG, R. (2004). *Cena incestuosa: abuso e violência sexual.* São Paulo: Casa do Psicólogo

DAL MOLIN, E.C. (2017). *Trauma, silêncio e comunicação.* In: FRANÇA, C.F. (org). *Ecos do Silêncio: reverberações do traumatismo sexual.* São Paulo: Blucher.

DAL MOLIN, E.C. O terceiro tempo do trauma: Freud, Ferenczi e o desenho de um conceito. São Paulo: Perspectiva, 2016.

DURBAN, J. (2017). O “complexo do vitimador” e suas vicissitudes no abuso de crianças. *In: HOLOVKO, C. S. & CORTEZZI, C.M. (orgs). Sexualidade e gênero: desafios de psicanálise. São Paulo: Editora Blücher.*

DEWEY, J. (1912). A Arte como Experiência. São Paulo: Martins Fontes, 2010

FERENCZI, S. (1908). Transferência e introjeção. *In: S. Ferenczi, Obras Completas (vol.I) São Paulo: Martins Fontes, 2020*

FERENCZI, S. (1911). Fé, incredulidade e convicção sob o ângulo da psicologia médica. *In: S. Ferenczi, Obras Completas. (vol. II). São Paulo: Martins Fontes, 2020*

FERENCZI, S. (1913). O Desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios. *In: S. Ferenczi, Obras Completas (vol. II). São Paulo: Martins Fontes, 2020*

FERENCZI, S. (1924). *Thalassa*: ensaio sobre a teoria da genitalidade. *In: S. Ferenczi, Obras Completas (vol. III). São Paulo: Martins Fontes, 2020*

FERENCZI, S. (1925). Charcot. *In: S. Ferenczi, Obras Completas (vol. III). São Paulo: Martins Fontes, 2020*

FERENCZI, S. (1926). O Problema da Afirmação do Desprazer. *In: S. Ferenczi, Obras Completas (vol. III). São Paulo: Martins Fontes, 2020*

FERENCZI, S. (1927). A Adaptação da Família à Criança. *In: S. Ferenczi, Obras completas (vol. IV). São Paulo: Martins Fontes, 2020*

FERENCZI, S. (1929). A Criança Mal acolhida e sua Pulsão de Morte. *In: Obras Completas Psicanálise (vol. IV). São Paulo: Martins Fontes, 2020*

FERENCZI, S. (1930) Notas e fragmentos. *In: S. Ferenczi, Obras Completas (vol. IV). São Paulo: Martins Fontes, 2020*

FERENCZI, S. (1930). Princípio de relaxamento e neocatarse. *In S. Ferenczi, Obras Completas (vol. IV). São Paulo: Martins Fontes, 2020*

FERENCZI, S. (1931). Análises de Crianças com Adultos. *In S. Ferenczi, Obras Completas (vol. IV). São Paulo: Martins Fontes, 2020*

FERENCZI, S. (1932). Diário Clínico. São Paulo: Martins Fontes, [1985]1990.

FERENCZI, S. (1933). Confusão de Língua entre os adultos e a criança. *In: S. Ferenczi Obras Completas (vol. IV). São Paulo: Martins Fontes, 2020*

FIGUEIREDO, L.C. Psicanálise: Elementos para a clínica contemporânea. São Paulo: Escuta, 2008

FIGUEIREDO, L.C. As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea. São Paulo: Editora Escuta, 2009

FIGUEIREDO, L.C. Cuidado, saúde e cultura: trabalhos psíquicos e criatividade na situação analisante. São Paulo: Escuta, 2014

FIGUEIREDO, L.C., SAVIETTO, B.B. & SOUZA, O. Elasticidade e limite na técnica contemporânea. São Paulo: Escuta, 2013

FIGUEIREDO, L.C. Apêndice I: Tabu, reserva e constituição do self. In: FIGUEIREDO, L.C. & COELHO J. N. Ética e Técnica em Psicanálise. São Paulo: Escuta, 2000.

FRANÇA, C.P. & CAMARGOS, L. Esse olho que não é meu. In: FRANÇA, C.P. (org). Perversão: As engrenagens da violência sexual infanto-juvenil. Rio de Janeiro: Imago, 2010.

FREUD, S. (1893). Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos. In: Obras Completas de Sigmund Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, S. (1894). As neuropsicoses de defesa. In: Obras Completas de Sigmund Freud. Vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 2006

FREUD, S. (1896). Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa. In: Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. (1900). A interpretação dos sonhos. In: Obras Completas de Sigmund Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: Obras Completas de Sigmund Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, S. (1905/1901)). Análise fragmentária de uma histeria: O Caso Dora. In: Obras Completas de Sigmund Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, S. (1908a). A moral sexual cultural e o nervosismo moderno. In: Obras Completas de Sigmund Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, S. (1908b). Sobre as teorias sexuais infantis. In: Obras Completas de Sigmund Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, S. (1908c). O escritor e a fantasia. In: Obras Completas de Sigmund Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, S. (1910). Cinco lições de psicanálise. In: Obras Completas de Sigmund Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

FREUD, S. (1911a). Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia: O Caso Schreber. In: Obras Completas de Sigmund Freud. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

FREUD, S. (1911b). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico. *In: Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

FREUD, S. (1912-1913). Totem e Tabu. *In: Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FREUD, S. (1914). Introdução ao Narcisismo. *In: Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, S. (1915). Os instintos e seus destinos. *In: Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, S. (1917 [1915]). Luto e melancolia. *In: Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, S. (1919). O Inquietante. *In: Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, S. (1920). Além do Princípio do Prazer. *In: Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FREUD, S. (1923). O *Eu* e o *Id*. *In: Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FREUD, S. (1924). O Problema Econômico do Masoquismo. *In: Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FREUD, S. (1926) *In: Inibição, sintoma e angústia*. *Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

FREUD, S. (1930). O Mal-Estar na Civilização. *In: Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FREUD, S. (1933). Novas conferências introdutórias à psicanálise. *In: Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FREUD, S. (1939 [1934-1938]). Moisés e o monoteísmo: três ensaios. *In: Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

FREUD, S. ((1940[1938]). Compêndio de psicanálise. *In: Obras Completas de Sigmund Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

GOLDGRUB, F.W. Comentários sobre a cronologia e a estrutura da obra freudiana, 1985.

GOLSE, B. Insistir-Existir: do ser à pessoa. Lisboa: Vértices, 2001

JUNQUEIRA, M.F.P.S. Violência e abuso sexual infantil: Uma proposta clínica. *In: Cadernos de Psicanálise*. Vol. 18, n.21. Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PCRJ, 2002

- KLEIN, M. (1930). A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1996
- LAPLANCHE, J; PONTALIS, J.-B. (1982). Vocabulário da Psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 2008
- LOEWALD, H.W. (1978). The waning of the Oedipus Complex. In Papers on Psychoanalysis. New Haven: Yale University Press, 1980
- MASSON, J. M. A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess (1887-1904). Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1986.
- MILLER, A. (1997). The Drama of the Gifted Child. New York: Basic Books, 2007.
- MILLER, J. F. (2013). The Triumphant Victim: A Psychoanalytical Perspective on Sadomasochism and Perverse Thinking. London: KARNAC.
- MODESTO, A.L. Incesto: o último tabu? *In*: FRANÇA, C.P. (org). Perversão: As engrenagens da violência sexual infanto-juvenil, 2010.
- PINHEIRO, T. (2004) Histeria e falso self: aproximações e diferenças. *In*: De Édipo à Narciso: a clínica e seus dispositivos. Rio de Janeiro: Cia de Freud UFRJ, 2014
- PINHEIRO, T.; Viana, D. Trauma, descrédito e masoquismo em Ferenczi. *In*: MACIEL, A. (org). Trauma e Ternura: A ética em Sándor Ferenczi. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2018.
- REID, E. PRISM. Libreto da Ópera. Teatro Municipal de São Paulo. São Paulo: Ministério da Cidadania, 2019.
- RIVERA, T. (2002). Arte e Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005
- ROUSSILLON, R. La dépendance primitive et l'homossexualité primaire "en double". *Revue Française de Psychanalyse*, v.64, n.2, p. 421-439, 2004.
- RHODES, J. Instrumental. Memórias de música, medicação e loucura. Rio de Janeiro: Rádio Londres, 2014.
- SABOURIN, P. (1992) Prefácio: Vizir secreto e cabeça de turco. *In*: Obras Completas de Sándor Ferenczi. São Paulo: Martins Fontes, 2020.
- SABOURIN, P. (1985). Ferenczi: Paladino e grão-vizir secreto. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- SABOURIN, P. (1997). Por que a terapia familiar em face do incesto. GABEL et al. (org). *In*: Crianças vítimas de abuso sexual. São Paulo: Summus Editorial.
- SALEM, P. & KLAUTAU, P. (2013). Narcisismo primário e identificação adesiva nas patologias narcísico-identitárias. *In*: Elasticidade e limite na técnica contemporânea. Rio de Janeiro: Escuta.

SHENGOLD, L.M.D. (1989). *Soul Murder: The effects of childhood abuse and deprivation*. New York: Fawcett Columbine.

WINNICOTT, D. W. (1945). O desenvolvimento emocional primitivo. *In: Da Pediatria à Psicanálise: Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2000.

WINNICOTT, D. W. (1949). A Mente e sua relação com o psicossoma. *In: Da Pediatria à Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

WINNICOTT, D. W. (1957[1964]). *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: LTC, 1982

WINNICOTT, D.W. (1958a). Psicanálise do sentimento de culpa. *In: O ambiente e os processos de maturação*. São Paulo: Artmed Editora, 1983/2008.

WINNICOTT, D.W. (1958b). A capacidade para estar só. *In: O ambiente e os processos de maturação*. São Paulo: Artmed Editora, 1983/2008.

WINNICOTT, D.W. (1962) A integração do ego no desenvolvimento da criança. *In: O ambiente e os processos de maturação*. São Paulo: Artmed Editora, 1983/2008.

WINNICOTT, D. W. (1963a). Da Dependência à Independência do Indivíduo. *In: O ambiente e os processos de maturação*. São Paulo: Artmed Editora, 1983/2008.

WINNICOTT, D. W. (1963b). Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos. *In: O ambiente e os processos de maturação*. São Paulo: Artmed Editora, 1983/2008.

WINNICOTT, D.W. (1971) *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975

WINNICOTT, D.W. (1989a). *Tudo Começa em Casa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WINNICOTT, D.W. (1989b). *Explorações Psicanalíticas*. São Paulo: Artmed Editora S.A., 1994.

WINNICOTT, D. W. (1990). *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago Editora.